

RELATÓRIO DE  
**GESTÃO DO  
CONSELHO DA  
JUSTIÇA FEDERAL  
2021**



**RELATÓRIO DE**  
**GESTÃO DO**  
**CONSELHO DA**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**2021**

---

## CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

### Presidência

Ministro HUMBERTO MARTINS (Presidente do Conselho da Justiça Federal)  
Ministro JORGE MUSSI (Vice-Presidente e Corregedor-Geral da Justiça Federal)

### Membros Efetivos

Ministro MARCO BUZZI (Membro Efetivo)  
Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE (Membro Efetivo)  
Ministra ASSUSETE MAGALHÃES (Membro Efetivo)  
Desembargador Federal ITALO FIORAVANTI SABO MENDES (Presidente do TRF1)  
Desembargador Federal MESSOD AZULAY NETO (Presidente do TRF2)  
Desembargadora Federal MARISA FERREIRA DOS SANTOS (Presidente do TRF3)  
Desembargador Federal RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA (Presidente do TRF4)  
Desembargador Federal EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR (Presidente do TRF5)

### Membros Suplentes

Ministro SÉRGIO LUÍZ KUKINA  
Ministro PAULO DIAS DE MOURA RIBEIRO  
Ministra REGINA HELENA COSTA  
Desembargador Federal FRANCISCO DE ASSIS BETTI  
Desembargador Federal GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA  
Desembargador Federal ANTONIO CARLOS CEDENHO  
Desembargador Federal FERNANDO QUADROS DA SILVA  
Desembargador Federal ALEXANDRE LUNA FREIRE

### Com direito a assento e voz

Subprocurador-Geral da República FRANCISCO RODRIGUES DOS SANTOS SOBRINHO (Representante do MPF)  
Juiz Federal EDUARDO ANDRÉ BRANDÃO DE BRITO FERNANDES (Presidente da Ajufe)  
Advogado LUIZ CLÁUDIO ALLEMAND (Representante do Conselho Federal da OAB)  
Juiz Federal MIGUEL ÂNGELO DE ALVARENGA LOPES (Secretário-Geral do CJF)



PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

RELATÓRIO DE  
**GESTÃO DO**  
**CONSELHO DA**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**2021**

BRASÍLIA | DF  
CJF  
2022

Copyright 2022 - Conselho da Justiça Federal

Permitida a reprodução total ou parcial desta obra desde que sem fins lucrativos e citada a fonte.

Coordenação, organização e elaboração: Secretaria de Estratégia e Governança (SEG)

Projeto gráfico, capa, diagramação: Assessoria de Comunicação Social e de Cerimonial (ASCOM)

Revisão ortográfica: Centro de Revisão de Documentos e Publicações da Secretaria-Geral (CEREVI)

Conselho da Justiça Federal

SCES - Setor de Clubes Esportivos Sul - Trecho 3 - Polo 8 - Lote 9 CEP: 70200-003 - Brasília - DF

Fone: 61 3022-7000 - [www.cjf.jus.br](http://www.cjf.jus.br)

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	ESTRUTURA DA JUSTIÇA FEDERAL.....	15
FIGURA 2	ORGANOGRAMA SIMPLIFICADO.....	15
FIGURA 3	MAPA - ESTRUTURA DA JUSTIÇA FEDERAL.....	16
FIGURA 4	MAPA - ESTRUTURA DA JUSTIÇA FEDERAL.....	19
FIGURA 5	ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL.....	20
FIGURA 6	MAPA ESTRATÉGICO DO CJF.....	22
FIGURA 7	CADEIA DE VALOR DO CJF.....	23
FIGURA 8	ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DO CJF.....	27
FIGURA 9	ESTRUTURA SIMPLIFICADA DA GOVERNANÇA DE TI.....	28
FIGURA 10	ESTRUTURA DA GOVERNANÇA DE TI.....	29
FIGURA 11	ESTRUTURA DA GOVERNANÇA DE RISCOS.....	31
FIGURA 12	ANÁLISE DE AMBIENTE (SWOT) DO CJF (PERSPECTIVA TI).....	114

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	GERENCIAMENTO DE RISCOS (TRATAMENTO DOS RISCOS).....	30
GRÁFICO 2	ATUAÇÃO DA ÁREA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL EM 2021 (ASCOM 2021).....	33
GRÁFICO 3	STATUS DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS DA JUSTIÇA FEDERAL (STATUS DEZ/2021).....	39
GRÁFICO 4	SITUAÇÃO IMOBILIÁRIA (SITUAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES).....	41
GRÁFICO 5	STATUS DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS DO CJF (STATUS DEZ 2021).....	67
GRÁFICO 6	EXECUÇÃO TOTAL DA DESPESA POR REGIÃO.....	75
GRÁFICO 7	PLOA 2022 - EM R\$ MILHÕES.....	78
GRÁFICO 8	DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA - POR AÇÃO - EM R\$ MILHÕES.....	80
GRÁFICO 9	EXECUÇÃO DA DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA - EM R\$ MILHÕES.....	80
GRÁFICO 10	EXECUÇÃO - POR REGIÃO - EM R\$.....	81
GRÁFICO 11	PROCESSOS PAGOS DE PRECATÓRIOS 2021.....	82
GRÁFICO 12	BENEFICIÁRIOS PAGOS DE PRECATÓRIOS 2021.....	82
GRÁFICO 13	PROCESSOS PAGOS DE RPV 2021.....	83
GRÁFICO 14	BENEFICIÁRIOS PAGOS DE RPV 2021.....	83
GRÁFICO 15	QUADRO DE PESSOAL DO CJF EM 31/12/2021.....	95
GRÁFICO 16	QUADRO DE PESSOAL DO CJF EM 31/12/2021.....	95
GRÁFICO 17	FORÇA DE TRABALHO POR ÁREA E ESPECIALIDADE EM 31/12/2021.....	96
GRÁFICO 18	FORÇA DE TRABALHO POR SITUAÇÃO FUNCIONAL EM 31/12/2021.....	97
GRÁFICO 19	FAIXA ETÁRIA POR SITUAÇÃO FUNCIONAL EM 31/12/2021.....	97
GRÁFICO 20	ETNIA POR SITUAÇÃO FUNCIONAL EM 31/12/2021.....	98
GRÁFICO 21	ESCOLARIDADE POR SITUAÇÃO FUNCIONAL EM 31/12/2021.....	98

GRÁFICO 22 GÊNERO POR SITUAÇÃO FUNCIONAL EM 31/12/2021.....	99
GRÁFICO 23 FORÇA DE TRABALHO POR ÁREA DE TRABALHO EM 31/12/2021.....	99
GRÁFICO 24 FORÇA DE TRABALHO POR UNIDADE DE EXERCÍCIO EM 31/12/2021.....	100
GRÁFICO 25 RELAÇÃO DE COMISSIONADOS EM 31/12/2021.....	101
GRÁFICO 26 PERCENTUAL DE OCUPAÇÃO DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES COMISSIONADAS EM 31/12/2021 (FC-1 A FC-6) .....	101
GRÁFICO 27 PERCENTUAL DE OCUPAÇÃO DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES COMISSIONADAS EM 31/12/2021 (CJ-1 A CJ-4) .....	102
GRÁFICO 28 DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO POR FAIXA SALARIAL (DEZ 2021).....	104
GRÁFICO 29 DISTRIBUIÇÃO DO BRUTO MENSAL POR SITUAÇÃO EM 2021.....	105
GRÁFICO 30 TOTAL GERAL BRUTO 2021.....	106
GRÁFICO 31 TOTAL ANUAL 2020.....	107
GRÁFICO 32 DISTRIBUIÇÃO DO QUANTITATIVO DE PESSOAS EM 31/12/2021.....	108
GRÁFICO 33 HISTÓRICO DO QUADRO DE PESSOAL 2016-2021.....	108
GRÁFICO 34 PROCESSOS DE CONTRATAÇÕES 2020.....	110
GRÁFICO 35 SUPERÁVIT FINANCEIRO POR FONTE DE RECURSOS.....	125
GRÁFICO 36 TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS.....	133

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 CLASSIFICAÇÃO DAS UNIDADES JUDICIÁRIAS.....	17
TABELA 2 CANAIS DE COMUNICAÇÃO.....	32
TABELA 3 RESULTADO DAS METAS DA JUSTIÇA FEDERAL .....	35
TABELA 4 EVOLUÇÃO DAS METAS DA JUSTIÇA FEDERAL.....	36
TABELA 5 EVOLUÇÃO DAS METAS DA JUSTIÇA FEDERAL .....	36
TABELA 6 STATUS DOS PROJETOS EM EXECUÇÃO.....	39
TABELA 7 PROJETOS CONCLUÍDOS.....	40
TABELA 8 MAPA DAS EDIFICAÇÕES DA JUSTIÇA FEDERAL.....	41
TABELA 9 CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS PLANO DE OBRAS .....	42
TABELA 10 PROCESSOS DA CORREGEDORIA-GERAL.....	43
TABELA 11 SÍNTESE DO CUMPRIMENTO DAS METAS DO CJF .....	46
TABELA 12 PROCESSOS TNU.....	47
TABELA 13 PEDIDOS DE COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL.....	50
TABELA 14 AÇÕES REALIZADAS PARA FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO .....	53
TABELA 15 AÇÕES PREVISTAS NO PAVTO 2021.....	56
TABELA 16 STATUS DAS AÇÕES DE AUDITORIA.....	58
TABELA 17 AÇÕES DE AUDITORIA.....	58
TABELA 18 CUMPRIMENTO DAS METAS DO PLS .....	61
TABELA 19 DIFERENÇA PLS 2019 -2021.....	63
TABELA 20 STATUS DOS PROJETOS EM EXECUÇÃO.....	67

TABELA 21	PROJETOS CONCLUÍDOS.....	68
TABELA 22	SESSÕES DO COLEGIADO.....	69
TABELA 23	PARCERIAS E ACORDOS.....	71
TABELA 24	RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DA JUSTIÇA FEDERAL POR REGIÃO E GRAU DE JURISDIÇÃO - EM R\$.....	73
TABELA 25	EXECUÇÃO DA DESPESA - EM R\$.....	74
TABELA 26	DOTAÇÃO AUTORIZADA POR GRUPO DE DESPESA - EM R\$.....	74
TABELA 27	AÇÃO 00SA - EM R\$.....	77
TABELA 28	AÇÃO 4224 - EM R\$.....	77
TABELA 29	PLQA 2022 - EM R\$.....	77
TABELA 30	COMPARATIVO PLOA 2022/LOA 2021 - EM R\$.....	78
TABELA 31	COMPARATIVO PLOA 2022/LOA 2021 - EM R\$.....	78
TABELA 32	DEMONSTRATIVO GERAL DAS DOTAÇÕES DESCENTRALIZADAS (PROGRAMA 0901) - EM R\$.....	79
TABELA 33	INDICADORES RELATIVOS A PRECATÓRIOS E RPVS (ACORDÃO TCU N. 2.732-50/2017-P, ITEM 9.11.1 - 9.12.2).....	84
TABELA 34	PRECATÓRIOS, RPVS E PSS PATRONAL EM R\$.....	85
TABELA 35	PLANO DE AÇÃO ANUAL 2021.....	86
TABELA 36	GASTOS POR FINALIDADE.....	86
TABELA 37	PLQA 2022 - EM R\$.....	87
TABELA 38	FUNCIONAMENTO ADMINISTRATIVO.....	87
TABELA 39	COMPARAÇÃO COM O ÚLTIMO EXERCÍCIO.....	88
TABELA 40	EVOLUÇÃO DOS ÚLTIMOS ANOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CJF.....	89
TABELA 41	DETALHAMENTO DAS DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA.....	89
TABELA 42	APOSENTADORIAS EM 2021.....	102
TABELA 43	SERVIDORES QUE ADQUIRIRAM REQUISITOS PARA APOSENTADORIA EM 2021.....	102
TABELA 44	AVALIAÇÕES DE DESEMPENHO EM 2021.....	103
TABELA 45	DISTRIBUIÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO POR SITUAÇÃO EM 2020.....	105
TABELA 46	DISTRIBUIÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO POR SITUAÇÃO EM 2021.....	105
TABELA 47	TOTAL BRUTO GERAL POR SITUAÇÃO EM 2021.....	106
TABELA 48	QUANTITATIVO DE PESSOAL NA FOLHA DE PAGAMENTO.....	107
TABELA 49	GASTOS POR FINALIDADE.....	109
TABELA 50	CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES.....	110
TABELA 51	PRINCIPAIS CUSTOS COM SERVIÇOS PREDIAIS.....	112
TABELA 52	DESPESAS MTGI E AI 2021.....	116
TABELA 53	STATUS DOS PROJETOS EM EXECUÇÃO.....	119
TABELA 54	REDUÇÃO DE GASTOS PLS.....	120
TABELA 55	BALANÇO PATRIMONIAL.....	124
TABELA 56	QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES.....	124
TABELA 57	DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL.....	125
TABELA 58	DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.....	126
TABELA 59	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.....	127

TABELA 60	DESPESAS.....	128
TABELA 61	BALANÇO FINANCEIRO.....	129
TABELA 62	DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA.....	130
TABELA 63	BP - COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO.....	131
TABELA 64	TAXAS DE DEPRECIÇÃO E A VIDA ÚTIL ECONÔMICA DO ATIVO.....	132
TABELA 65	NOTA 3 - DVP - TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS.....	133
TABELA 66	DEPRECIÇÃO ACUMULADA NO EXERCÍCIO DE 2021.....	133
TABELA 67	NOTA 5 - BO - COMPOSIÇÃO DE RESTOS A PAGAR.....	134
TABELA 68	NOTA 4 - BO - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO.....	134
TABELA 69	NOTA 5 - BO - COMPOSIÇÃO DE RESTOS A PAGAR.....	135
TABELA 70	RESTOS A PAGAR.....	135
TABELA 71	NOTA 11 - DFC - OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS.....	136
TABELA 72	NOTA 12 - DFC - PESSOAL E DEMAIS DESPESAS.....	136

## SUMÁRIO

<b>MENSAGEM DO PRESIDENTE</b> .....	<b>14</b>
<b>1 GOVERNANÇA</b> .....	<b>15</b>
1.1 AMBIENTE DE ATUAÇÃO .....	15
1.2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA JUSTIÇA FEDERAL .....	18
1.3 VISÃO GERAL DO CJF .....	18
INDICAÇÃO DAS PRINCIPAIS NORMAS DIRECIONADORAS .....	21
1.4 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL .....	21
1.5 CADEIA DE VALOR .....	21
1.6 COMISSÕES E COMITÊS .....	24
FÓRUM PERMANENTE DE CORREGEDORES .....	24
COMISSÃO PERMANENTE DO FÓRUM PERMANENTE DO SISTEMA PENITENCIÁRIO FEDERAL .....	24
COMISSÃO PERMANENTE DE REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DO MANUAL DE ORIENTAÇÃO PARA OS CÁLCULOS NA JUSTIÇA FEDERAL .....	24
COMITÊ TÉCNICO DE AUDITORIA INTERNA – CTAI .....	24
COMITÊ EXECUTIVO DO PACTO DA DESJUDICIALIZAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL .....	25
COMITÊ TÉCNICO DE OBRAS NACIONAL – CTO-N .....	25
COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TI – CGOVTI .....	25
COMITÊ DE GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – CGTI .....	25
COMITÊ GESTOR DE ESTRATÉGIA DA JUSTIÇA FEDERAL – COGEST .....	26
COMITÊ GESTOR INSTITUCIONAL – CGI .....	26
COMITÊ PERMANENTE DE GESTÃO DE RISCOS .....	26
COMITÊ DE GESTÃO DOS PORTAIS DA INTERNET E DA INTRANET DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CGPORTAL .....	26
COMISSÃO DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DO ASSÉDIO MORAL E DO ASSÉDIO SEXUAL .....	26
COMISSÃO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO .....	26
1.7 GOVERNANÇA INSTITUCIONAL DO CJF .....	26
MODELO DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO .....	28
1.8 GESTÃO DE RISCOS .....	30
PRINCIPAIS AÇÕES NA GESTÃO DE RISCOS EM 2021 .....	30
1.9 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE .....	31
CENTRO DE PRODUÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL – CPJUS .....	31
MATÉRIAS E ATENDIMENTOS .....	32
PUBLICAÇÃO ESPECIAL .....	32
MÍDIAS SOCIAIS .....	32
CENTRAL DE ATENDIMENTO AO JUIZ FEDERAL – CAJU .....	34
OUVIDORIA .....	34
ATENDIMENTO AO CIDADÃO .....	35

<b>2</b>	<b>RESULTADOS DA GESTÃO .....</b>	<b>35</b>
2.1	JUSTIÇA FEDERAL EM NÚMEROS.....	35
	PROJETOS ESTRATÉGICOS DA JUSTIÇA FEDERAL.....	36
2.2	SISTEMA DE EDIFICAÇÕES DA JUSTIÇA FEDERAL .....	41
	OBRAS NA JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS .....	42
	SITUAÇÃO DAS OBRAS NA JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS .....	42
2.3	CORREGEDORIA-GERAL EM NÚMEROS .....	43
	PROCESSOS DA CORREGEDORIA .....	43
	INSPEÇÕES E AUTOINSPEÇÕES.....	44
	DEMANDA DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS - DPVAT.....	44
	PJECOR.....	44
	CONCILIAÇÃO .....	45
2.4	O CJF EM NÚMEROS .....	45
2.5	PROJETOS ESTRATÉGICOS .....	67
2.6	COLEGIADO EM NÚMEROS.....	68
	ALTERAÇÕES DO COLEGIADO.....	68
	ATIVIDADES DO COLEGIADO.....	69
	RESOLUÇÕES.....	69
	PARCERIAS E ACORDOS.....	71
<b>3</b>	<b>INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS.....</b>	<b>72</b>
3.1	GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	73
	JUSTIÇA FEDERAL.....	73
	ORIENTAÇÕES EMANADAS DO CJF SOBRE O REGIME DO TETO DE GASTOS ESTABELECIDO PELA EMENDA CONSTITUCIONAL N. 95, DE 2016 .....	75
	AÇÃO ASSISTÊNCIA JURÍDICA A PESSOAS CARENTES – AJPC .....	76
	PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – PLOA 2022 .....	77
	PRECATÓRIOS, REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR E RESPECTIVO PSS PATRONAL .....	79
	PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS AJUSTES DE QUE TRATA A RESOLUÇÃO CJF N. 727/2021.....	85
	CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL .....	86
<b>4</b>	<b>RESULTADOS TÉCNICOS.....</b>	<b>94</b>
4.1	GESTÃO DE PESSOAS.....	94
	ESTRUTURA DE QUADRO DE PESSOAL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL.....	95
	AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, PROGRESSÃO FUNCIONAL E ESTÁGIO PROBATÓRIO.....	103
	GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO .....	103
	CAPACITAÇÃO .....	103
	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA .....	103
	DADOS REFERENTES À FOLHA DE PAGAMENTO .....	104
	BENEFICIÁRIOS DA FOLHA DE PAGAMENTO NO CJF.....	107

4.2	GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS.....	109
	CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES.....	110
4.3	CONFORMIDADE LEGAL.....	111
4.4	GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA.....	112
	INVESTIMENTOS EM CAPITAL.....	112
	DESFAZIMENTO DE ATIVOS E DESMOBILIZAÇÕES.....	112
	ADMINISTRAÇÃO PREDIAL.....	112
	PRÉDIOS GERENCIADOS:.....	112
	LOCAÇÕES.....	112
	PROJETOS E SERVIÇOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA PARA O CJF.....	112
4.5	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	113
	MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS EM TI.....	116
	CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES DE RECURSOS DE TI.....	116
	PRINCIPAIS INICIATIVAS (SISTEMAS E PROJETOS) E RESULTADOS NA ÁREA DE TI POR CADEIA DE VALOR.....	117
	SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO – PRINCIPAIS INICIATIVAS.....	117
	PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS.....	118
	ASPECTO DE DESTAQUE: OPERACIONALIZAÇÃO DE SISTEMAS NACIONAIS NO AMBIENTE NUJUFE.....	119
4.6	GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE.....	119
	REDUÇÃO DE GASTOS COM PAPEL E REDUÇÃO DE IMPRESSÕES.....	120
	REDUÇÃO DE RESÍDUOS POLUENTES.....	121
	CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE NAS CONTRATAÇÕES E AQUISIÇÕES.....	121
<b>5</b>	<b>DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....</b>	<b>122</b>
	RESSALVAS.....	122
	DECLARAÇÃO.....	123
<b>6</b>	<b>DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....</b>	<b>124</b>
	NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	131
	GESTÃO DE CUSTOS.....	137
<b>7</b>	<b>ROL DE RESPONSÁVEIS.....</b>	<b>138</b>

PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

# HUMBERTO MARTINS

## MENSAGEM DO PRESIDENTE

O Conselho da Justiça Federal (CJF) desempenha o papel de órgão central da Justiça Federal, segmento do Judiciário de dimensões continentais, com 1.058 unidades judiciais – Varas, Varas com Juizado Especial Federal Adjunto, Juizados Especiais, Turmas Recursais – distribuídas por todo o País.

Como coordenador nacional do sistema, o CJF exerce a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal, otimizando a circulação de informações e uniformizando procedimentos administrativos no âmbito de todas as instituições.

Apesar das graves crises sanitária e econômica que estamos vivenciando desde 2020 decorrentes de uma pandemia sem precedentes no último século, o CJF fez o seu melhor em 2021 para cumprir sua missão constitucional. Buscou fortalecer a integração e o desenvolvimento de parcerias, priorizando o objetivo estratégico de incrementar a interlocução com outros Poderes ou instituições.

As ações do Conselho da Justiça Federal fundaram-se nas Diretrizes do Plano Estratégico CJF 2020. Dos 18 projetos que fazem parte do portfólio, três foram concluídos no primeiro ano e mais da metade (56%) dos 15 restantes encontra-se em execução. Cabe ressaltar que, das 27 metas elencadas, apenas dez registraram cumprimento inferior a 90% do objetivo estabelecido. E, em alguns casos, o resultado ultrapassou a marca dos 100%.

A Turma Nacional de Uniformização (TNU) realizou 19 sessões ordinárias, tendo baixado mais de 18.000 processos. No âmbito da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, 71 processos de inspeção e autoinspeção foram autuados e foram processadas 271 representações por excesso de prazo.

Pautado pelos princípios da transparência e publicidade, o Conselho da Justiça Federal disponibiliza acesso público aos seus processos administrativos, com vistas a permitir a transparência dos atos e procedimentos de interesse de outros órgãos, de entidades e organizações públicas ou privadas, de magistrados e servidores da Justiça Federal e de cidadãos em geral. Além disso, as sessões do CJF e da TNU dos Juizados Especiais Federais são transmitidas pela internet.

O objetivo deste Relatório de Atividades é apresentar, de maneira concisa e relevante, os resultados alcançados pelo Conselho da Justiça Federal no ano de 2021. As informações expostas seguem as instruções do Tribunal de Contas da União (TCU) e estão dispostas na forma de relato integrado.

Continuamos com foco na estratégia do CJF para o período 2021/2026, fundada na busca, cada vez maior, da consolidação do Conselho como elemento central do sistema da Justiça Federal, de modo a coordenar ações estratégicas nacionais e implementar soluções para que a atividade jurisdicional possa, cada vez mais, ser prestada de forma efetiva, assegurando os direitos fundamentais de todos os que buscam a Justiça Federal.

De mãos dadas, magistratura e cidadania.

Deus no comando.

**Ministro Humberto Martins**, Presidente do Conselho da Justiça Federal (CJF).

# 1 GOVERNANÇA

## 1.1 AMBIENTE DE ATUAÇÃO

Para análise do contexto de atuação do Conselho da Justiça Federal, é conveniente entender as competências e a estrutura da Justiça Federal no âmbito nacional, o que representa relevante impacto nos seus resultados.

De acordo com o disposto nos arts. 92 e 106 da Constituição Federal, a Justiça Federal, ramo integrante da estrutura do Poder Judiciário, é constituída pelos Tribunais Regionais Federais e por juízes federais.

FIGURA 1 ORGANOGRAMA SIMPLIFICADO



FIGURA 2 ESTRUTURA DA JUSTIÇA FEDERAL

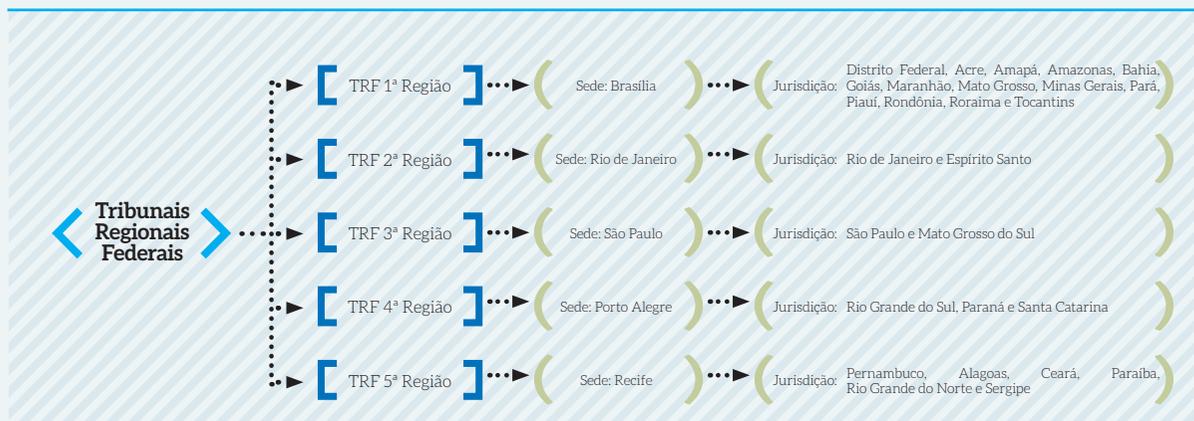
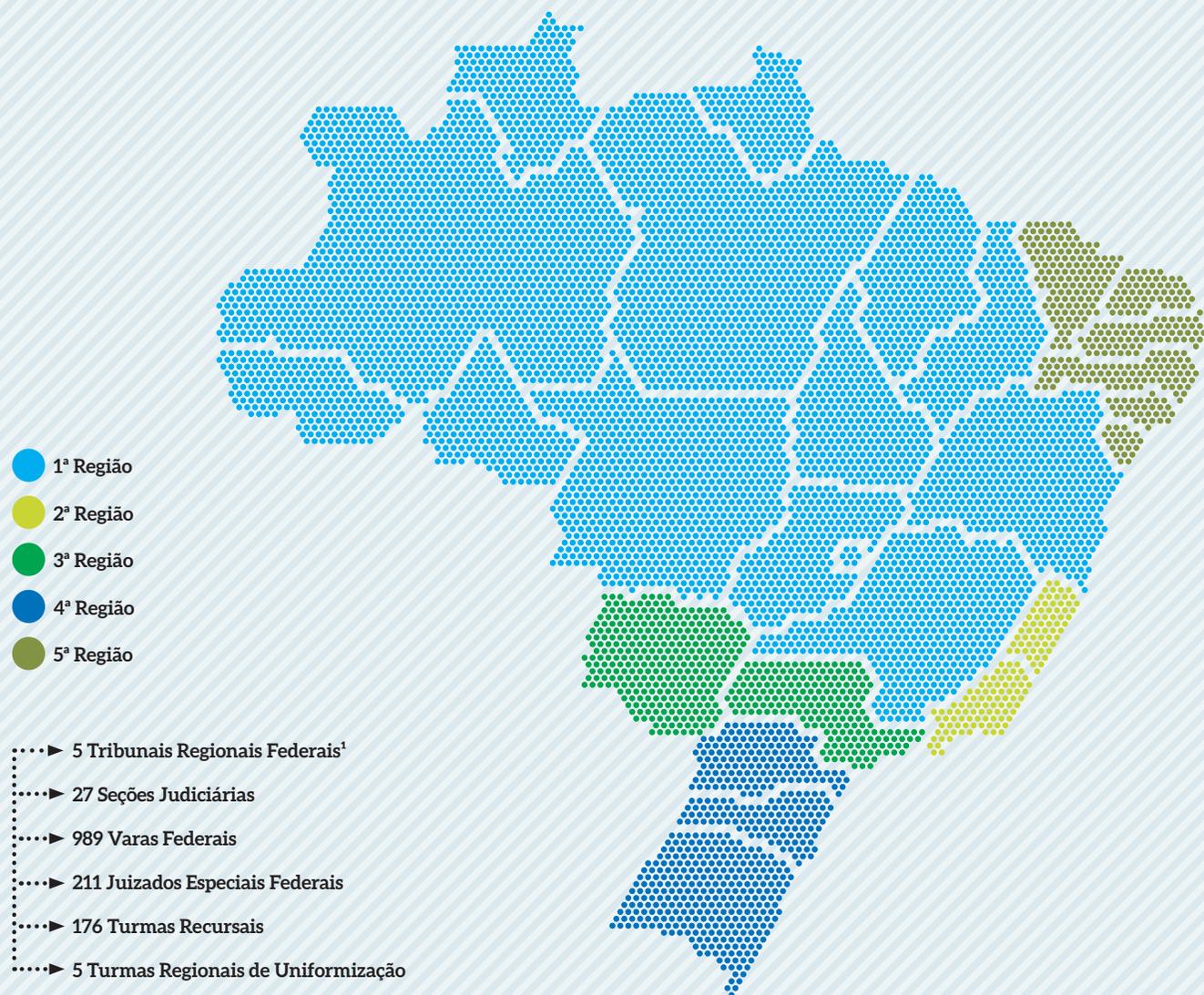


FIGURA 3 MAPA - ESTRUTURA DA JUSTIÇA FEDERAL



<sup>1</sup>O Tribunal Regional Federal da 6ª Região, com sede em Belo Horizonte e jurisdição no Estado de Minas Gerais, foi criado pela Lei n. 14.226, de 20 de outubro de 2021. Em 8 de novembro de 2021, foi criado o Grupo de Trabalho dedicado à elaboração de estudos e medidas administrativas necessárias para a instalação e funcionamento do TRF6.

**TABELA 1 CLASSIFICAÇÃO DAS UNIDADES JUDICIÁRIAS**

CLASSIFICAÇÃO DA UNIDADE JUDICIÁRIA	TRF1	TRF2	TRF3	TRF4	TRF5
Vara	111	54	145	6	39
Vara com JEF Adjunto	131	68	23	191	57
Juizado Especial	55	26	49	0	29
Turma Recursal	25	10	17	12	10
Total por região	322	158	234	209	135

Fonte: Observatório da Estratégia da Justiça Federal

A Justiça Federal juntamente com a Justiça Estadual compõem a chamada “Justiça Comum”, competindo-lhe, especificamente<sup>1</sup>:

- I – as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho;
- II – as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País;
- III – as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional;
- IV – os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral;
- V – os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente;
- V-A – as causas relativas a direitos humanos a que se refere o § 5º deste artigo; (incluído pela Emenda Constitucional n. 45, de 2004)
- VI – os crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira;
- VII – os habeas corpus, em matéria criminal de sua competência ou quando o constrangimento provier de autoridade cujos atos não estejam diretamente sujeitos a outra jurisdição;
- VIII – os mandados de segurança e os habeas data contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos tribunais federais;
- IX – os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar;
- X – os crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro, a execução de Carta Rogatória, após o exequatur, e de sentença estrangeira, após a homologação, as causas referentes à nacionalidade, inclusive a respectiva opção, e à naturalização;
- XI – a disputa sobre direitos indígenas.

Em razão da inclusão definida pela Emenda Constitucional n. 45/2004, a Justiça Federal também passou a julgar causas relativas a graves violações de direitos humanos, desde que seja suscitado o incidente de deslocamento de competência pelo Procurador-Geral da República ao Superior Tribunal de Justiça.

<sup>1</sup> Competência da Justiça Federal (art. 109 da Constituição Federal/1988 – organização dada pela Lei n. 5.010/1966.

## 1.2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA JUSTIÇA FEDERAL

A Justiça Federal definiu suas estratégias no Planejamento Estratégico, vigente para o período de 2021 a 2026, por meio da Resolução CJF n. 668, de 9 de novembro de 2020, alterada pelas Resoluções CJF n. 698, de 15 de março de 2021, e n. 717, de 29 de junho de 2021, e que resumem o seu direcionamento e suas prioridades para o período.

A partir do desdobramento de macrodesafios estabelecidos para o Poder Judiciário, para o período 2021-2026, conforme definido pela Resolução CNJ n. 325, de 30 de junho de 2020, o segmento definiu as suas prioridades e estabeleceu objetivos, metas e iniciativas. Essas prioridades, e suas medidas, traduzem-se nos desafios mais relevantes para a Justiça Federal, tais como a busca pela garantia dos direitos fundamentais, o fortalecimento da relação com a sociedade e o combate à corrupção. Além dos temas que já vêm sendo tratados no ciclo estratégico anterior, 2015-2020, o cenário atual exige que sejam envidados esforços na busca de soluções para questões ligadas à sustentabilidade, à inovação, à proteção de dados e à oferta de serviços digitais.

Nesta busca pela prestação jurisdicional mais efetiva e por um desempenho com excelência, a Justiça Federal definiu em seu mapa estratégico a sua missão, valores e propostas para o período. No mapa consta, ainda, o alinhamento dos objetivos estratégicos aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ODS definidos pela Organização das Nações Unidas – ONU.

O Mapa Estratégico da Justiça Federal pode ser verificado na próxima página 19.

## 1.3 VISÃO GERAL DO CJF

O Conselho da Justiça Federal funciona junto ao Superior Tribunal de Justiça, com atuação em todo o território nacional. É o órgão central dos sistemas administrativos da Justiça Federal, com poderes correccionais, cujas decisões possuem caráter vinculante, sendo de observância obrigatória por todas as unidades da Justiça Federal.

A presidência do Conselho da Justiça Federal é exercida pelo Presidente do Superior Tribunal de Justiça e o Colegiado é assim integrado:

- I – pelo Presidente e pelo Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça;
- II – por 3 (três) ministros, eleitos entre os integrantes do Superior Tribunal de Justiça, juntamente com seus suplentes;
- III – pelos Presidentes dos Tribunais Regionais Federais, que serão substituídos em suas faltas ou impedimentos pelos respectivos Vice-Presidentes.

Tem direito a assento, sem direito a voto, os Presidentes do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e da Associação dos Juizes Federais do Brasil – AJUFE.

Detalhes do Organograma do Conselho da Justiça Federal podem ser verificados na página 20.

FIGURA 4 MAPA - ESTRUTURA DA JUSTIÇA FEDERAL





## INDICAÇÃO DAS PRINCIPAIS NORMAS DIRECIONADORAS

[Composição e competência do CJF - Lei n. 11.798, de 29 de outubro de 2008;](#)

[Organograma - Resolução CJF n. 618, de 17 de janeiro de 2020;](#)

[Regimento interno do CJF - Resolução CJF n. 42, de 19 de dezembro de 2008, alterado pela Emenda Regimental n. 1/2021 - CJF;](#)

[Código de conduta do CJF - Resolução CJF n. 147, de 15 de abril de 2011, alterado pela Resolução CJF n. 308, de 07 de outubro de 2014;](#)

[Manual de Organização - Resolução CJF 337, de 6 de julho de 2021](#)

[Planejamento Estratégico da Justiça Federal - Resolução CJF n. 668, de 9 de novembro de 2020;](#)

[Planejamento Estratégico do CJF - Portaria CJF n. 576, de 27 de novembro de 2020.](#)

### 1.4 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Assim como a Justiça Federal, o Conselho da Justiça Federal elabora seu plano estratégico em consonância com o calendário estabelecido pelo Conselho Nacional da Justiça - CNJ. Desta forma, pela sua importância constitucional, busca aprimorar continuamente o processo de formulação e implementação do planejamento estratégico, com a finalidade de entregar resultados mais efetivos para a sociedade. Além da missão constitucional, o CJF almeja liderar um processo de modernização do segmento.

Na construção da estratégia do CJF para o ciclo 2021-2026, representada pelo mapa estratégico, foram analisados os macrodesafios do Poder Judiciário e, a partir desses, definidas as prioridades, traduzidas em objetivos, metas e iniciativas.

O Mapa estratégico do CJF pode ser verificado na página 22.

### 1.5 CADEIA DE VALOR

A Cadeia de Valor do Conselho da Justiça Federal é composta por seis macroprocessos, sendo cinco finalísticos e um de atividade de apoio. Dos macroprocessos finalísticos, quatro são voltados para a atividade administrativa sistêmica para a Justiça Federal, um para a atividade jurisdicional e um para prestar suporte administrativo e tecnológico ao CJF.

O modelo representativo da Cadeia de Valor do CJF permite a compreensão dos valores gerados para a sociedade por meio dos macroprocessos finalísticos (formular e deliberar políticas, coordenar os sistemas da Justiça Federal, controlar e fiscalizar, gerir informações e conhecimento e uniformizar a jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, bem como o macroprocesso de apoio (prestar suporte administrativo e tecnológico ao CJF), assim como permite a visualização dos processos que compõem cada macroprocesso.

A Cadeia de Valor do CJF pode ser verificado na página 23.

FIGURA 6 MAPA ESTRATÉGICO DO CJF

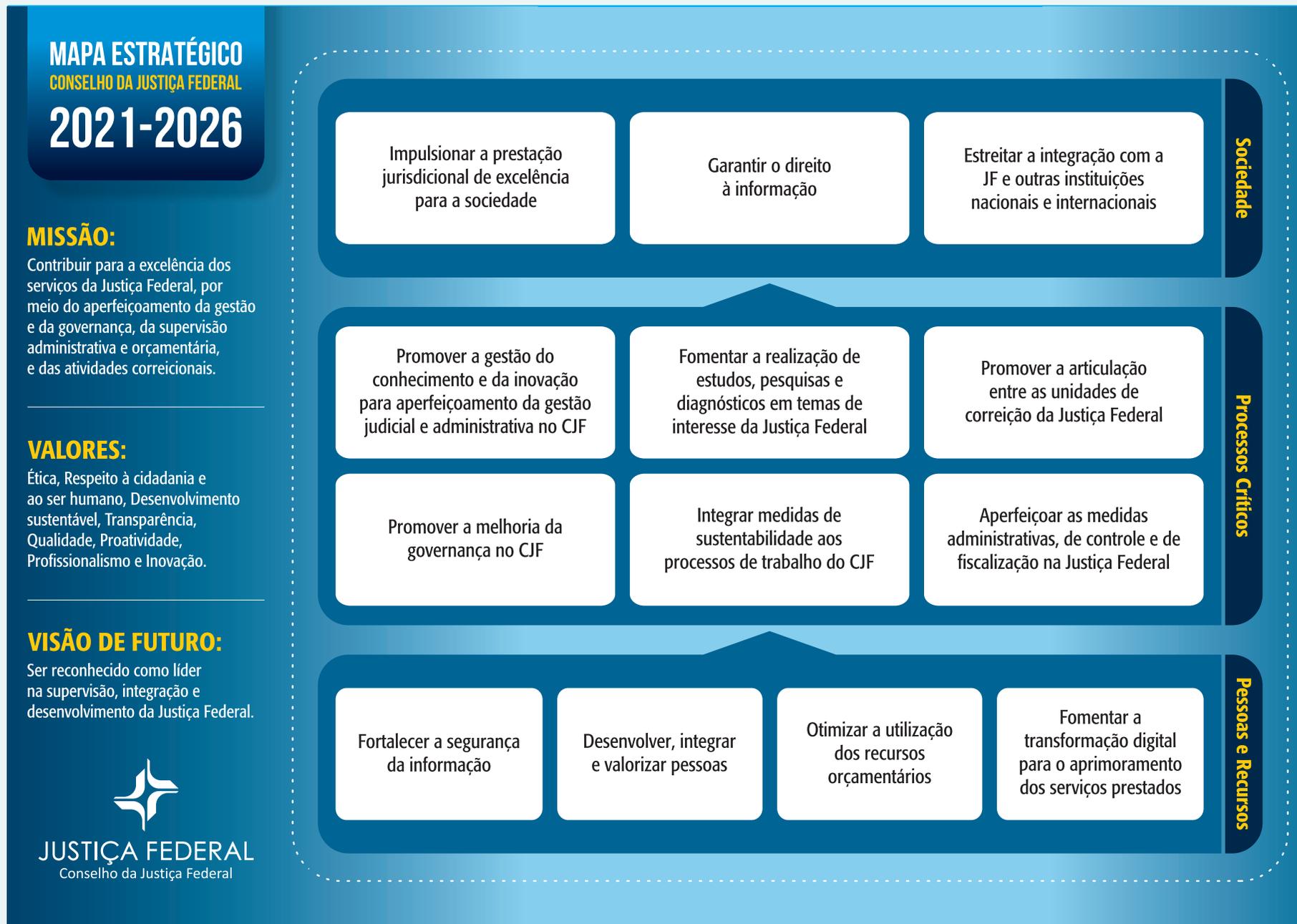
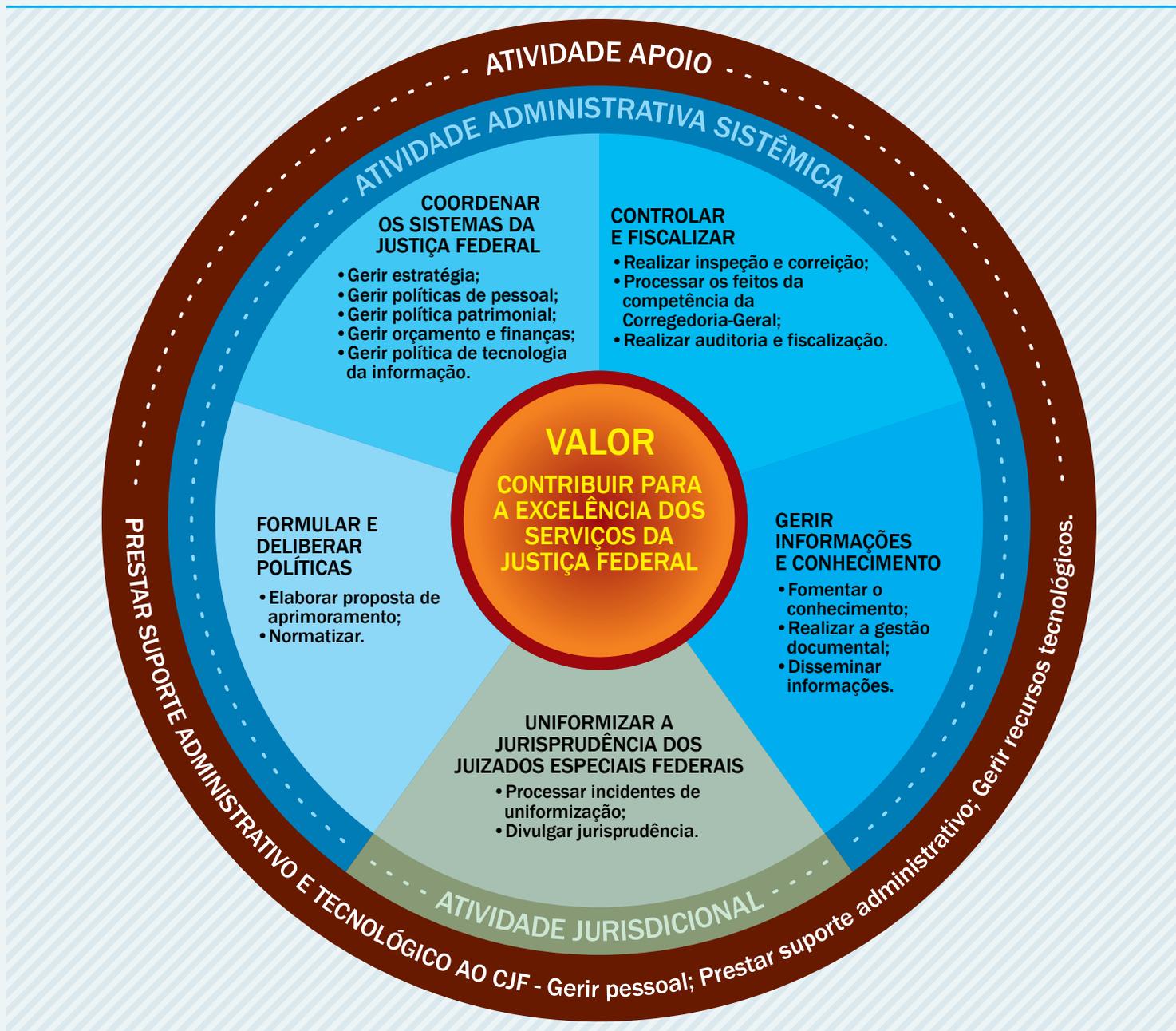


FIGURA 7 CADEIA DE VALOR DO CJF



## 1.6 COMISSÕES E COMITÊS

---

### **FÓRUM PERMANENTE DE CORREGEDORES**

O Fórum Permanente de Corregedores tem a finalidade de buscar o aperfeiçoamento das atividades típicas das Corregedorias da Justiça Federal. As reuniões promovem o intercâmbio de informações e experiências entre os Tribunais Regionais Federais e a uniformidade de atuação. Das reuniões do Fórum resultam encaminhamentos de proposições de medidas ao Conselho da Justiça Federal, direcionadas ao aprimoramento da atividade correcional e da prestação jurisdicional.

A Corregedoria-Geral da Justiça Federal promoveu, em agosto de 2021, a reunião do Fórum Permanente de Corregedores.

---

### **COMISSÃO PERMANENTE DO FÓRUM PERMANENTE DO SISTEMA PENITENCIÁRIO FEDERAL**

Tem por finalidade coordenar, acompanhar e supervisionar o Fórum Permanente do Sistema Penitenciário Federal, objetivando, em especial, a integração dos órgãos envolvidos para a troca de ideias e experiências, promover debates e formular propostas de solução para as dificuldades apresentadas. Em 2021, foram realizados quatro encontros do Fórum.

---

### **COMISSÃO PERMANENTE DE REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DO MANUAL DE ORIENTAÇÃO PARA OS CÁLCULOS NA JUSTIÇA FEDERAL**

A Comissão Permanente de Revisão e Atualização do Manual de Cálculos da Justiça Federal, instituída pela Portaria CJF n. 103, de 22.9.1989, é integrada por 5 (cinco) juízes federais, representantes dos Tribunais Regionais Federais das cinco regiões (Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Rio Grande do Sul.), por um Assessor Técnico (servidor da Justiça Federal) e secretariada por servidor deste Conselho da Justiça Federal. A comissão tem por escopo a revisão e atualização, periodicamente, do manual de normas padronizadas de cálculos da Justiça federal. A referida comissão deverá promover reuniões quantas vezes forem necessárias objetivando ao aprimoramento e ao acompanhamento das alterações legais e regulamentares incorporando-as ao Manual de Cálculos, de forma que possa proporcionar métodos de divulgação, após aprovação pelo Colegiado do Conselho da Justiça Federal.

---

### **COMITÊ TÉCNICO DE AUDITORIA INTERNA – CTAI**

O Comitê Técnico de Auditoria Interna – CTAI, instituído pela Resolução CJF n. 676, de 23 de novembro de 2020, presidido pelo titular da Secretaria de Auditoria Interna do Conselho da Justiça Federal e composto pelos titulares das unidades de auditoria interna dos cinco Tribunais Regionais Federais, realizou, no exercício de 2021, 11 reuniões virtuais, as quais destinaram-se à discussão da minuta do Programa de Qualidade de Auditoria da Justiça Federal, instituído pela Resolução CJF n. 678, de 30 de novembro de 2020, que foi publicado conforme Portaria 153 – CJF, em 12 de abril de 2021.

Reuniões do Comitê Técnico de Auditoria Interna da Justiça Federal (CTAI) em 2021:

- 1ª Reunião – 25/2/2021;
- 2ª Reunião – 19/3/2021;
- 3ª Reunião – 30/4/2021;
- 4ª Reunião – 7/5/2021;
- 5ª Reunião – 21/5/2021;
- 6ª Reunião – 15/6/2021;
- 7ª Reunião – 8/7/2021;

- 8ª Reunião – 23/9/2021;
- 9ª Reunião – 8/10/2021;
- 10ª Reunião – 21/10/2021;
- 11ª Reunião – 26/10/2021.

---

#### **COMITÊ EXECUTIVO DO PACTO DA DESJUDICIALIZAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

O referido comitê é responsável pelo acompanhamento e execução da Estratégia Nacional Integrada para Desjudicialização da Previdência Social, a qual foi firmada em 20 de agosto de 2019 pelo Conselho Nacional de Justiça, pelo Conselho da Justiça Federal e por outros órgãos interessados na matéria com o “objetivo de construir diálogo interinstitucional permanente com vistas à identificação dos potenciais pontos de conflitos e das reais causas de litigiosidade em matéria previdenciária, acompanhada da implementação de medidas voltadas à prevenção do litígio, fomento à resolução consensual das controvérsias, inclusive na esfera extrajudicial, e otimização do processamento das ações previdenciárias.”

No segundo semestre de 2021, passou a ser coordenado pelo Conselho da Justiça Federal, estando a Corregedoria-Geral da Justiça Federal responsável pela dinâmica das atividades por meio de seus juízes auxiliares (Portaria CNJ n. 196/2021, da Presidência do Conselho Nacional de Justiça).

Após a assunção da coordenação pelo Conselho da Justiça Federal, duas reuniões foram realizadas.

---

#### **COMITÊ TÉCNICO DE OBRAS NACIONAL – CTO-N**

Criado pela Resolução CJF n. 16/2008 e hoje é regido pela Resolução CJF n. 244/2013. Consiste em um colegiado deliberativo eminentemente técnico, com atuação nacional, composto por representantes das áreas de Engenharia e Arquitetura das cinco Regiões da Justiça Federal e do CJF.

A principal atribuição do CTO-N é debater, deliberar e propor soluções técnicas para problemas referentes ao Sistema de Edificações da Justiça Federal. Por meio de suas deliberações são emitidos pareceres técnicos, os quais são apresentados ao Conselho da Justiça Federal para substanciar a tomada de decisões. O Comitê Nacional também pode propor estudos, normativos e levar quaisquer problemas sobre edificações considerados relevantes à apreciação do Conselho da Justiça Federal.

Em 2021, foram realizadas reuniões com os integrantes do CTO-N, com a participação dos integrantes dos Comitês Técnicos de Obras Regionais – CTO-R, de cada Região, por videoconferência, para debater a revisão do Programa de Necessidades, notadamente em face dos efeitos da pandemia e do teletrabalho e seus impactos nos projetos arquitetônicos, visando à adoção de novas diretrizes de projeto nacionais e a consequente revisão do último Programa de Necessidades aprovado pelo CTO-N.

Além disso, foram promovidos debates e orientações sobre o acompanhamento da execução física de obras novas e das reformas, com a elaboração de planilhas pela SGO a serem utilizadas pelos gestores das obras da Justiça Federal.

---

#### **COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TI – CGOVTI**

Criado pela Portaria CJF n. 537-de 4/11/2020, é responsável principalmente por direcionar e monitorar o desempenho de TI do CJF. É dele, por exemplo, a responsabilidade de estabelecer e avaliar a estratégia, indicadores e metas de TI. Em 2021, foram realizadas duas reuniões do Cgov-TI.

---

#### **COMITÊ DE GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – CGTI**

Tem a finalidade de prestar o assessoramento técnico ao CGovTI nas questões afetas à gestão de TI. O CGTI formula e conduz

diretrizes de gestão, bem como analisa periodicamente a efetividade dessas diretrizes para a melhoria contínua da estratégia de Tecnologia da Informação – TI. As reuniões do CGTI são semanais, tendo sido realizadas 35 reuniões em 2021.

---

#### **COMITÊ GESTOR DE ESTRATÉGIA DA JUSTIÇA FEDERAL – COGEST**

Criado pela Resolução CJF n. 668 de 9 de novembro de 2020, é integrado pelo Presidente do CJF, pelos Presidentes dos TRFs, pelo Corregedor-Geral da Justiça Federal, pelos Diretores-Gerais dos TRFs e pelo Secretário-Geral do CJF, tem como finalidade principal a formulação, execução e avaliação da estratégia da Justiça Federal.

---

#### **COMITÊ GESTOR INSTITUCIONAL – CGI**

Responsável por aprovar metas, iniciativas estratégicas e acompanhar a estratégia do CJF. O CGI é formado pelo Secretário-Geral do CJF, por magistrado da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, pelo Diretor Executivo de Administração de Gestão de Pessoas, pelo Diretor Executivo de Planejamento e de Orçamento e pelos titulares das unidades do CJF, também foi instituído pela Resolução CJF n. 668, de 9 de novembro de 2020. Em 2021, foi realizada reunião do CGI em 30/6/2021.

---

#### **COMITÊ PERMANENTE DE GESTÃO DE RISCOS**

Criado pela CJF-POR-2019/00007, alterada pela Portaria CJF n. 87, de 26 de fevereiro de 2021, é composto pelos titulares da Secretaria-Geral, da Diretoria Executiva de Administração e de Gestão de Pessoas, da Diretoria Executiva de Planejamento e de Orçamento, da Secretaria de Estratégia e Governança e Secretaria de Tecnologia da Informação. Sua função é de decidir, aprovar, coordenar, fomentar e propor ações voltadas para o gerenciamento de riscos no âmbito do CJF.

---

#### **COMITÊ DE GESTÃO DOS PORTAIS DA INTERNET E DA INTRANET DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CGPORTAL**

Criado pela Portaria CJF n. 266, de 8 de junho de 2021, tem competência para deliberar e aprovar propostas de padronização visual e de conteúdo dos portais, bem como de mudanças de layout e de arquitetura tecnológica e da informação dos portais.

---

#### **COMISSÃO DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DO ASSÉDIO MORAL E DO ASSÉDIO SEXUAL**

Criada pela Portaria CJF n. 172, de 29 de abril de 2021, tem por objetivo monitorar, avaliar e fiscalizar a adoção da Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, instituída pela Resolução CNJ n. 351/2020.

---

#### **COMISSÃO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO**

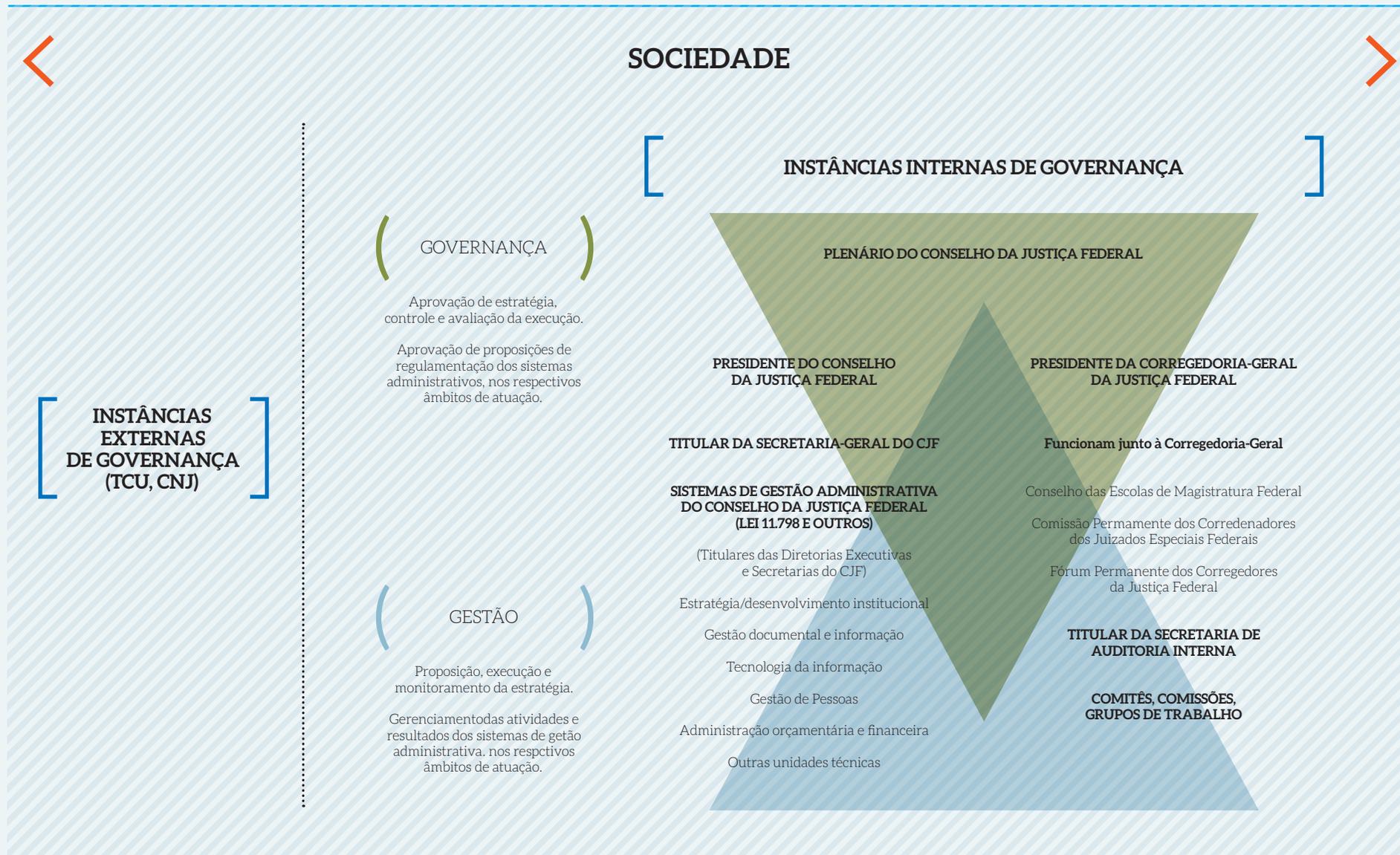
Instituída pela Portaria CJF n. 524, de 21 de outubro de 2021, tem por objetivo propor, orientar e acompanhar em nível estratégico as ações de acessibilidade e inclusão voltadas à eliminação de quaisquer formas de discriminação e à remoção de barreiras de qualquer natureza que dificultem o acesso autônomo e seguro às instalações e aos serviços do órgão por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida

### **1.7 GOVERNANÇA INSTITUCIONAL DO CJF**

O Modelo de Governança do Conselho da Justiça Federal foi concebido por meio da observação das melhores práticas de governança e gestão, bem como da apresentação dos diversos agentes que atuam para o direcionamento, o acompanhamento e a execução da estratégia, de modo que as iniciativas previstas se transformem em resultados positivos a fim de tornar a prestação jurisdicional mais eficiente e efetiva.

O Planejamento Estratégico para o período de 2021-2026 apresenta como tema a promoção da melhoria da governança no CJF, por meio do aperfeiçoamento do conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle, estabelecendo metas, ações e indicadores estratégicos que propiciarão o alcance dos resultados esperados.

**FIGURA 8 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DO CJF**



## MODELO DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

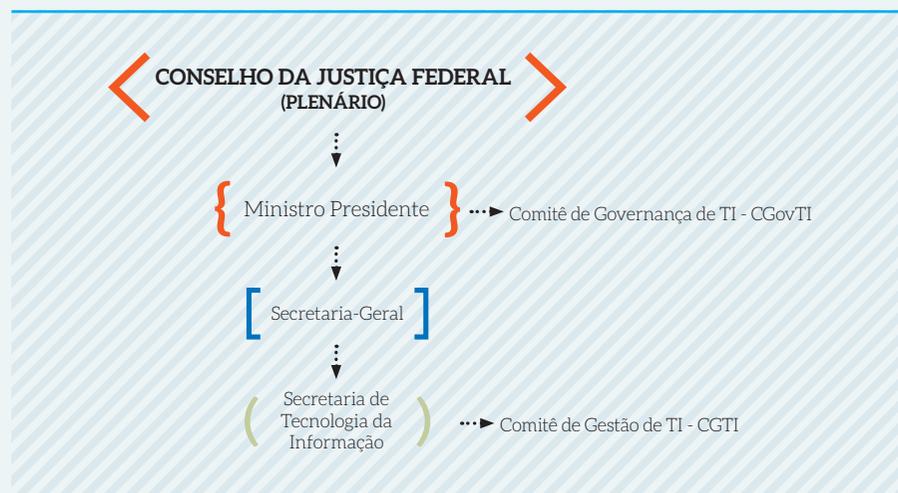
O Modelo de Governança de TI do CJF está alinhado ao Modelo de Governança Corporativo do CJF e tem como principal instância o Comitê de Governança de TI - CGovTI (Portaria CJF n. 537/2020).

O CGovTI tem como atribuições aprovar políticas relativas à Tecnologia da Informação, garantir os insumos e recursos, orçamentários e humanos, para o alcance das metas, bem como priorizar demandas e supervisionar o Plano Diretor de TI.

Há também o Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação - CGTI, com a finalidade de prestar o assessoramento técnico ao CGovTI nas questões afetas à gestão de TI. O CGTI formula e conduz diretrizes de gestão, bem como analisa periodicamente a efetividade dessas diretrizes para a melhoria contínua da estratégia de TI.

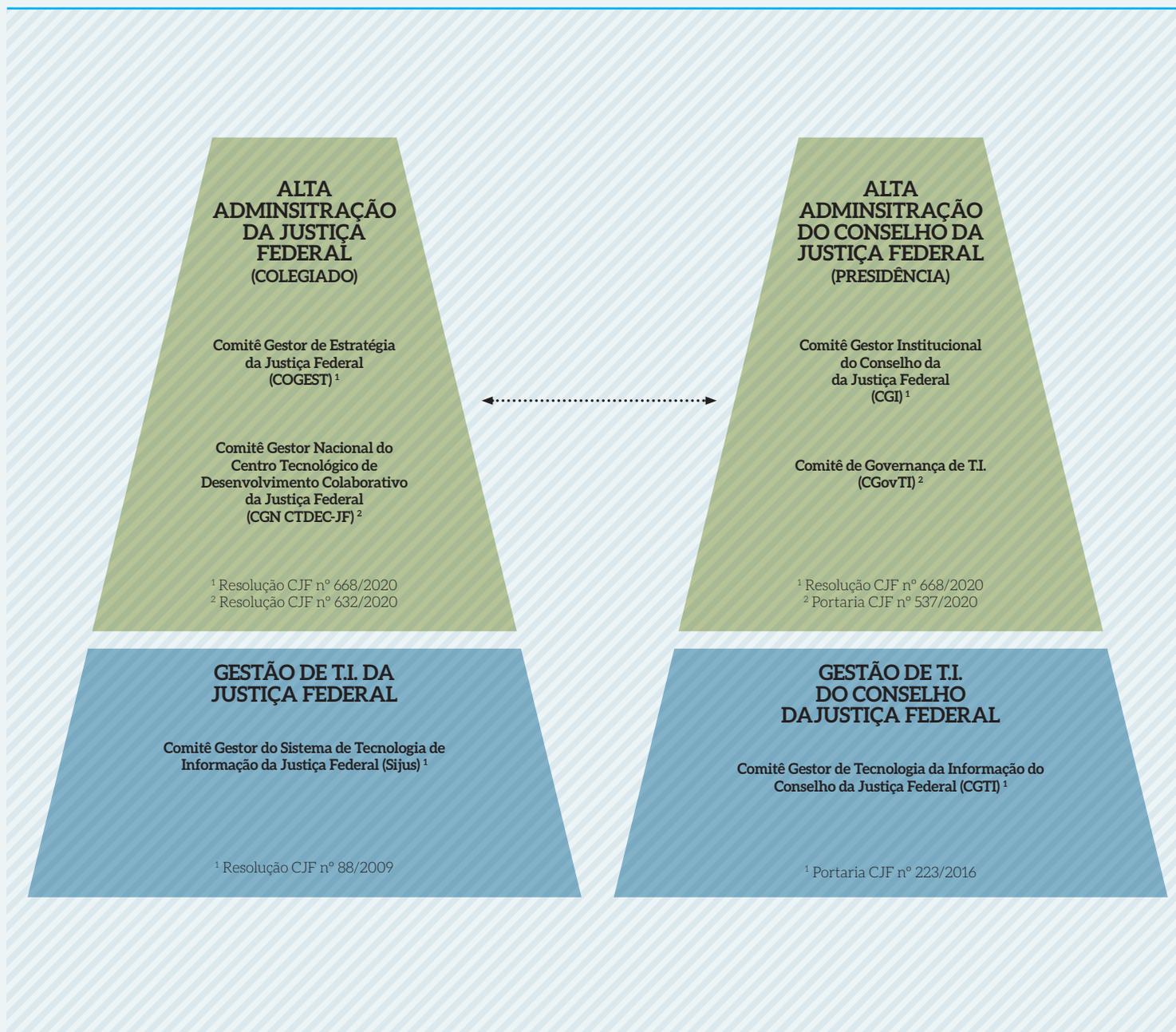
A estrutura interna de governança (CGovTI) e de gestão específica de TI (CGTI) são vinculados, respectivamente, à Presidência do CJF e à Secretaria de Tecnologia da Informação.

FIGURA 9 ESTRUTURA SIMPLIFICADA DA GOVERNANÇA DE TI



A próxima imagem correlaciona especificamente as demais estruturas organizacionais de governança e de gestão com as de TI:

FIGURA 10 ESTRUTURA DA GOVERNANÇA DE TI



## 1.8 GESTÃO DE RISCOS

A gestão de riscos no Conselho da Justiça Federal iniciou-se com a edição da Resolução CJF n. 447, de 7 de junho de 2017, que instituiu a Política de Gestão de Riscos do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus.

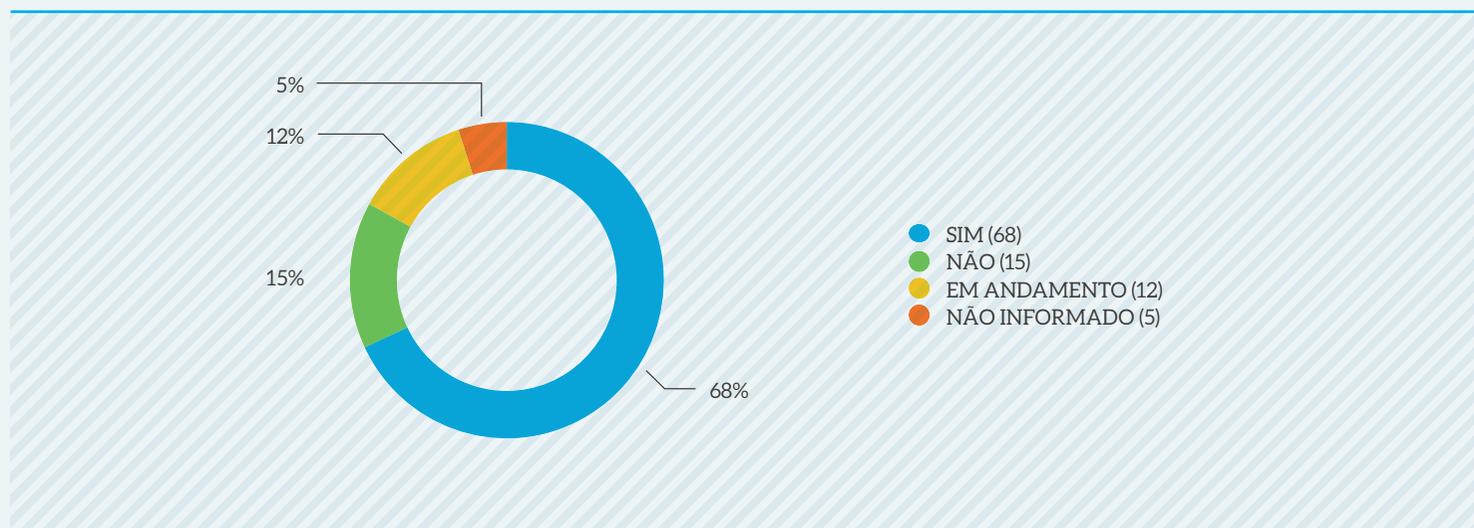
### PRINCIPAIS AÇÕES NA GESTÃO DE RISCOS EM 2021

#### Finalização do 1º Ciclo de Gerenciamento de Riscos no CJF

A finalização do ciclo 1º ciclo ocorreu em agosto de 2021, com o monitoramento e a elaboração de relatório sobre a implementação das ações de controle para os 114 riscos identificados nos processos de trabalho das unidades do CJF, dos quais, aproximadamente, 68% foram tratados, 15% não receberam ações de tratamento/controle, 12% ainda estão em implementação e 6% necessitarão da adoção de novas medidas para mitigá-los.

Verifica-se que, aproximadamente, 80% dos 114 riscos identificados foram tratados ou estão sendo implementadas ações de mitigação, o que trará um ganho em eficiência e eficácia na execução dos processos de trabalho do CJF.

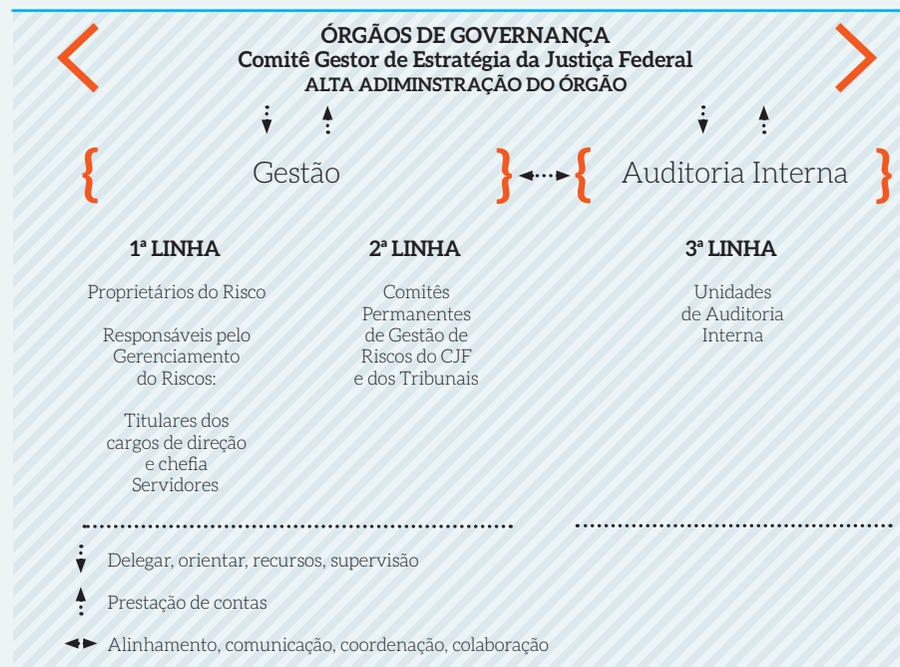
GRÁFICO 1 GERENCIAMENTO DE RISCOS (TRATAMENTO DOS RISCOS)



#### Início do 2º Ciclo de Gerenciamento de Riscos no CJF

Para o 2º ciclo de gerenciamento de riscos, foi realizada a revisão e a atualização do Manual de Gerenciamento de Riscos, tanto para adequá-lo às necessidades dos usuários quanto para incluir a revisão do modelo das três linhas de devesa pelo *Institute of Internal Auditors* – IIA.

**FIGURA 11 ESTRUTURA DA GOVERNANÇA DE RISCOS**



A Matriz de Riscos do Conselho da Justiça Federal pode ser acessada pelo link [Gestão de Riscos – Conselho da Justiça Federal \(cjf.jus.br\)](http://Gestão de Riscos – Conselho da Justiça Federal (cjf.jus.br))

## 1.9 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

### CENTRO DE PRODUÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL – CPJUS

O Centro de Produção da Justiça Federal – CPJUS, composto pelas assessorias de comunicação social dos cinco Tribunais Regionais Federais e coordenado pela Assessoria de Comunicação Social e de Cerimonial do CJF, retomou seu papel de polo de interlocução entre o CJF e os órgãos da Justiça Federal de 1º e 2º graus, com o objetivo de realizar ações conjuntas de comunicação social e desenvolver projetos que promovam a construção de uma política de comunicação institucional unificada.

Durante o último ano, foram retomadas as deliberações do referido Centro, com a realização de oito reuniões virtuais entre as unidades de comunicação do Conselho e dos TRFs. Entre as principais entregas do CPJUS no período estão a proposta de resolução que dispõe sobre a Política de Comunicação do CJF e da Justiça Federal de 1º e 2º grau e a proposta do Manual de Comunicação do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º grau. Ambos os textos devem ser levados ao Pleno do CJF para análise em 2022.

Em 2021, o CPJUS deu início, ainda, à elaboração da minuta de um manual de padronização e boas práticas nas redes sociais.

**TABELA 2 CANAIS DE COMUNICAÇÃO**

Site CJF	www.cjf.jus.br
Endereço	Setor de Clubes Esportivos Sul – SCES, Trecho III, Polo 8, Lote 9 CEP: 70200-003 – Brasília/DF
Telefone	3022-7000

## MATÉRIAS E ATENDIMENTOS

Ao longo de 2021, foram produzidas 384 matérias para o Portal e 169 matérias para publicação na intranet do Conselho. Também foram criados 159 conteúdos para as 24 edições do Mural Digital publicadas no ano passado.

No que se refere ao atendimento à imprensa, a Assessoria de Comunicação atendeu a 75 demandas de grandes veículos nacionais, tais como Folha de S. Paulo, Estadão, Valor Econômico, Gazeta de Alagoas, Agora SP, Revista Veja, Revista Crusoé, Conjur, Globonews, Rede TV, TV Record e CNN Brasil.

Foram produzidos 21 vídeos, incluindo matérias para veiculação na TV Justiça e nas redes sociais do Conselho, bem como vídeos institucionais para divulgação externa e interna.

Entre as produções destacam-se:

- Direitos da Natureza: vídeo sobre o curso internacional “Direitos da Natureza, teoria e prática e o Programa Harmonia com a Natureza das Nações Unidas”, feito a pedido do CEJ/CJF, exibido em dezembro no Palácio das Nações Unidas de Genebra, durante a 10ª Conferência Anual Internacional sobre os Direitos da Natureza para a Paz e o Desenvolvimento Sustentável.
- “Conversas sobre a Controvérsia”: podcast lançado em outubro, numa parceria com a Turma Nacional de Uniformização, que traz um debate sobre representativos da controvérsia julgados pela TNU que tenham grande relevância e impacto no âmbito dos Juizados Especiais Federais.
- Workshop SPF: vídeo comemorativo sobre os 15 anos da implantação do Sistema Penitenciário Federal – SPF no Brasil, veiculado durante o “XII Workshop sobre o Sistema Penitenciário Federal”, realizado pelo CEJ/CJF no mês de outubro.
- Setembro Amarelo: série de quatro vídeos, divulgados semanalmente no mês de setembro, sob demanda da Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP, com o intuito de informar e conscientizar servidores e colaboradores sobre a importância da prevenção ao suicídio.

## PUBLICAÇÃO ESPECIAL

Houve a publicação da revista comemorativa “[Prestando Contas Conselho da Justiça Federal – Ano I](#)”, em alusão ao primeiro ano de gestão do ministro Humberto Martins na Presidência do Órgão, completado no dia 27 de agosto de 2021. A revista trouxe detalhes da execução orçamentária e financeira do CJF, do trabalho administrativo do Órgão, dos eventos realizados e do número de sessões de julgamento. Também destacou os desafios enfrentados pela gestão do ministro Humberto Martins para manter o funcionamento do Conselho durante os momentos mais críticos da pandemia da Covid-19 e as principais parcerias firmadas com órgãos de relevo, entre outros pontos.

## MÍDIAS SOCIAIS

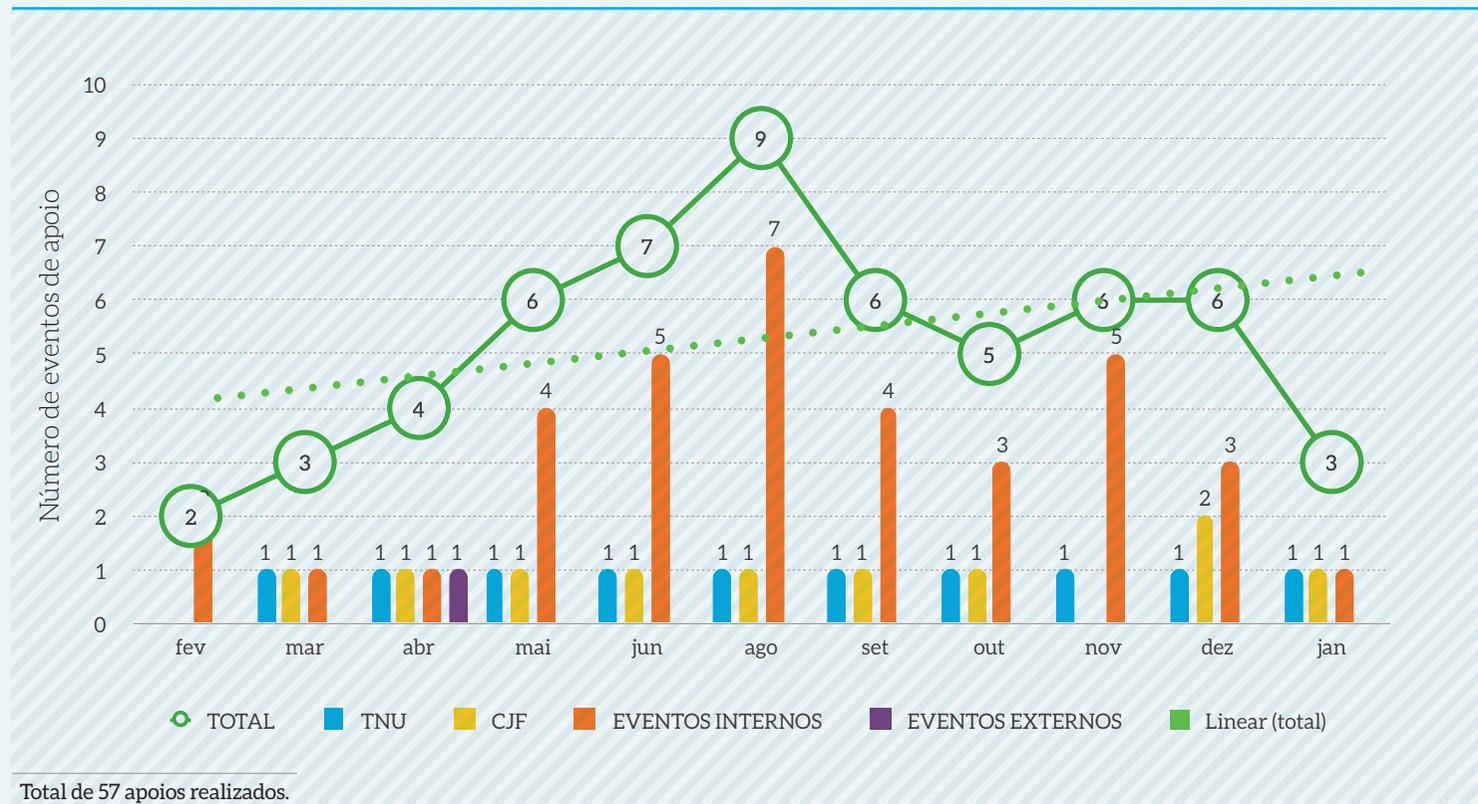
Em março foi lançado o perfil do CJF no Instagram, mídia de compartilhamento de fotos e vídeos e, em agosto, reativada a conta do Órgão no LinkedIn, rede destinada a interações profissionais.

No Instagram, foram feitas 188 publicações no feed, para 2.470 seguidores, além de conteúdo para os stories. No perfil do LinkedIn, foram 103 publicações, com um total de 3.188 seguidores.

Já o perfil do Conselho no Facebook encerrou o ano com 27.756 seguidores. Ao todo, foram 232 publicações entre notas, links e fotos. No Twitter, foram realizados 332 *tweets*, acompanhados por 11 mil seguidores. O canal do CJF no YouTube alcançou 90.974 visualizações no último ano, com 11.131 pessoas inscritas. No período, houve a publicação de 40 vídeos de sessões do CJF e da TNU e de eventos realizados ou apoiados pelo Conselho.

**Eventos externos** – São os serviços de apoio realizados para atender os órgãos externos (STJ, ENFAM, CNJ, STF, TRT, ANTT)

**GRÁFICO 2 ATUAÇÃO DA ÁREA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL EM 2021 (ASCOM 2021)**



nas dependências do CJF para a realização de treinamento, reuniões e eventos.

**Eventos internos** – São os serviços de apoio realizados para atender à demanda interna de treinamentos, reuniões e eventos do CJF e CEJ.

**Eventos cancelados** – São os serviços que porventura foram preparados para realização de eventos externos, contudo não foram executados.

**TNU** – São os serviços de apoio para a realização das sessões da Turma de Nacional de Uniformização, incluindo as reuniões prévias.

**CJF** – São os serviços de apoio para a realização das sessões do CJF.

---

### **CENTRAL DE ATENDIMENTO AO JUIZ FEDERAL – CAJU**

Em 2021, foram realizados 589 novos cadastros no Sistema da CAJU e na base dados Proview, para acesso aos e-books da Editora Revista dos Tribunais. Além disso, foram realizados 7.370 atendimentos pela CAJU, em respostas às pesquisas de doutrina, legislação e jurisprudência. Observa-se que o crescimento é contínuo e muito bem avaliado pela satisfação dos magistrados.

No total, foram disseminados 2.553 artigos de periódicos e 279 fascículos nos Sumários, dos quais 74 contam com memória institucional, para acesso e leitura pelos juízes federais.

Foram realizados 12.393 atendimentos, os quais incluem: pesquisas solicitadas pelas bibliotecas da Justiça Federal; solicitações de artigos dos sumários destinados aos juízes federais; solicitações de artigos e capítulos de livros às outras bibliotecas jurídicas para atender as pesquisas da CAJU; empréstimos, devoluções e renovações de obras; serviços de digitalização para guarda e disseminação de artigos entre as bibliotecas da Justiça Federal e os magistrados federais e estaduais.

---

### **OUVIDORIA**

A Ouvidoria do Conselho da Justiça Federal tem por atribuição atuar como órgão interlocutor, sendo encarregada de receber, tramitar e responder pedidos de informação, críticas, sugestões, dúvidas, elogios e denúncias relacionados às finalidades institucionais do Conselho, sendo, portanto, o seu principal canal de relacionamento com a sociedade.

Em cumprimento à Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), a Ouvidoria do CJF atua, também, como Serviço de Informações ao Cidadão (SIC), contribuindo para a efetividade do direito constitucional de acesso à informação. Para que se atenuem as fronteiras entre a instituição e a sociedade, a Ouvidoria do CJF mantém disponíveis os seguintes canais de comunicação:

Atendimento presencial: de segunda a sexta-feira, das 11 às 19 horas. Endereço: Setor de Clubes Esportivos Sul – SCES, Trecho III, Polo 8, Lote 9. CEP: 70200-003 – Brasília-DF.

**Atendimento eletrônico:** <https://www.cjf.jus.br/cjf/menu/ouvidoria-cjf>

**Atendimento telefônico:** (61) 3022-7007

**Endereço para correspondências:** Setor de Clubes Esportivos Sul – SCES, Trecho III, Polo 8, Lote 9. CEP: 70200-003. Brasília - DF.

No ano de 2021, a Ouvidoria do CJF realizou 940 atendimentos eletrônicos, que abordaram os mais diversos assuntos relacionados ao CJF e à Justiça Federal. As manifestações mais recorrentes na Ouvidoria do CJF foram:

- reclamações por excesso de prazo na condução de processos judiciais da Justiça Federal;
- consultas sobre o andamento de processos judiciais da Justiça Federal;
- reclamações sobre o mérito de decisões judiciais;
- pedidos de orientação jurídica;
- pedidos de informação sobre Precatórios e RPVs da Justiça Federal;
- pedidos de informação sobre o Sistema AJG da Justiça Federal;
- pedidos de informação sobre certidões da Justiça Federal;
- pedidos de informação sobre cargos vagos no Conselho e na Justiça Federal de 1º e 2º graus;
- pedidos de informação sobre distribuição aos Tribunais Regionais Federais de autorizações de provimento de cargos.

## ATENDIMENTO AO CIDADÃO

O link “Fale com a Corregedoria-Geral”, acessível na página da Corregedoria-Geral da Justiça Federal no Portal do CJF na internet, disponibiliza o endereço eletrônico [correge@cjf.jus.br](mailto:correge@cjf.jus.br), por meio do qual as dúvidas e solicitações de informações dos cidadãos e jurisdicionados são encaminhadas e submetidas à apreciação, esclarecimentos e respostas.

As mensagens recebidas envolvem, em sua maioria, pedidos de orientação processual, consultas sobre tramitação de processos no âmbito da Justiça Federal e requerimentos que demandam a intervenção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal nas questões relativas à morosidade processual, como a representação por excesso de prazo, além de dúvidas não relacionadas à competência da Corregedoria-Geral.

## 2 RESULTADOS DA GESTÃO

### 2.1 JUSTIÇA FEDERAL EM NÚMEROS

Em 2021, deu-se início ao Plano Estratégico aprovado pela Resolução CJF n. 668/2020. Para o período, foram estabelecidas 12 metas para a Justiça Federal, sendo sete nacionais, definidas no XIV Encontro Nacional do Poder Judiciário, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça, em novembro de 2020, e cinco específicas, abrangendo prioridades do segmento Justiça Federal.

**TABELA 3 RESULTADO DAS METAS DA JUSTIÇA FEDERAL**

META/ANO	2021
Meta 1 - Produtividade	87,9%
Meta 2 - Celeridade	92,4%
Meta 3 - Conciliação	9,0%
Meta 4 - Improbidade	119,7%
Meta 5 - Execução não Fiscal	87,04%
Meta 6 - Ações coletivas	102,0%
Meta 9 - Agenda 2030	100%
Meta 12 - Ações ambientais	13%
Meta Específica Criminal A - julgados	96,4%
Meta Específica Criminal A - baixados	78,2%
Meta Específica Criminal B	67,5%
Meta Específica de Sustentabilidade	100%
Meta Específica Previdenciária	86,9%

Fonte: Observatório da Estratégia da Justiça Federal

## PROJETOS ESTRATÉGICOS DA JUSTIÇA FEDERAL

**TABELA 4 EVOLUÇÃO DAS METAS DA JUSTIÇA FEDERAL**

META/ANO	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Meta 1 - Produtividade	98,2%	96%	97,5%	114%	99,7%	92,0%	87,9%
Meta 2 - Celeridade	102%	102%	96,7%	94,5%	95,9%	93,1%	92,4%
Meta 3 - Conciliação	4,2%	4,4%	7,6%	7,9%	9%	6,8%	9,0%
Meta 4 - Improbidade	51,7%	47,8%	79,9%	104,6%	120,2%	110,6%	119,7%
Meta 5 - Execução Não Fiscal	81,5%	88%	111,2%	102,2%	107,6%	98,3%	87,04%
Meta 6 - Ações coletivas	57,9%	63,2%	88,9%	96%	98,8%	115%	102,0%
Meta 9 - Agenda 2030	-	-	-	-	-	84%	100% <sup>1</sup>
Meta 12 - Obras públicas paralisadas	-	-	-	-	-	-	-
Meta 12 - Ações ambientais	-	-	-	-	-	-	13%
Meta Específica Criminal A	114,7%	99,2%	98,3%	102,3%	94,85%	101,2%	78,2% <sup>2</sup>
Meta Específica Criminal B	58,5%	61,6%	98,1%	119%	116,25%	120,2%	67,5% <sup>2</sup>
Meta Específica de Sustentabilidade	-	-	-	-	-	-	100,0% <sup>3</sup>
Meta Específica previdenciária	-	-	-	-	-	-	86,9% <sup>4</sup>

Fonte: Observatório da Estratégia da Justiça Federal

<sup>1</sup>Até o momento da apuração a 2ª Região ainda não havia enviado dados referentes a 2021 para a Meta Específica Criminal A

<sup>2</sup> Até o momento da apuração a 2ª Região ainda não havia enviado dados referentes a 2021 para a Meta Específica Criminal B

<sup>3</sup> Até o momento da apuração a 1ª e a 2ª Região ainda não haviam enviado dados referentes a 2021 para a Meta Específica de Sustentabilidade

<sup>4</sup> Até o momento da apuração a 2ª e 5ª Região ainda não haviam enviado dados referentes a 2021 para a Meta Específica Previdenciária.

**TABELA 5 EVOLUÇÃO DAS METAS DA JUSTIÇA FEDERAL**

META	RESULTADO		
1	Produtividade - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	TRF1	87,6%
		TRF2	91,9%
		TRF3	79,1%
		TRF4	83,3%
		TRF5	102,4%
2	Celeridade - Identificar e julgar, até 31/12/2021: - No 1º e 2º graus, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2016 e 85% dos processos distribuídos em 2017; - Nos Juizados Especiais e nas Turmas Recursais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2018.	TRF1	84,8%
		TRF2	100,4%
		TRF3	95,8%
		TRF4	102,2%
		TRF5	96,1%

**TABELA 5 EVOLUÇÃO DAS METAS DA JUSTIÇA FEDERAL**

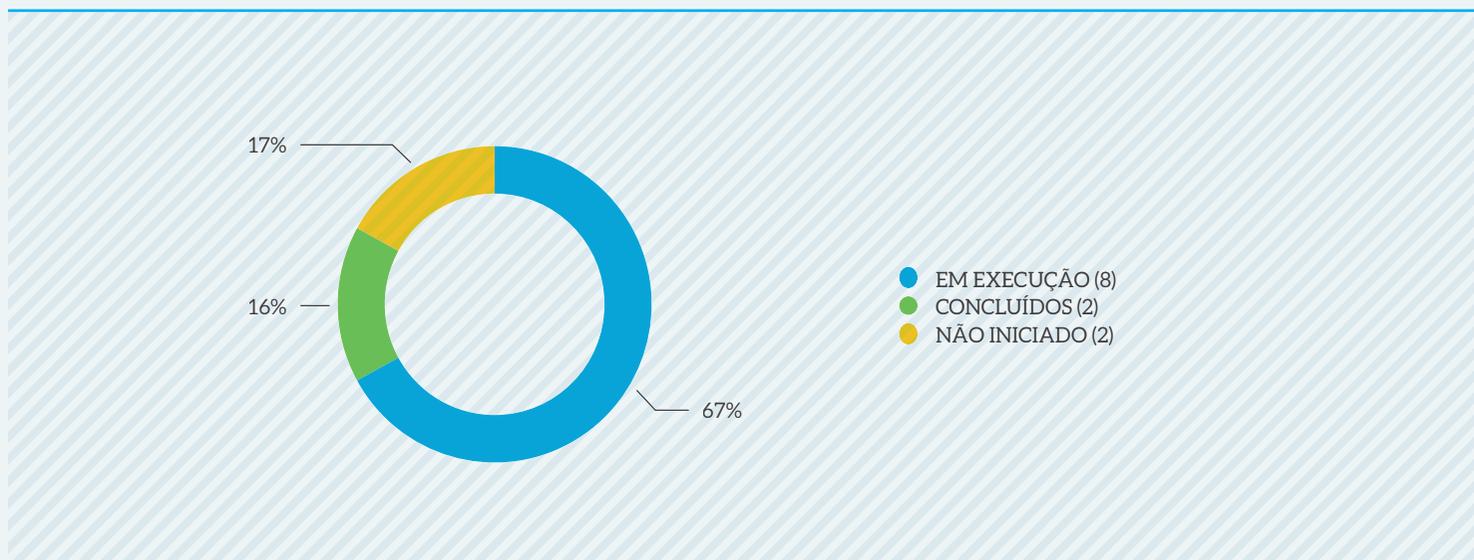
META	RESULTADO	
3	Conciliação - Fomentar o alcance do percentual mínimo de 6% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos.	TRF1 14,7%
		TRF2 4,2%
		TRF3 3,3%
		TRF4 6,3%
		TRF5 13,9%
4	Improbidade Administrativa - Identificar e julgar até 31/12/2021 : - FAIXA 1: 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31/12/2018; - FAIXA 2: 60% das ações de improbidade administrativa e 70% das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31/12/2018.	TRF1 120,7%
		TRF2 106,58%
		TRF3 116,7%
		TRF4 118,0%
		TRF5 132,0%
5	Execução Não-fiscal - Reduzir em 2 pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2020. Cláusula de barreira: 43%	TRF1 82,3%
		TRF2 87,7%
		TRF3 102,3%
		TRF4 86,1%
		TRF5 77,6%
6	Ações Coletivas - Identificar e julgar até 31/12/2021: - FAIXA 3: 70% dos processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2017, no 1º e 2º graus; - FAIXA 2: 80% dos processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2017, no 1º e 2º graus; - FAIXA 1: 85% dos processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2017, no 1º e 2º graus.	TRF1 101,9%
		TRF2 100,4%
		TRF3 101,4%
		TRF4 103,3%
		TRF5 125%
9	Realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), da Agenda 2030.	TRF1 -
		TRF2 100%
		TRF3 100%
		TRF4 100%
		TRF5 -
12	Identificar e impulsionar até 31/12/2021, os processos que tenham por objeto matéria ambiental.	TRF1 2%
		TRF2 55%
		TRF3 29%
		TRF4 107%
		TRF5 490%

**TABELA 5 EVOLUÇÃO DAS METAS DA JUSTIÇA FEDERAL**

META	RESULTADO	
	Meta Específica Criminal A – Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais do ano corrente.	TRF1 179,3%
		TRF2
		TRF3 91,6%
		TRF4 76,4%
		TRF5 35,7%
	Meta Específica Criminal A – Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais do ano corrente.	TRF1 133,2%
		TRF2 77,3%
		TRF3 104,3%
		TRF4 72,9%
		TRF5 118,2%
12	Meta Específica Criminal B – Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12/2018.	TRF1 72,0%
		TRF2 -
		TRF3 75,0%
		TRF4 124,7%
		TRF5 102,0%
	Meta Específica Sustentabilidade – Cumprir 100% dos cinco temas selecionados do Plano de Logística Sustentável (energia elétrica, água e esgoto, coleta seletiva, papel e contratação pública sustentável)	TRF1 -
		TRF2 -
		TRF3 100%
		TRF4 -
		TRF5 -
	Meta Específica Previdenciária – Julgar mais ações previdenciárias e assistenciais do que as distribuídas no ano, incluindo o auxílio emergencial	TRF1 83,5%
		TRF2 -
		TRF3 99,4%
		TRF4 87,6%
		TRF5 -

Fonte: Observatório da Estratégia da Justiça Federal

**GRÁFICO 3 STATUS DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS DA JUSTIÇA FEDERAL (STATUS DEZ/2021)**



**TABELA 6 STATUS DOS PROJETOS EM EXECUÇÃO**

PROJETO	OBJETIVO	STATUS
Aprimoramento da gestão de dados da JF	Formar um banco de dados processuais unificados na Justiça Federal que possibilite extração de informações parametrizadas que poderão ser utilizadas para a definição de políticas judiciárias e na tomada de decisões gerenciais de magistrados e responsáveis pelas unidades administrativas de toda a Justiça Federal a partir de um retrato acurado da realidade.	34%
Conheça a Justiça Federal	Fortalecer a relação institucional da Justiça Federal com a sociedade, utilizando uma comunicação efetiva.	72%
Definição de política de governança de dados	Elaborar política de governança de dados para a Justiça Federal, com base na Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD e outros normativos do CJF.	0%
Depósitos judiciais na Justiça Federal	Regularizar os depósitos judiciais em processos baixados e em processos em tramitação com valores desbloqueados, bem como os depósitos realizados em nome dos beneficiários de requisições de pagamento e precatórios, com a destinação dos valores às partes ou a conversão em renda para a União.	40%

**TABELA 6 STATUS DOS PROJETOS EM EXECUÇÃO**

PROJETO	OBJETIVO	STATUS
Implantação da Lei Geral de Proteção de Dados na Justiça Federal	Implantar, no âmbito da JF, os dispositivos estabelecidos pela Lei Geral de Proteção de Dados e da Recomendação CNJ n. 73, de 20 de agosto de 2020, alcançando qualquer operação que envolva o arquivamento, processamento, armazenamento, captura, utilização, reprodução e transferência de dados pessoais, ou seja, qualquer tratamento de dados pessoais por meio de publicação de recomendações para os órgãos da Justiça Federal.	26%
Implantação do Sistema Eletrônico de Recursos Humanos	Desenvolvimento, implantação e governança do sistema único de gestão de pessoas do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus.	39%
Justiça transparente	Criar rede colaborativa entre os órgãos da Justiça Federal com plano de ação integrado para implementação das boas práticas de transparência demandadas no ranking de modo que os órgãos da Justiça Federal se destaquem.	34%
Levantamento de ocupações críticas	Elaborar metodologia e realizar o levantamento das ocupações críticas junto aos órgãos da Justiça Federal.	0%
Padronização da Organização das Varas Federais	Criar modelo de gestão judicial, visando aprimorar e dar celeridade ao fluxo de trabalho das varas federais.	24%
Sistema de Autorização Remota On-line	Implementar um sistema de informação que forneça um mecanismo unificado para a autenticação e autorização dos usuários nos sistemas nacionais e corporativos do CJF e Justiça Federal de 1ª e 2ª instância.	30%

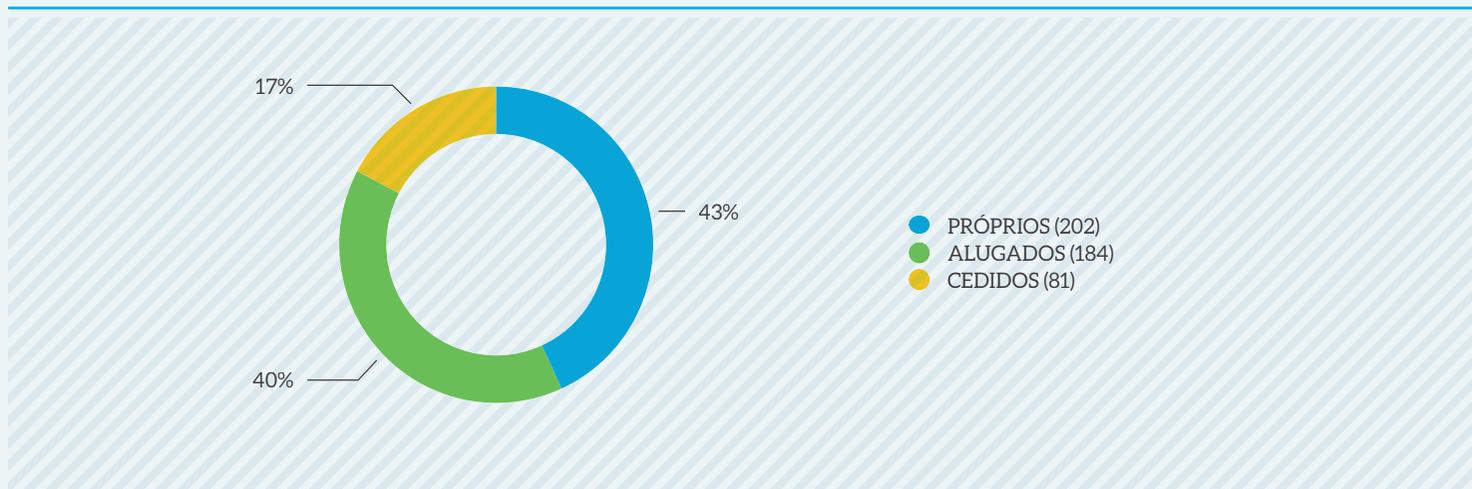
**TABELA 7 PROJETOS CONCLUÍDOS**

PROJETO	PRODUTOS
Contratações conjuntas na área de TI	Assegurar que o sistema de TI da Justiça Federal atue de forma integrada e colaborativa, por meio da uniformização de procedimentos e metodologias, de modo a reduzir a heterogeneidade, permitindo a interoperabilidade, o compartilhamento do conhecimento e a melhoria na execução das rotinas de trabalho, gerando economicidade e aumento da eficiência operacional.
Laboratório de Inovação da Justiça Federal	a. Formação do grupo de trabalho; b. Elaboração de questionário para diagnóstico; c. Minuta de Portaria para designação de gestor e gerente do Projeto Estratégico; d. Implementação do questionário e elaboração de diagnóstico dos laboratórios de inovação da Justiça Federal; e. Elaboração de painel interativo contendo os dados do diagnóstico dos laboratórios de inovação da Justiça Federal, publicados no endereço <a href="https://www.cjf.jus.br/observatorio">Inovação – Observatório da Estratégia da Justiça Federal (cjf.jus.br)</a>

## 2.2 SISTEMA DE EDIFICAÇÕES DA JUSTIÇA FEDERAL

Hoje, a Justiça Federal ocupa 467 edifícios distribuídos em 307 municípios do Brasil, sendo que 40% das edificações são de imóveis alugados, 43% são de edificações próprias e 17% correspondem a edificações cedidas.

**GRÁFICO 4 SITUAÇÃO IMOBILIÁRIA (SITUAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES)**



**TABELA 8 MAPA DAS EDIFICAÇÕES DA JUSTIÇA FEDERAL**

**MAPA RESUMO DE EDIFICAÇÕES DA JUSTIÇA FEDERAL CADASTRADAS NO SISTEMA CADIJUS - TOTAL POR ÓRGÃO**

REGIÃO	Qtd. Cidades	Edificações			
		Qtd. Edifícios	Situação (Quantidade)		
			Próprios	Alugados	Cedidos
CJF	0*	2	2	0	0
1ª REGIÃO**	73	122	64	41	17
2ª REGIÃO	25	38	20	15	3
3ª REGIÃO	51	77	29	37	11
4ª REGIÃO	87	102	22	51	29
5ª REGIÃO	43	79	47	14	18
6ª REGIÃO	28	47	18	26	3
<b>TOTAL</b>	<b>307</b>	<b>467</b>	<b>202</b>	<b>184</b>	<b>81</b>

Levantamento feito em janeiro de 2022 (CADIJUS)

\*Cidade de Brasília contabilizada no levantamento da 1ª Região.

\*\*Imóveis no estado de Minas Gerais, cadastrados pela 1ª Região, foram contabilizados para a 6ª Região.

## OBRAS NA JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS

O Plano Plurianual de Obras da Justiça Federal – PPA 2020 a 2023 contempla o total de 143 ações orçamentárias, com o investimento no valor aproximado de R\$ 1,2 bilhão e um acréscimo futuro de área a ser ocupada de aproximadamente 220.000 m<sup>2</sup>, considerando as desocupações dos edifícios atuais.

Por sua vez, o Plano de Obras da Justiça Federal do exercício de 2021 consignou 65 ações orçamentárias, no valor de R\$ 164.518.562,80, das quais 49 ações receberam créditos orçamentários na Lei Orçamentária Anual – LOA de 2021 (incluindo os créditos adicionais), no valor correspondente a mais de R\$ 105.000.000,00, distribuídos conforme quadro abaixo:

**TABELA 9 CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS PLANO DE OBRAS**

CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS - LOA 2021				
REGIÃO	REFORMA	CONSTRUÇÃO	AQUISIÇÃO	TOTAL
CJF	1	-	-	1
1ª Região	12	5	-	17
2ª Região	3	-	-	3
3ª Região	11	-	2	13
4ª Região	-	2	-	2
5ª Região	12	1	-	13
<b>TOTAL</b>	<b>39</b>	<b>8</b>	<b>2</b>	<b>49</b>

Em relação ao exercício financeiro de 2022, o montante de recursos solicitados pelos órgãos da Justiça Federal para execução em 2022 corresponde a R\$ 130.283.264,35. O limite orçamentário a ser concedido perfaz o total de R\$ 113.558.007,00.

## SITUAÇÃO DAS OBRAS NA JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS

Dentre as 49 ações contidas no Plano de Obras de 2021, três obras encontram-se paralisadas, quais sejam: 11RV – Construção do edifício-sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em Brasília - DF, 14YI – Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Juína - MT e 11JL – Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Foz do Iguaçu - PR. Essas obras estão sendo monitoradas pelos Tribunais Regionais Federais, bem como pelo CJF.

CJF – 1 obra em execução;

1ª Região – 15 obras em execução e 2 paralisadas;

2ª Região – 3 obras em execução;

3ª Região – 11 obras em execução e 2 aquisições de imóveis;

4ª Região – 1 obra em execução e 1 paralisada;

5ª Região – 13 obras em execução.

As principais causas de paralisação de obras são falhas de projetos detectadas, tão somente, no momento de execução das obras e o descumprimento de cláusulas contratuais pelas empresas responsáveis pela execução da construção, notadamente no que se refere ao cronograma de execução e às formalidades legais (FGTS, INSS, CNDT etc.).

## 2.3 CORREGEDORIA-GERAL EM NÚMEROS

A Corregedoria-Geral da Justiça Federal tem por competência primordial exercer a supervisão técnica, o controle e a orientação normativa da Justiça Federal de 1º e 2º graus.

Dentro da estrutura orgânica do Conselho da Justiça Federal, a Corregedoria-Geral encontra-se subordinada ao Ministro Corregedor, que também exerce o cargo de Vice-Presidente do Conselho da Justiça Federal.

Quanto às atribuições tipicamente correicionais exercidas pelo Ministro Corregedor-Geral, cuja operacionalização fica ao encargo da Secretaria da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, conforme atribuições estabelecidas no Regimento Interno do CJF, com a finalidade de prestar informações de modo objetivo e transparente aos órgãos de controle e provedores de recursos, bem como aos usuários dos serviços, passa-se ao relatório do exercício de 2021 acerca da gestão operacional do Órgão.

No exercício de 2021, tramitaram na Secretaria da Corregedoria-Geral diversos processos versando sobre matérias de interesse administrativo e assuntos gerais relacionados à Justiça Federal, ao Conselho Nacional de Justiça, a outros órgãos da Administração Federal, ao atendimento de demandas de cidadãos, bem como às inspeções e correições nos Tribunais Regionais Federais, a saber:

**TABELA 10 PROCESSOS DA CORREGEDORIA-GERAL**

1 - RELATADOS PARA DECISÃO DO COLEGIADO	16
<b>TOTAL</b>	<b>16</b>
2 - REPRESENTAÇÕES POR EXCESSO DE PRAZO	271
<b>TOTAL</b>	<b>271</b>
3 - INSPEÇÕES E AUTOINSPEÇÕES	
3.1 - Inspeção no Tribunal Regional Federal da 1ª Região	63
3.2 - Inspeção no Tribunal Regional Federal da 4ª Região	1
3.3 - Inspeção no Tribunal Regional Federal da 5ª Região	1
3.4 - Autoinspeção no Tribunal Regional Federal da 2ª Região	1
3.5 - Autoinspeção no Tribunal Regional Federal da 3ª Região	1
3.6 - Programa de Acompanhamento Permanente	4
<b>TOTAL</b>	<b>71</b>

### PROCESSOS DA CORREGEDORIA

O Ministro Corregedor-Geral participou de 17 sessões de julgamento em 2021, sendo oito sessões ordinárias e nove virtuais, tendo levado a julgamento, na condição de Relator, 16 processos.

As inspeções nos Tribunais Regionais Federais são tratadas em processos específicos da Corregedoria-Geral. Para cada inspeção, são autuados um processo principal, que trata dos aspectos gerais, e ainda processos individualizados para fins de acompanhamento de cada unidade inspecionada quanto às recomendações constantes no relatório.

---

## **INSPEÇÕES E AUTOINSPEÇÕES**

Visando ao aprimoramento da prestação jurisdicional, a Corregedoria-Geral realizou, em 2021, inspeções no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em maio; na 5ª Região, em setembro; e, em outubro, na 4ª Região, além de duas autoinspeções nos TRFs das 3ª e 2ª Regiões.

A Corregedoria estabeleceu novos procedimentos e metodologias de trabalho a serem aplicadas na realização das inspeções e autoinspeções no âmbito dos TRFs, conforme previsto no Provimento n. 1/2021-CG-CJF.

Os relatórios de inspeção, após aprovados pelo Colegiado do CJF, são disponibilizados no sítio eletrônico, no link: <https://www.cjf.jus.br/cjf/corregedoria-da-justica-federal/corregedoria-geral-da-justica-federal>.

Outro destaque foi a edição do Provimento n. 6/2021-CG-CJF, que regulamentou o Programa de Acompanhamento Permanente de Unidades Jurisdicionais e objetiva a supervisão contínua dessas unidades, mediante monitoramento do volume de processos com prazos excedidos, bem como daqueles que aguardam o cumprimento de metas anuais da Justiça Federal, estipuladas pelo CNJ e pelo CJF.

---

## **DEMANDA DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS - DPVAT**

No ano de 2021, a Caixa Econômica Federal, mediante contrato firmado com a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, assumiu a operação do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não (Seguro DPVAT) no que toca aos acidentes posteriores a 1º de janeiro de 2021 e, com isso, o julgamento dos litígios envolvendo fatos relativos a esse seguro e ocorridos a partir da citada data passou a ser da Justiça Federal.

Assim, diante do impacto da nova demanda, o Centro Nacional de Inteligência da Justiça Federal – CNIJF, por meio do seu Grupo Decisório (do qual é integrante o Corregedor-Geral da Justiça Federal), aprovou duas notas técnicas sobre a matéria, quais sejam: Nota Técnica n. 37/2021 e 37-A/2021. A primeira tratou de identificar e avaliar os impactos da assunção das causas relativas ao Seguro DPVAT pela Justiça Federal e de sugerir iniciativas e medidas de caráter não jurisdicional para preparar as unidades jurisdicionais e mitigar tais impactos. A segunda acabou resultando no entabulamento de entendimentos sobre a importância da interoperabilidade entre os sistemas da CAIXA e do Poder Judiciário com vistas a tornar o fluxo processual mais dinâmico e, com esse fim, culminou na elaboração de minuta de acordo de cooperação técnica a ser firmado entre o Conselho Nacional de Justiça, o Conselho da Justiça Federal e a Caixa Econômica Federal, hoje sob trâmite final no Conselho da Justiça Federal.

Destaque-se, ainda, que a minuta de acordo de cooperação técnica teve por base atividades desenvolvidas por um grupo de magistrados federais destacados para tratar da temática do DPVAT e em face do qual a Corregedoria-Geral esteve à frente dos trabalhos.

---

## **PJECOR**

A partir de 2/8/2021, a Corregedoria-Geral da Justiça Federal passou a utilizar o sistema PJeCor, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, para proceder na autuação, no registro, no controle, na consulta e na tramitação dos procedimentos de natureza disciplinar, em substituição ao Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

O novo procedimento visou a adequação às diretrizes do CNJ instituída por meio da Resolução CNJ n. 320, de 15/5/2020, que alterou a Resolução CNJ n. 185, de 18/12/2013, que instituiu a regra de promoção dos feitos no PJeCor, em consonância à Meta 1/2020, da Corregedoria Nacional de Justiça, e à Lei n. 11.419/2006.

Para regulamentar a implantação e a utilização do novo sistema, foi editado o Provimento n. 8/2021-CG-CJF, que previu, entre outras ações, a publicação no sítio eletrônico do CJF das informações necessárias para a correta utilização do PJeCor – disponível em: <https://www.cjf.jus.br/cjf/corregedoria-da-justica-federal/corregedoria-geral-da-justica-federal/pjecor/pjecor>.

Desde a implantação e até o final de 2021, tramitaram mais de 140 feitos, sendo a grande maioria da classe de representação por excesso de prazo, com a emissão de mais de 270 decisões e/ou despachos.

## **CONCILIAÇÃO**

O fomento da cultura da conciliação na Justiça Federal continuou sendo foco da Corregedoria-Geral da Justiça Federal durante o ano de 2021.

Nesse sentido, dentre outras, vale destacar a proposta de regulamentação da remuneração de conciliadores e mediadores na Justiça Federal.

Nos termos da Portaria CJF n. 201, posteriormente alterada pela Portaria CJF n. 505, ambas de 2021, o Ministro Jorge Mussi, Corregedor-Geral da Justiça Federal, instituiu grupo de trabalho para formular proposta de regulamentação acerca dos parâmetros de remuneração de conciliadores e mediadores judiciais.

O referido grupo de trabalho é composto pelos desembargadores federais coordenadores dos núcleos de conciliação dos Tribunais Regionais Federais, pelo Secretário-Geral do Conselho da Justiça Federal e pelos juízes auxiliares da Corregedoria-Geral da Justiça Federal.

Para o alcance de seus fins, o mencionado grupo realizou reuniões virtuais, analisou dados estatísticos e discutiu sobre os termos da minuta de resolução. Oportuno mencionar que o Laboratório de Inovação da Justiça Federal do Espírito Santo – InovarES foi chamado para contribuir com os debates.

Atualmente, a matéria encontra-se sob processamento no âmbito do Conselho da Justiça Federal.

O diálogo aberto entre os núcleos de conciliação dos Tribunais Regionais Federais e a Corregedoria-Geral da Justiça Federal foi estimulado no ano de 2021. Conforme praxe adotada pelo Ministro Jorge Mussi, temas de interesse dos desembargadores federais dos referidos núcleos foram expostos em encontro específico. Também respectivos assessores tiveram a oportunidade de, mediante agendamento de reunião virtual organizada pela Secretaria da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, trocar conhecimentos e experiências a respeito do Sistema de Controle de Ações de Capacitação em Mediação e Conciliação do Conselho Nacional de Justiça (ConciliaJud).

## **2.4 O CJF EM NÚMEROS**

Em sua atuação institucional, o CJF monitorou, em 2021, 27 das 30 metas estratégicas estabelecidas em seu Plano Estratégico 2021-2026, conforme tabela geral a seguir:

**TABELA 11 SÍNTESE DO CUMPRIMENTO DAS METAS DO CJF**

META	RESULTADO	CUMPRIMENTO
Reduzir para 40 dias o tempo médio do trâmite dos processos da TNU	43,1 dias	104,3%
Atender 100% dos itens e-Gov de acessibilidade até 2026	1 item	25%
Posicionar o CJF entre os 50 primeiros órgãos no ranking da transparência	84ª posição	92,9%
Estabelecer, anualmente, duas parcerias internacionais	3 parcerias	150%
Estabelecer, anualmente, três parcerias nacionais	9 parcerias	300%
Atingir, até 2026, mais seis sistemas nacionais	1	100%
Realizar, até 2026, 10 contratações conjuntas	0	0
Obter, no mínimo, 80% de percepção positiva dos servidores em relação aos meios de comunicação internos disponíveis, até 2026	Não realizada	0
Aumentar, a cada ano, a quantidade de comunidades de prática ativa, física ou virtual, na Justiça Federal	3	Mensuração em 2022
Realizar pesquisas, estudos e diagnósticos sobre 100% dos temas identificados como de relevância para a JF, até 2026	8 pesquisas	133,3%
Executar ações em 100% das demandas autuadas no âmbito da SCG até a primeira decisão/despacho lançada(o) por acordo de cooperação técnica n. 001/2018 entre o CNJ e o CJF	168 ações	99,4%
Executar 100% das ações de inspeções articuladas entre o CJF e os TRFs	2 ações	100%
Manter-se no nível aprimorado das avaliações de governança de TI, até 2026	0,635	79,4%
Realizar, anualmente, 100% das vitórias técnicas previstas nos planos anuais	0	0
Realizar, anualmente, 100% das auditorias previstas nos planos anuais, até 2026	12	60%
Promover, pelo menos, um evento sobre auditoria interna (SAI) e, pelo menos, um evento sobre gestão de obras (SGO)	8	50%
Integrar medidas de sustentabilidade, quando cabível, a 90% dos contratos analisados, até 2026	42 contratos	103,7%
Cumprir 100% das metas do PLS	12 metas	80%
Atingir, até 2026, institucionalização de 13 normativos de política de segurança da informação	0	0
Atingir, em 2026, o nível 4 nos processos de gestão de vulnerabilidade - IMGV	0	0
Manter, até 2026, 90% de satisfação dos usuários com os serviços de TI	89%	98,9%
Atingir, até 2026, 12 inovações e modernizações tecnológicas implementadas aos usuários	4	200%
Capacitar, anualmente, 80% dos servidores do CJF em pelo menos uma ação educacional	236 servidores capacitados	115,2%
Capacitar, a cada biênio, 100% dos gestores do CJF em 30 horas de capacitação de natureza gerencial	42 gestores capacitados	32,56%
Executar, anualmente, 80% das ações de capacitação previstas no PAC	35 ações executadas	72,92%
Alcançar e manter, até 2025, 70% de satisfação nas pesquisas de clima organizacional	68,83%	98,32%
Executar 90% das dotações para despesas discricionárias	81,03%	90%
Fonte: Observatório da Estratégia da Justiça Federal		

A seguir, serão apresentados os resultados detalhados, vinculados aos objetivos estratégicos:



### **IMPULSIONAR A PRESTAÇÃO JURISDICIONAL DE EXCELÊNCIA PARA A SOCIEDADE**

Esse objetivo estratégico é apoiado pela TNU, órgão presidido pelo Ministro Corregedor-Geral da Justiça Federal, cuja competência é processar e julgar os pedidos de uniformização de interpretação de lei federal, em questões de direito material, fundamentados em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em face de decisão de uma Turma Recursal proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.

Para ser efetivo neste objetivo, o CJF percebeu a necessidade de otimizar as tarefas referentes ao trâmite judicial visando a uma prestação mais eficiente e célere.

<b>META 1 - REDUZIR PARA 45 DIAS O TEMPO MÉDIO DO TRÂMITE DOS PROCESSOS DA TNU</b>		
Tempo médio de tramitação	Cumprimento da meta	Resultado
43,1 dias	104,34%	

Com a meta, o CJF busca alcançar, em média de número de dias, o razoável tempo de tramitação de processos judiciais da TNU, referentes às classes 457 – pedido de uniformização de interpretação de Lei Cível e 11791 – pedido de uniformização de interpretação de lei criminal. A meta para 2021 era alcançar 45 dias. Para a análise da meta, foram considerados os seguintes dados:

**TABELA 12 PROCESSOS TNU**

Sessões ordinárias de julgamento	10
Sessões virtuais de julgamento (ambiente eletrônico)	3
Processos recebidos na Presidência	18.259
Processos distribuídos aos juízes relatores (originários – MS e Rcl)	239
Processos distribuídos aos juízes relatores (em sede de pedido de uniformização)	1.491
Decisões monocráticas da Presidência	17.964
Acórdãos	1.088
Despachos/decisões dos juízes relatores	941
Processos baixados	18.172

Outras ações implementadas em 2021 pela TNU para impulsionar a prestação jurisdicional:

- Publicação no Diário de Justiça Eletrônico Nacional: em cumprimento à Resolução n. 234/2016 do CNJ, a TNU implementou a integração do sistema e-proc com o DJeN, desde o dia 26 de abril de 2021, quando deu início à primeira publicação.

- Balcão Virtual: a TNU implantou no dia 29 de abril de 2021 o Balcão Virtual, uma plataforma de videoconferência destinada ao atendimento de advogados e outros interessados nos processos em tramitação na TNU.
- Repositório TNU: publicado no Portal da Justiça Federal em junho de 2021. Tem o objetivo de dar publicidade às relevantes teses firmadas pelo Colegiado da TNU e os representativos da controvérsia transitados em julgado, organizados por matérias.
- **Podcasts:** em outubro de 2021, a TNU lançou mais uma ferramenta de divulgação das suas decisões por meio do programa “Conversa sobre a controvérsia” em **podcasts**, veiculando entrevistas com os juízes integrantes da Turma Nacional acerca dos julgamentos dos representativos da controvérsia, com periodicidade mensal. Essa publicação é uma forma de ampliar a divulgação do entendimento jurídico da TNU sobre esses temas, de forma rápida, objetiva e didática para os cidadãos, que poderão ouvir de qualquer lugar e a qualquer hora os conteúdos produzidos.
- Manual de Admissibilidade Recursal da TNU: publicado no Portal da Justiça Federal em 20 de outubro de 2021. Este manual “compila e discorre, de forma objetiva, sobre os pressupostos recursais que vêm sendo utilizados pela Turma Nacional no exame dos pedidos de uniformização a ela dirigidos. Têm por finalidade oferecer diretrizes práticas para a análise da admissibilidade dos referidos recursos, permitindo uma melhor compreensão dos filtros que balizam o juízo de admissibilidade, promovendo maior celeridade e o aprimoramento da prestação jurisdicional”.
- Base Nacional de Dados do Poder Judiciário (DataJud): a TNU passou a disponibilizar os dados estatísticos no DataJud do CNJ.
- Base de Jurisprudência da TNU: o objetivo é incrementar a base com novos argumentos de pesquisa, agregando os “representativos de controvérsia e os precedentes relevantes”, de forma apartada dos acórdãos, mantendo os campos já existentes. Assim os usuários poderão efetuar uma pesquisa selecionada, obtendo resultados mais assertivos. O ambiente ficará mais útil e eficiente. Ademais os representativos e os precedentes relevantes (acórdãos com teses fixadas) são julgados/temas que merecem destaque, diante da relevância e da repercussão alcançada. Em fase de homologação pela secretaria da TNU.
- Workshop TNU: realizada a 5ª Edição do workshop “Diálogos e Cooperação no Sistema Recursal dos Juizados Especiais Federais”, via webconferência, nos dias 10 e 11 de novembro de 2021. O objetivo do workshop que acontece anualmente é proporcionar um fórum de debates acerca da análise dos pedidos de uniformização, com vistas ao aprimoramento da prestação jurisdicional. Destinado aos magistrados e assessores que estão ligados ao sistema recursal dos Juizados Especiais Federais, diretamente envolvidos no juízo de admissibilidade dos Pedidos de Uniformização de Interpretação de Lei Federal.

## GARANTIR O DIREITO À INFORMAÇÃO

Este objetivo decorre do entendimento de que o CJF deve viabilizar meios de esclarecimentos, informações e acessos a dados, de forma clara e transparente, a todos os interessados aos temas abarcados pela Justiça Federal é o caminho a ser explorado. Duas metas foram desenvolvidas:

META 2 - ATENDER 100% DOS ITENS EGOV DE ACESSIBILIDADE ATÉ 2026		
% alcançado	Cumprimento da meta	Resultado
20%	25%	

META 3 - POSICIONAR O CJF ENTRE OS 50 PRIMEIROS ÓRGÃOS NO RANKING DA TRANSPARÊNCIA		
Posição alcançada	Cumprimento da meta	Resultado
84°	92,9%	

A meta 2 busca atender 100% dos itens do EGov de acessibilidade até 2026. A acessibilidade visa a atender usuários portadores de necessidades especiais fornecendo recursos operacionais alternativos para acesso à internet. Sob essa premissa, o CJF assumiu como princípio do direito à informação do cidadão, uma política democrática de acessibilidade aos conteúdos e serviços disponíveis em seu Portal. Essa política pretende promover a inclusão tecnológica a qualquer cidadão na medida em que dispõe de recursos de navegação compatíveis com as especificidades físicas e para cada um dos sentidos humanos utilizados durante o acesso: o tato, a audição e a visão. Para 2021, o resultado esperado era o de alcançar 85% das ações previstas no Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico – Emag.

Já a meta 3 visa posicionar o CJF entre os 50 primeiros órgãos no ranking da transparência. O Ranking da Transparência do Poder Judiciário, instituído pela Resolução CNJ n. 260, de 11 de setembro de 2018, que alterou em parte a Resolução CNJ n. 215, de 16 de dezembro de 2015, tem como finalidade conseguir, com dados objetivos, avaliar o grau de informação que os tribunais e conselhos disponibilizam aos cidadãos. O CJF ocupou a 88ª posição no ranking de 2020. O Ministro Presidente do CJF estabeleceu, em seu Plano de Gestão, avançar 10 posições até 2022. A meta para 2021 era alcançar a 78ª posição.

### **ESTREITAR A INTEGRAÇÃO E A PARCERIA COM A JUSTIÇA FEDERAL E OUTRAS INSTITUIÇÕES**

Este é o objetivo com o qual o CJF pretende desenvolver ações que visem fortalecer a integração/parceria com a Justiça Federal e outras instituições nacionais e internacionais. O intuito fundamental é contribuir para o fortalecimento da relação institucional do Poder Judiciário com a sociedade e é acompanhado por meio da meta 4, 5, 6 e 7 conforme detalhamento abaixo:

<b>META 4 - ESTABELECEER, ANUALMENTE, DUAS PARCERIAS INTERNACIONAIS</b>		
Nº de parcerias	Cumprimento da meta	Resultado
3	150%	

Busca estabelecer, anualmente, duas parcerias internacionais. Com esta meta, o CJF espera fortalecer a integração e a parceria com instituições internacionais, públicas ou privadas. As ações a serem empreendidas devem estar voltadas para a construção e desenvolvimento de projetos conjuntos, a participação em redes de cooperação e o compartilhamento de informações. Para 2021, a meta previu o estabelecimento de duas parcerias e foi superada com a consolidação de três.

Nesse sentido, em 2021, o Centro de Cooperação Internacional – CECINT promoveu a inserção do Conselho da Justiça Federal no Programa “El PacCto”. Um programa da União Europeia contra o crime organizado transnacional que, além da Espanha (gestora do programa), conta com a adesão de 18 países da América Latina. A atuação do programa abrange a cooperação entre os sistemas de Justiça, a cooperação policial e a colaboração no âmbito dos sistemas prisionais. Após a visita do Embaixador da Delegação da União Europeia no Brasil, Sr. Ignacio Ibáñez, ao CJF, o CECINT foi formalmente inserido no referido programa.

Além das parcerias citadas, cabe destacar que, em 2021, o CECINT processou 266 (duzentos e sessenta e seis) pedidos de cooperação jurídica internacional, conforme demonstra a tabela 13 na página 50.

A meta seguinte trata de parcerias nacionais: Meta 5 – Estabelecer, anualmente, três parcerias nacionais. Basicamente, possui o mesmo intuito da meta anterior. Para 2021, a meta previu o estabelecimento de três parcerias e foram realizadas 9.

<b>META 5 - ESTABELECEER, ANUALMENTE, TRÊS PARCERIAS NACIONAIS</b>		
Nº de parcerias	Cumprimento da meta	Resultado
9	300%	

**TABELA 13 PEDIDOS DE COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL**

STATUS	QUANTIDADE
Abertos	270
Finalizados sem Cooperação	17
Pedido de Cooperação Finalizado	7
Recebido no Cecint	3
Distribuído para Análise	1
Resposta Recebida da Autoridade Central	23
Número de Referência Recebido	20
Devolvido ao Solicitante para Adequações	28
Pedido Cancelado pelo CECINT	10
Pedidos enviados à Autoridade Central	172
Preparando Para envio à Autoridade Central	2
Tradução em Preparo	1
Solicitado Número de Referência	16
Em Tradução	4

A próxima, Meta 6 – Atingir, até 2026, mais 6 sistemas nacionais, tem como propósito assegurar que o sistema de TI da Justiça Federal atue de forma integrada e colaborativa por meio da uniformização de procedimentos e metodologias, de modo a reduzir a heterogeneidade, permitindo a interoperabilidade, o melhor compartilhamento do conhecimento, a melhoria na execução das rotinas de trabalho, gerando economicidade e aumento da eficiência operacional.

Para 2021, a meta previu instituir, formalmente, 1 sistema.

<b>META 6 - ATINGIR, ATÉ 2026, MAIS 6 SISTEMAS NACIONAIS</b>		
Nº de sistemas	Cumprimento da meta	Resultado
1	100%	

A última meta deste objetivo, Meta 7 - Realizar, até 2026, dez contratações conjuntas. Aqui foi estabelecido o pressuposto de que ao atuar de forma sistêmica a TI torna-se integrada e colaborativa. Isto pode ser alcançado por meio da adoção de soluções e procedimentos que promovam a integração entre os órgãos da Justiça Federal, de modo a reduzir a heterogeneidade, permitindo a interoperabilidade, o melhor compartilhamento do conhecimento, a melhoria na execução das rotinas de trabalho e a segurança da informação (integridade, confidencialidade e disponibilidade de serviços), garantindo a convergência tecnológica, a economicidade e o aumento da eficiência operacional.

Para 2021, a meta previu duas contratações conjuntas de solução de TI com a participação dos órgãos da JF.

<b>META 7 - REALIZAR, ATÉ 2026, DEZ CONTRATAÇÕES CONJUNTAS</b>		
Nº de contratações	Cumprimento da meta	Resultado
0	0%	

## PROMOVER A GESTÃO DO CONHECIMENTO E DA INOVAÇÃO PARA APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO JUDICIAL E ADMINISTRATIVA NO CJF

Este objetivo abrange um pilar da melhoria da gestão organizacional, componente de uma metodologia de gestão estratégica, a gestão do conhecimento. Com isto, busca gerenciar e multiplicar o conhecimento presente no órgão, contribuindo para a otimização dos processos de trabalho, para a inovação e para o desenvolvimento de projetos. O objetivo é composto por duas metas, as de número 8 e 9.

### **META 8 - OBTER, NO MÍNIMO, 80% DE PERCEPÇÃO POSITIVA DOS SERVIDORES EM RELAÇÃO AOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO INTERNOS DISPONÍVEIS, ATÉ 2026**

Nível de satisfação	Cumprimento da meta	Resultado
Pesquisa não realizada	0%	

### **META 9 - AUMENTAR, A CADA ANO, A QUANTIDADE DE COMUNIDADES DE PRÁTICA ATIVA, FÍSICA OU VIRTUAL, NA JUSTIÇA FEDERAL.**

Linha de base: 3 (mensurada em 2021)

Meta 8 – Obter, no mínimo, 80% de percepção positiva dos servidores em relação aos meios de comunicação internos disponíveis, até 2026. O objetivo da meta é verificar se os meios de comunicação disponibilizados pelo órgão promovem a disseminação do conhecimento, seja por meio do compartilhamento de boas práticas ou da facilidade de acesso a informações seguras, estruturadas e organizadas. Uma boa comunicação interna pode ajudar na criação de clima favorável à mudança e às inovações, direcionar as ações para as principais metas, criar sinergia intersetores e auxiliar na divulgação de novos conceitos, ideias, serviços e produtos. Assim, será realizada anualmente pesquisa para verificar se a percepção dos servidores é positiva quanto aos meios internos de comunicação. A meta previu, para 2021, 70% de satisfação, mas não houve apuração.

Meta 9 – Aumentar, a cada ano, a quantidade de comunidades de prática ativa, física ou virtual, na Justiça Federal. Esta meta tem como escopo a produção, retenção, disseminação, compartilhamento e aplicação do conhecimento dentro da organização. Já as comunidades de prática são conceituadas como um grupo de indivíduos que se reúnem periodicamente por possuírem interesse comum e se envolvem em um processo de aprendizado coletivo. Nesse contexto, a meta 9 é voltada para a quantificação das comunidades de prática da Justiça Federal, que contribuam para a promoção da gestão do conhecimento e da inovação. A previsão de coleta é a partir de 2022, estando 2021 para o estabelecimento da linha de base.

## FOMENTAR A REALIZAÇÃO DE ESTUDOS, PESQUISAS E DIAGNÓSTICOS EM TEMAS DE INTERESSE DA JUSTIÇA FEDERAL

Este objetivo está relacionado com a promoção do aperfeiçoamento da Justiça Federal, por meio do estabelecimento de fluxos de informação, visando à solução de problemas e ao atingimento da excelência da prestação jurisdicional. Para monitorar o desempenho desse objetivo em 2021, foi traçada uma meta que visa mensurar a efetividade do CJF em realizar ou coordenar a realização de pesquisas, estudos e diagnósticos, a meta 10, que busca realizar pesquisas, estudos e diagnósticos sobre 100% dos temas identificados como de relevância para a Justiça Federal. Para 2021, o CJF previu alcançar 60% de pesquisas, estudos e diagnósticos nos temas de interesse da Justiça Federal.

### **META 10 - REALIZAR PESQUISAS, ESTUDOS E DIAGNÓSTICOS SOBRE 100% DOS TEMAS IDENTIFICADOS COMO DE RELEVÂNCIA PARA A JUSTIÇA FEDERAL, ATÉ 2026.**

% alcançado	Cumprimento da meta	Resultado
80%	133,3%	

Em 2021 foram realizados dois encontros virtuais do Grupo Operacional do Centro Nacional de Inteligência, instituído na forma do art. 5º da Resolução CJF n. 499/2018. Da mesma forma, foram realizados dois encontros do Grupo Decisório (art. 4º da Resolução CJF n. 499/2018), dos quais decorreram a aprovação de oito notas técnicas, quais sejam:

1. Nota Técnica 34: Medidas de desjudicialização de vícios construtivos em imóveis do Programa Minha Casa Minha Vida.
2. Nota Técnica 35: Contratos de empréstimo e cartão de crédito fraudulento. Desconto em benefícios previdenciários. Responsabilidade do Instituto Nacional do Seguro Social.
3. Nota Técnica 36: Afetação do tema dos picos de ruído através do REsp [1890010](#) e importância da delimitação da controvérsia afetada.
4. Nota Técnica 37: Demandas relacionadas ao seguro DPVAT. Relatores: Juízes Federais Thiago Mesquita Teles de Carvalho e João Luiz Nogueira Matias.
5. Nota Técnica 37/A: Demandas relacionadas ao Seguro DPVAT. Supervisão de aderência. relatores Thiago Mesquita (TRF5) e Daniela Madeira (TRF2).
6. Nota Técnica 38: Trata-se da importância da celeridade no julgamento do Tema 1.090 pelo STJ, afetado através do REsp 1.828.606/RS à sistemática dos precedentes qualificados. Relatores: Juiz Federal Luiz Bispo da Silva Neto e José Darlan Costa Pereira (NUJEP – TRF5).
7. Nota Técnica 39: Divulgação e compilação dos precedentes vinculantes em matéria penal, decididos em habeas corpus coletivos no âmbito no STF e STJ. Relatores: Juiz Federal Roberto Veloso (TRF1), Juiz Federal Marcelo Maulucelli (TRF4), Servidora Maria Lúcia Paternostro (STJ) e Servidor Júlio Sisson (STF).
8. Nota Técnica 40: Uniformização de entendimento na jurisprudência sobre o alcance de compensação entre a circunstância agravante da reincidência e a circunstância atenuante da confissão, nos casos de multirreincidência e/ou nos casos de reincidência específica. Relatores: Desembargadora Federal Tais Schilling Ferraz (TRF4) e Juiz Federal Marcelo Malucelli (TRF4).

No que tange à produção doutrinária, o Programa Editorial inclui a edição de diversos produtos, tais como:

**Revista CEJ:** Foram concluídas e divulgadas as **edições 80** (com 12 artigos) e **81** (com 8 artigos) e encontra-se em andamento a **edição n. 82**. A Revista é um periódico técnico-científico do CEJ, com periodicidade semestral, cujo objetivo é fomentar e difundir o intercâmbio de conhecimentos das áreas jurídica e judiciária entre magistrados, juristas e profissionais do Direito. Em circulação desde 1997, encontra em seu 24º ano de edição. Possui versão impressa e versão eletrônica publicada no site do CJF, por meio do OJS/SEER (*Open Journal Systems*/Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas).

**Série Monografias do CEJ:** coleção seriada que oferece espaço para a divulgação de estudos ou monografias resultantes de dissertações de Mestrado e teses de Doutorado sobre temas relevantes para o Judiciário, em especial para a Justiça Federal. Para publicação na Série Monografias em 2021 foram selecionados três trabalhos (edital divulgado em novembro de 2020), sendo publicados ou em andamento os seguintes volumes:

- **1º colocado: Volume 38 – Sociedade de vigilância, direito à privacidade e proteção de dados pessoais: uma análise sobre a influência de técnicas de publicidade comportamental na internet no consumidor-usuário.** Autora: Lia Carolina Vasconcelos Camurça. Edição concluída e divulgada em julho/2021.
- **2º colocado: Volume 39 – A dupla vulnerabilidade da criança refugiada e sua proteção no Brasil.** Autora: Samanta Francine Pinto Alvarenga. Edição concluída e divulgada em dezembro/2021.
- **3º colocado: Volume 40 – A violência de gênero na intersecção das categorias mulher e refugiada.** Autora: Tatiana Ferreira Lotfi. Edição em fase de diagramação.

**Edital CJF-2021:** lançado e divulgado o edital de chamada para publicação de trabalhos na Série Monografias, em 2022, que selecionará três trabalhos, com previsão de versão impressa e eletrônica.

**Publicações avulsas e divulgações no Portal do CJF:** o Centro de Estudos Judiciários também edita publicações avulsas, livretos, manuais e outros produtos que não se enquadram nas coleções existentes do CEJ e demandados também por outras unidades do CJF. Em 2021, foram editados os seguintes produtos:

- Notas Técnicas 34, 35, 36 e 37, 37-A, 38, 39 e 40 do Centro Nacional de Inteligência da Justiça Federal – edição e divulgação no Portal do CJF, com resumos informativos sobre as notas.
- Anais do XI Workshop sobre o Sistema Penitenciário Federal – publicação resultante do trabalho produzido pelo Fórum Permanente do Sistema Penitenciário Federal. Edição concluída e divulgada em setembro/2021.
- Enunciados aprovados na II Jornada sobre Prevenção e Solução Extrajudicial de Litígios. – edição dos enunciados aprovados com divulgação no Portal em outubro/2021.
- Enunciados aprovados nos workshops sobre o Sistema Penitenciário Federal (atualização até o XII workshop) – quadro geral atualizado dos enunciados aprovados nas doze edições dos workshops, divulgado em outubro/2021.
- Manual de admissibilidade recursal da TNU – solicitação da TNU. Editado em outubro/2021.
- Enunciados aprovados no workshop “Diálogos e cooperação no sistema recursal dos JEFs”(Edições de 2020 e 2021) – editados e divulgados no Portal em novembro/2021.

Ações realizadas em 2021 para formação e aperfeiçoamento de magistrados e servidores:

**TABELA 14 AÇÕES REALIZADAS PARA FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO**

AÇÃO	DATA	COMPLEMENTO
Webinário Acordo homologado pelo Supremo Tribunal Federal para implantação de benefícios previdenciários e assistenciais.	13 de abril	-
Webinário Lançamento do Curso Diálogos entre Cortes sobre os Direitos da Natureza e o Programa Harmonia com a Natureza das Nações Unidas.	22 de abril	2ª edição
Webinário Articulação dos Centros de Inteligência com Instituições Públicas. Perspectivas e Possibilidades.	1º de junho	-
II Seminário Internacional Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).	29 e 30 de abril	Plataforma Zoom, modalidade /Webconferência
II Jornada Prevenção e Solução Extrajudicial de Litígios.	26 e 27 de agosto	Webconferência
XII Workshop sobre o Sistema Penitenciário Federal.	7 e 8 de outubro	Público-alvo: magistrados federais e estaduais, advogados da União, defensores públicos, membros do Ministério Público federal e estadual, procuradores, servidores dos Poderes Executivo e Judiciário, policiais penais e diretores de presídios.

**TABELA 14 AÇÕES REALIZADAS PARA FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO**

AÇÃO	DATA	COMPLEMENTO
Seminário virtual em comemoração aos 20 anos de criação dos Juizados Especiais Federais.	5 de novembro	Em parceria com a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam).
Workshop Diálogos e Cooperação no Sistema Recursal dos Juizados Especiais Federais - 5ª Edição.	10 e 11 de novembro	Coordenação-geral do Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva
Workshop sobre contratação de engenharia consultiva e a metodologia para o acompanhamento da execução física de obras.	30 de novembro	Webconferência
Curso básico de Processo Previdenciário	14 a 28 de maio	Público-alvo: servidores
Curso Formação de Conciliadores (parte teórica)	11 de maio a 25 de junho	Público-alvo: servidores
Curso Políticas de Mediação e Conciliação	2 de agosto a 6 de setembro	Público-alvo: magistrados
Curso Precatórios na Justiça Federal	31 de agosto a 3 de setembro	Público-alvo: servidores das unidades de Auditoria Interna do CJF e dos cinco Tribunais Regionais Federais.
Curso Reforma Previdenciária	23 de setembro a 1 de outubro	Credenciamento ENFAM
Curso Gestão de Pessoas	1º de setembro a 22 de outubro	40 horas-aula no AVA (plataforma Moodle) e uma hora-aula síncrona (ao vivo)
Curso sobre o Sistema Penitenciário Federal	15 de setembro a 8 de outubro	
Curso Diálogos e Cooperação no Sistema Recursal dos Juizados Especiais Federais	13 de outubro a 12 de novembro	Ambiente EaD - Moodle
Curso básico da Nova Lei de Licitações e Contratos	16 a 22 de novembro	Público-alvo: servidores da Justiça Federal Plataforma Zoom.
Curso Internacional Direitos da Natureza: Teoria e Prática e o Programa Harmonia com a Natureza das Nações Unidas	22 de abril a 8 de outubro	Público-alvo: magistrados Plataforma Zoom
Curso modular em laboratório de Inovação, Centro de Inteligência e Objetivos do desenvolvimento sustentável	-	-
Curso de especialização em Jurisdição Inovadora para além de 2030	2º semestre	Parceria com a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados

### PROMOVER A ARTICULAÇÃO ENTRE AS UNIDADES DE CORREIÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL

Com este objetivo, o CJF busca o alinhamento e a efetividade das ações de correição na Justiça Federal, por meio de maior articulação entre a Corregedoria Nacional (CNJ), a Corregedoria-Geral da Justiça Federal e as corregedorias dos Tribunais Regionais Federais. Para acompanhar o objetivo, duas metas foram estabelecidas: a meta 11, voltada para a priorização das ações entre CNJ e TRFs, e a meta 12, que busca acompanhar a execução das ações de inspeções articuladas entre o CJF e os TRFs. O CJF previu, para 2021, realizar 100% das ações previstas.

#### META 11 - EXECUTAR AÇÕES EM 100% DAS DEMANDAS AUTUADAS NO ÂMBITO DA SCG ATÉ A PRIMEIRA DECISÃO/DESPACHO LANÇADA(O) POR ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N. 001/2018 ENTRE O CNJ E O CJF

Porcentagem alcançada	Cumprimento da meta	Resultado
99,4%	99,4%	

#### META 12 - EXECUTAR 100% DAS AÇÕES DE INSPEÇÕES ARTICULADAS ENTRE O CJF E OS TRFS

Porcentagem alcançada	Cumprimento da meta	Resultado
100%	100%	

### PROMOVER A MELHORIA DA GOVERNANÇA NO CJF

Com este objetivo, o CJF visa aperfeiçoar o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, garantindo uma atuação organizacional eficiente. Duas metas foram estabelecidas: a Meta 13 - Manter-se no nível “aprimorado” nas avaliações de governança (que tem previsão de mensuração a partir de 2022); e a Meta 14 - Atingir a pontuação de 0,85 na avaliação de governança de TI até 2026, com o propósito de orientar as organizações públicas no esforço de melhoria da governança e da gestão de TIC.

#### META 13 - MANTER-SE NO NÍVEL “APRIMORADO” NAS AVALIAÇÕES DE GOVERNANÇA.

Linha de base: a ser levantado em 2022

#### META 14 - MANTER-SE NO NÍVEL “APRIMORADO” NAS AVALIAÇÕES DE GOVERNANÇA DE TI ATÉ 2026

Índice alcançado	Cumprimento da meta	Resultado
0,635	79,4%	

Cabe destacar que o índice geral de governança permite ao CNJ avaliar, de um modo geral, a efetividade das ações adotadas para induzir a melhoria da situação de governança de TIC no Poder Judiciário enquanto o iGov-TIC é o resultado da consolidação das respostas das organizações públicas ao questionário de governança de TIC elaborado pelo CNJ.

### APERFEIÇOAR AS MEDIDAS ADMINISTRATIVAS DE CONTROLE E DE FISCALIZAÇÃO NA JUSTIÇA FEDERAL PARA ASSEGURAR A PROTEÇÃO DO USO DOS RECURSOS PÚBLICOS

O CJF estabeleceu este objetivo no intuito de aprimorar a capacidade técnica do planejamento, a execução, a comunicação dos resultados e o monitoramento das auditorias, bem como a promoção de diálogo constante com as unidades de auditoria da Justiça Federal de 1º e 2º graus.

Quatro metas foram estabelecidas para este objetivo:

Meta 15 – Realizar, anualmente, 100% das vistorias técnicas previstas nos planos anuais. A Secretaria de Gestão de Obras realiza fiscalizações técnicas para identificar possíveis problemas nas obras, projetos ou orçamentos. A meta objetiva a manutenção das especificações técnicas e orçamentárias referenciais para a JF e estará cumprida se atingir ou superar o número de fiscalizações técnicas previstas nos planos anuais.

Para 2021, o CJF previu atingir 100% das vistorias previstas.

<b>META 15 – REALIZAR, ANUALMENTE, 100% DAS VISTORIAS TÉCNICAS PREVISTAS NOS PLANOS ANUAIS</b>		
Índice alcançado	Cumprimento da meta	Resultado
0	0%	

Ações relacionadas ao acompanhamento de obras:

**Plano Anual de Vistoria Técnica de Obras – PAVTO:** as vistorias objetivam certificar a regularidade da gestão concernente ao planejamento e execução das obras, observando-se os critérios e dispositivos estabelecidos na legislação vigente. Além disso, tem o propósito de difundir os conhecimentos técnicos e as boas práticas quanto à gestão de projetos e obras para as unidades de Arquitetura e Engenharia da Justiça Federal, buscando a melhor aplicação dos recursos públicos. Importante esclarecer que o Plano de Vistoria Técnica de Obras não exclui o acompanhamento ou fiscalização solicitada pela Presidência do CJF ou dos Tribunais.

A escolha das obras a serem vistoriadas anualmente pela SGO segue metodologia própria de seleção com base em critérios objetivos – materialidade, risco, relevância e criticidade – e são classificadas em ordem decrescente, conforme o Indicador de Vistoria de Obras – IVO. Esse indicador consiste em pontuação atribuída a cada obra do universo da vistoria, segundo o somatório da avaliação dos critérios mencionados.

Conforme estabelecido no Plano Anual de Vistoria Técnica de Obras – PAVTO do exercício de 2021, Processo 0004016-62.2020.4.90.8000, foram previstas a realização de sete vistorias nas seguintes ações orçamentárias:

**TABELA 15 AÇÕES PREVISTAS NO PAVTO 2021**

REGIÃO	CÓD.	AÇÃO	VALOR
1ª REGIÃO	12RB	Reforma do edifício-sede da Seção Judiciária em Belém - PA	17.329.156,58
	15R9	Reforma do edifício-sede da Seção Judiciária em Porto Velho - RO	13.803.660,00
	15PH	Reforma do edifício-sede da Justiça Federal em Teresina - PI	4.706.168,21
5ª REGIÃO	15GE	Reforma do edifício-sede da Seção Judiciária em Fortaleza - CE	20.550.000,00
	15GD	Reforma do edifício Anexo I da Seção Judiciária em Fortaleza - CE	10.017.912,19
	15G5	Reforma do edifício-sede da Seção Judiciária em João Pessoa - PB	15.162.048,66
	15G6	Reforma do edifício-sede da Justiça Federal em Campina Grande - PB	4.645.427,60
<b>VALOR TOTAL DAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO PAVTO DE 2021</b>			<b>86.214.373,24</b>

Entretanto, em face das restrições de saúde pública decorrentes da pandemia de Covid-19, as vistorias foram sobrestadas e replanejadas para execução em 2022.

A propósito, os trabalhos de vistoria relativos à Ação 15PH - Reforma do edifício-sede da Justiça Federal em Teresina - PI foram iniciados no exercício de 2020, objeto do Processo 0001821-71.2020.4.90.8000, restando pendente a visita *in loco* da obra

para continuidade das análises e elaboração do correspondente relatório.

**Acompanhamento de Obras na Justiça Federal:** o acompanhamento de obras da Justiça Federal objetiva a eficiência do uso de recursos destinados às obras, por meio da prestação de consultoria e apoio técnico da SGO às equipes da Justiça Federal de 1º e 2º graus. Essa contribuição acontece por solicitação da administração dos órgãos acompanhados ou de ofício, quando identificada necessidade após vistorias técnicas ou auditorias.

No ano de 2021, foi feito o acompanhamento nos processos de quatro obras de alta complexidade, conforme abaixo:

- Construção da sede da Subseção Judiciária em Blumenau - SC: Acompanhamento e consultoria decorrente de solicitação feita pela Divisão de Obras – DIOBRAS do Tribunal Regional Federal da 4ª Região – TRF4 (SEI 0006021-94.2019.4.90.8000), que buscava a adequação da contratação da obra e de sua fiscalização residente aos parâmetros contidos na Resolução n. 461/2017. A SGO teve a oportunidade de contribuir na orientação para revisão dos projetos, na revisão de planilhas orçamentárias e dos editais de contratação da obra, bem como da fiscalização, os quais foram elaborados pela equipe técnica do TRF4. Os resultados, até então, foram bastante satisfatórios. Com a revisão dos projetos e a nova elaboração das planilhas orçamentárias, o valor da obra reduziu de 3,7 SINAPI/m<sup>2</sup> para 3,02 SINAPI/m<sup>2</sup> no fechamento para a licitação da obra. Após o certame, (Concorrência TRF4 N. 01/ 2020), a obra de construção da Seção Judiciária em Blumenau finalizou em 2,56 SINAPI/m<sup>2</sup>, significando uma redução do valor total da obra de R\$ 22.212.371,31 economizados pelos cofres públicos. A obra de construção foi retomada em janeiro de 2021.
- Construção da sede da Subseção Judiciária em Foz do Iguaçu - PR
- Acompanhamento e consultoria decorrente de solicitação feita pela Divisão de Obras – DIOBRAS do Tribunal Regional Federal da 4ª Região – TRF4 (SEI 0006021-94.2019.4.90.8000), buscando a adequação da contratação da obra e de sua fiscalização residente aos parâmetros contidos na Resolução n. 461/2017. A SGO teve a oportunidade de contribuir na orientação para revisão dos projetos, na revisão de planilhas orçamentárias e dos editais de contratação da obra, bem como da fiscalização, os quais foram elaborados pela equipe técnica do TRF4. A obra encontra-se paralisada, em face da revisão dos projetos e do orçamento de referência (atividade ainda em execução). Entretanto, até o momento, já há uma redução no valor do empreendimento no valor aproximado de R\$ 20.000.000,00.
- Construção da nova sede do TRF1 – As obras continuam paralisadas, em razão de ainda não ter sido efetuada a revisão dos projetos que irão nortear a construção. A contratação da empresa especializada para a revisão dos projetos foi realizada em 2021, bem como a licitação para assessoramento técnico à fiscalização do TRF1. Neste quesito, a SGO atuou na avaliação dos termos de referência, editais e orçamentos base que foram utilizados nos certames, indicando ajustes e sugestões, os quais foram incorporados pelo Tribunal nos documentos correspondentes.
- Recuperação da estrutura de concreto armado e protendido do edifício-sede do CJF – Inicialmente, a SGO identificou a necessidade de elaboração de um laudo estrutural do edifício-sede deste CJF, o qual foi realizado pela empresa A. S. Neto Engenharia Eireli, incluindo os projetos e orçamento necessários à contratação dos serviços de recuperação da edificação. Após, esta Secretaria atuou na elaboração do termo de referência, análise de riscos, relatório do escopo dos serviços e ajustes no orçamento base da licitação. Ato contínuo, esta unidade, como gestora do contrato, vem acompanhando/fiscalizando os serviços, o qual se encontra em vias da 2ª medição. Importante destacar que a empresa executora, Exame Tecnologia S/S Ltda., solicitou a prorrogação do prazo de execução, o que será objeto de análise pela fiscalização.

A segunda meta trata da realização das ações (auditorias finalizadas, inspeções, fiscalizações e monitoramentos) previstas no Plano Anual de Auditoria – PAA.

<b>META 16 - REALIZAR, ANUALMENTE, 100% DAS AUDITORIAS PREVISTAS NOS PLANOS ANUAIS, ATÉ 2026.</b>		
Índice alcançado	Cumprimento da meta	Resultado
12 auditorias realizadas	60%	

Para 2021, o CJF previu atingir 100% das ações previstas.

Para o exercício de 2021, foram planejadas, inicialmente, 23 atividades no Plano Anual de Auditoria (PAA 2021), e uma atividade de consultoria. Posteriormente, o plano foi alterado para a inclusão de uma nova auditoria solicitada pela Presidência deste Conselho, o que provocou a necessidade do adiamento de uma auditoria e de três monitoramentos para o exercício de 2022, restando, portanto, para execução em 2021, de 20 ações de auditoria e monitoramento, excluída a atividade de consultoria, das quais 12 foram concluídas, que representam 60% do total planejado. Além disso, oito atividades foram iniciadas em 2021 e serão finalizadas no exercício de 2022, conforme demonstrado abaixo:

**TABELA 17 AÇÕES DE AUDITORIA**

Plano Anual de Auditoria - PAA Inicial (A)	Ações incluídas no PAA (B)	Ações adiadas para outro exercício (C)	Plano Anual de Auditoria Ajustado - PAA (D)	Ações executadas (E)	Ações em execução a serem finalizadas em 2022 (F)	% (D)/(F)
23	1	4	20	12	8	60

**TABELA 16 STATUS DAS AÇÕES DE AUDITORIA**

ATIVIDADE	SITUAÇÃO
<b>AUDITORIAS</b>	
1. Conclusão da auditoria financeira e de conformidade nas contas de 2020 - Processo SEI n. 0004272-03.2020.4.90.8000.	Concluída
2. Auditoria de acessibilidade coordenada pelo Conselho Nacional de Justiça - Processo SEI n. 0000658-09.2021.4.90.8000.	Concluída
3. Auditoria no Tribunal Regional Federal da 2ª Região - Processo SEI n. 0001049-87.2021.4.90.8000.	Concluída
4. Auditoria no Tribunal Regional Federal da 3ª Região - Processo SEI n. 0002062-16.2021.4.90.8000.	Concluída
6. Auditoria na Execução dos contratos de prestação de serviço terceirizados do CJF - Processo SEI n. 0000560-52.2021.4.90.8000.	Concluída
8. Auditoria nas fases das contratações públicas por ata de registro de preço (adesão e contratação feita pelo CJF) - Processo SEI n. 0000558-38.2021.4.90.8000.	Concluída
10. Auditoria na folha de pagamento (serviço extraordinário, auxílio-transporte, pagamento de substituição de função ou cargo comissionado, recolhimento das contribuições previdenciárias do RPPS, do Regime de Previdência Complementar - RPC (FUNPESP-Jud) e do Regime Geral da Previdência Social - RGPS - Processo SEI n. 0000502-83.2021.4.90.8000.	Concluída
5. AUDITORIA FINANCEIRA E DE CONFORMIDADE NAS CONTAS DE 2021 - PROCESSO SEI N. 0002785-43.2021.4.90.8000.	Em execução
7. Auditoria na execução de contratos de TIC - Processo SEI n. 0002797-87.2021.4.90.8000.	Em execução
9. Auditoria nas fases das contratações públicas, consubstanciadas no Decreto n. 10.024/2019 - Processo SEI n. 0002826-56.2021.4.90.8000.	Em execução

**TABELA 16 STATUS DAS AÇÕES DE AUDITORIA**

ATIVIDADE	SITUAÇÃO
25. Auditoria Operacional na Divisão de Pagamento de Pessoal do CJF. (Incluída pelo Ministro Presidente do CJF, nos termos do Despacho n. 0228881) - Processo SEI n. 0002096-57.2021.4.90.8000.	Em execução
11. Auditoria nos processos de avaliação de estágio probatório, progressão e promoção funcional (Sistema de Avaliação de Desempenho - SIADES).	Adiada para o exercício 2022
<b>MONITORAMENTOS</b>	
12. Monitoramento da auditoria nas contratações diretas por dispensa - Processo SEI n. 0000.225-64.2020.4.90.8000.	Concluído
13. Conclusão do monitoramento da auditoria na fase interna das contratações do CJF - Processo SEI n. 0001858-10.2019.4.90.8000.	Concluído
14. Conclusão do monitoramento da auditoria na fase externa da licitação no CJF - Processo SEI n. 0006097-92.2019.4.90.8000.	Concluído
21. Monitoramento da auditoria na gestão de riscos institucionais - Processo SEI n. 0003138-87.2020.4.90.8000.	Concluído
22. Monitoramento da auditoria nas contratações relacionadas às construções da Seção Judiciária de Minas Gerais - Processo SEI n. 0006526-12.2019.4.90.8000.	Concluído
18. Monitoramento da auditoria na execução dos contratos relacionados à segurança institucional - equipamentos escâner de inspeção por Raios X; equipamentos detectores de metais, tipo pórtico; treinamento e às manutenções preventivas e corretivas - Processo SEI n.0002430-64.2020.4.90.8000.	Em execução
19. Monitoramento da auditoria nas contratações diretas por inexigibilidade - Processo SEI n. 0002392-02.2020.4.90.8000.	Em execução
20. Conclusão do monitoramento da auditoria em processo de contratação de prestação de serviços terceirizados de limpeza, copeiragem, recepção, mensageria, reprografia e telefonia do Conselho da Justiça Federal (CJF) - Processo SEI n. 0002031-41.2019.4.90.8000.	Em execução
23. Monitoramento da auditoria de governança em gestão de pessoas baseada em riscos (ação conjunta de auditoria, CTCI-JF) - Processo SEI n. 0004099-47.2019.4.90.8000.	Em execução
15. Monitoramento da auditoria na folha de pagamento de pessoal do CJF - Processo SEI n. 0002097-78.2019.4.90.8000.	Adiado para o exercício 2022
16. Monitoramento da auditoria na capacitação relacionada à formação gerencial - Processo SEI n. 0002450-16.2020.4.90.8000.	Adiado para o exercício 2022
17. Monitoramento da auditoria na avaliação dos controles internos administrativos do processo de acerto de contas - Processo SEI n. 0000226-45.2020.4.90.8000.	Adiado para o exercício 2022
<b>CONSULTORIA</b>	
24. Consultoria (360 horas).	Não realizada
OBS: Consideraram-se como concluídas as auditorias que tiveram relatórios finais emitidos no exercício de 2021.	

Com a meta seguinte, o CJF busca alcançar, em número de dias, o razoável tempo de realização de uma auditoria. Para a definição do paradigma, será realizada análise do tempo de realização. A meta é alcançar 50% do tempo identificado. Trata-se da meta 17, que busca reduzir o tempo de realização das auditorias.

Para 2021, não havia a previsão de mensuração do tempo, mas identificar o tempo de realização das auditorias, para estabelecer a linha de base.

---

**META 17 – REDUZIR 50% NO TEMPO DE REALIZAÇÃO DAS AUDITORIAS ATÉ 2026.**

---

Linha de base: aguardando levantamento de meta

---

A última meta deste objetivo está voltada para a promoção da interlocução com outros órgãos quanto aos seguintes sistemas organizacionais: Auditoria Interna – SAI e Gestão de Obras – SGO. Para efeito da meta, considera-se atividade de interlocução aquela que extrapole os procedimentos ordinários ou rotineiros dos sistemas mencionados (encontros, oficinas, reuniões técnicas etc).

Para 2021, foram previstas ao menos um evento para cada unidade.

---

**META 18 – PROMOVER, PELO MENOS, UM EVENTO SOBRE AUDITORIA INTERNA (SAI) E, PELO MENOS, UM EVENTO SOBRE GESTÃO DE OBRAS (SGO).**

---

N. alcançado	Cumprimento da meta	Resultado
SGO – 1 E SAI - 0	50%	

Em relação ao cumprimento da Meta 18, a SAI, em virtude da pandemia mundial de Covid-19, não promoveu nenhum evento destinado aos servidores das unidades de Auditoria Interna da Justiça Federal de 1º e 2º graus no ano de 2021. Portanto, a meta não foi cumprida.

**INTEGRAR MEDIDAS DE SUSTENTABILIDADE AOS PROCESSOS DE TRABALHO DO CJF**

Este objetivo sintetiza a busca por garantir o desenvolvimento de cenários que suportem as estratégias organizacionais por meio de um equilíbrio sistêmico entre viabilidade econômica, justiça social e menor impacto ambiental em todos os processos de trabalho do órgão, com especial atenção a: contratação de obras e serviços; aquisição de bens; disposição de rejeitos; produção, uso e descarte de documentos; utilização de água e energia elétrica; ações que visem à saúde física e mental, bem como segurança de magistrados, servidores e colaboradores do Órgão. Duas metas foram estabelecidas para este objetivo.

---

**META 19 – INTEGRAR MEDIDAS DE SUSTENTABILIDADE, QUANDO CABÍVEL, A 90% DOS CONTRATOS ANALISADOS, ATÉ 2026.**

---

N. alcançado	Cumprimento da meta	Resultado
42 contratos	103,7%	

---

**META 20 – CUMPRIR 100% DAS METAS DO PLS.**

---

Porcentagem alcançada	Cumprimento da meta	Resultado
80%	80%	

A meta 19 tem como objetivo garantir o desenvolvimento de cenários que suportem as estratégias organizacionais por meio de um equilíbrio sistêmico entre viabilidade econômica, justiça social e menor impacto ambiental em todos os processos de trabalho do órgão, com especial atenção a: contratação de obras e serviços; aquisição de bens; disposição de rejeitos; produção, uso e descarte de documentos; utilização de água e energia elétrica; ações que visem à saúde física e mental, bem como da segurança de magistrados, servidores e colaboradores do órgão. Ela é voltada para o aumento do percentual de contratos (obras e serviços) e aquisições (bens) nos quais, quando cabível, foram integradas adequadamente as exigências e os normativos de sustentabilidade, inclusive o Manual de Sustentabilidade nas Compras e Contratações do CJF.

Já a meta 20 estabelece o acompanhamento de todos os resultados dos indicadores do Plano de Logística Sustentável – PLS que representa a diretriz balizadora da aplicação da sustentabilidade no órgão. A meta é desdobrada em 15 índices conforme a seguir:

Das 15 metas analisadas, 12 metas foram cumpridas.

**TABELA 18 CUMPRIMENTO DAS METAS DO PLS**

META	TEMA	DESCRIÇÃO META	REFERÊNCIA 2019	ATINGIDO 2021	PERCENTUAL 2021	CUMPRIMENTO DA META
1	Contratações	Ter pelo menos 40% do número de novos contratos em conformidade com o Manual de Sustentabilidade de Compras e Contratações do Conselho da Justiça Federal.		42	77,77	Sim
2	Padronização e catalogação	Ter 35% de bens duráveis e materiais diferentes catalogados como sustentáveis ou não até 2022.				Dados não obtidos
3	Gestão de materiais	Reduzir o número de itens consumíveis do CJF até 2022. Valor de referência: 152.				Dados não obtidos
4	Gasto com papel A4	Reduzir os gastos com papel A4 para R\$ 9.587,37.	10.957,65	3019	502	Sim
5	Volume de impressão	Reduzir o volume de impressão na sede do CJF para 385.119 impressões.	440.137,00	200.079	436,32	Sim
6	Outsourcing de impressão	Manter os custos com o contrato de outsourcing em R\$ 215.756,00 (referência 2020).		220.924,29	97,7	Não
7	Telefonia	Reduzir o custo total com telefonia fixa para R\$ 9.017,30.	10.608,59	2.035,7	538,73	Sim
8	Consumo energia elétrica	Reduzir o consumo total de energia do órgão para 1.807.073,02 kwh.	1.953.753,00	1.038.043,00 (até novembro)	624,29	Sim

**TABELA 18 CUMPRIMENTO DAS METAS DO PLS**

META	TEMA	DESCRIÇÃO META	REFERÊNCIA 2019	ATINGIDO 2021	PERCENTUAL 2021	CUMPRIMENTO DA META
9	Consumo água e esgoto	Diminuir o consumo total de água do órgão para 3.888,7 m³.	4.204,00	1084	989,53	Sim
10	Gestão de resíduos	Ter um Percentual Coleta Seletiva maior que 10%, com os seguintes valores:		83	830	Sim
10.1	Orgânico	Orgânico: 23.850 kg;	26.500,00	11926,2	549,95	Sim
10.2	Papel	Papel: 14.011 kg;	15.568,50	5044	675,73	Sim
10.3	Plástico	Plástico, metal e vidro: 1.692,9 kg.	3.881,00	148	170,60	Sim
11	Deslocamento	Reduzir o valor do quilômetro rodado pelos veículos do CJF para R\$10,59.	11,45	11,92	-54,47	Não
12.1	CID M	Diminuir o afastamento de servidores para tratamento de saúde. CID M.	30	13	Não se aplica	Sim
12.2	CID J	Diminuir o afastamento de servidores para tratamento de saúde. CID J.	43	41	Não se aplica	Sim
12.3	CID F	Diminuir o afastamento de servidores para tratamento de saúde. CID F.	19	11	Não se aplica	Sim
13	Avaliação reação QVT	Obter, pelo menos, 70% na avaliação de reação de todas as ações propostas de QVT.		0,821	117,28	Sim
14	Inclusão e equidade	Ter, pelo menos, 10% da força de trabalho total do CJF participando como voluntário nas ações solidárias promovidas pelo CJF.		30	115,38	Sim

**TABELA 18 CUMPRIMENTO DAS METAS DO PLS**

META	TEMA	DESCRIÇÃO META	REFERÊNCIA 2019	ATINGIDO 2021	PERCENTUAL 2021	CUMPRIMENTO DA META
15	Capacitação em sustentabilidade	Ter 86 servidores com ao menos uma capacitação sobre temas específicos da sustentabilidade e sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS 2030.		46	53,48	Não
16	Comunicação e sustentabilidade	Ter 35% de satisfação do público interno e público externo com as notícias veiculadas pela ASCOM sobre sustentabilidade e aplicação dos 11 temas desenvolvidos pelo PLS.		17	Não se aplica	Sim
17	Obras, layout	Ter obras e reformas que tenham impacto positivo em pelo menos um dos temas a seguir elencados: gestão de água, acessibilidade do edifício, qualidade do ar e conforto térmico.		5	Não se aplica	Sim

**TABELA 19 DIFERENÇA PLS 2019 -2021**

TEMAS	2019	2020	2021	DIFERENÇA (2019-2021)	VALOR FINAL
Obras e reformas	R\$ 123.876,15	R\$ 253.237,47	R\$ 1.223.409,73	-R\$ 1.099.533,58	Acréscimo
Papel	R\$ 10.957,65	R\$ 2.875,31	R\$ 3.019,09	R\$ 7.938,56	Redução
Outsourcing de impressão	R\$ 215.756,20	R\$ 210.498,20	R\$ 220.924,29	-R\$ 5.168,09	Redução
Telefonia fixa	R\$ 10.608,59	R\$ 5.229,31	R\$ 2.035,70	R\$ 8.572,89	Redução
Energia elétrica	R\$ 1.300.081,32	R\$ 1.012.536,52	R\$ 1.142.261,19	R\$ 157.820,13	Redução
Água	R\$ 54.092,06	R\$ 57.638,75	R\$ 64.861,20	-R\$ 10.769,14	Acréscimo
Deslocamento de pessoal	R\$ 886.512,66 (R\$ por km: 11,45)	R\$ 23.045,35 (R\$ por km: 1,17)	R\$ 632.498,11 (R\$ por km: 11,92)	R\$ 254.014,55	Redução do valor total, mas aumento do custo por km rodado
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 2.601.884,63</b>	<b>R\$ 1.565.060,91</b>	<b>R\$ 3.289.009,31</b>	<b>-R\$ 687.184,68</b>	<b>Acréscimo</b>

**FORTALECER A SEGURANÇA DE INFORMAÇÃO**

Este objetivo visa promover ações que buscam viabilizar e assegurar a disponibilidade, a integridade e a confidencialidade das informações, assim como a transparência e a proteção aos dados pessoais, desde a sua coleta até o seu processamento e o compartilhamento. O objetivo recebeu três metas:

**META 21 - ATINGIR, ATÉ 2026, INSTITUCIONALIZAÇÃO DE 13 NORMATIVOS DE POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO**

N. de implantações	Cumprimento da meta	Resultado
0	0%	

<b>META 22 – EVOLUIR, ATÉ 2026, EM 20% COM RELAÇÃO À MATURIDADE BASE EM SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO</b>		
N. de implantações	Cumprimento da meta	Resultado
0	0	Não medida

<b>META 23 – ATINGIR, EM 2026, O NÍVEL 4 NOS PROCESSOS DE GESTÃO DE VULNERABILIDADE.</b>		
Nível alcançado	Cumprimento da meta	Resultado
0	0	Não medida

A meta 21 expressa a intenção de implantar, até 2026, todos os mecanismos necessários para assegurar a integridade, a confidencialidade e a disponibilidade das informações organizacionais no âmbito do CJF. Para 2021, ficou estabelecido implantar três normas da Política de Segurança da Informação da Justiça Federal, mas nenhuma foi elaborada.

A Meta 22 – Evoluir, até 2026, em 20% com relação à maturidade base em segurança da informação tem como resultado esperado para 2021 a proposição de Modelo de Avaliação da Maturidade.

Já em relação à Meta 23, o CJF pretendeu promover o aumento do nível de maturidade do processo de gestão de vulnerabilidade. Para 2021, o esperado era de atingir o nível 1, porém a coleta só ocorrerá em 2022.

#### **PROMOVER A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL PARA APRIMORAMENTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO CJF**

Com este objetivo, o CJF espera alcançar a satisfação do usuário de TI por meio de inovações tecnológicas para ampliação da capacidade técnica e infraestrutura operacional. Duas metas foram estabelecidas:

<b>META 24 – MANTER, EM 2026, 90% DE SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS COM OS SERVIÇOS DE TI</b>		
Nível alcançado	Cumprimento da meta	Resultado
89%	98,9%	

<b>META 25 – ATINGIR, EM 2026, 12 INOVAÇÕES E MODERNIZAÇÕES TECNOLÓGICAS IMPLEMENTADAS AOS USUÁRIOS</b>		
N. de implementações	Cumprimento da meta	Resultado
4	200%	

Com relação à meta 24, visando auxiliar no aprimoramento dos serviços de Tecnologia da Informação para o Conselho da Justiça Federal, a STI aplica pesquisa de avaliação da satisfação do usuário do CJF, na qual estão relacionados os fatores equipamento, atendimento, disponibilidade, serviços e sistema. Esses fatores ordenam o conjunto de operações da STI com vistas a atender as demandas do CJF. Dessa forma, a meta permitirá à STI que implemente as práticas necessárias para manter o nível de satisfação, considerado como referência aceitável, já alcançado no plano estratégico 2015-2020. Para 2021, ficou estabelecido atingir um nível de satisfação de 90%.

Já a meta 25, com vistas a auxiliar no aprimoramento dos serviços de TI, trata da implementação, anual, de duas inovações ou modernizações tecnológicas. Foram implementadas quatro: carteira de identidade funcional digital, Sistema de Gestão Patrimonial e de Materiais de Consumo, Sistema de Precatórios e modernização do Sistema de Cadastro de Imóveis da Justiça Federal – CADIJUS.

## DESENVOLVER, INTEGRAR E VALORIZAR PESSOAS

Este objetivo visa promover planejamento, execução e avaliação de programas e ações relacionados à gestão do desempenho; ao desenvolvimento das competências gerenciais, técnicas e fundamentais; à valorização dos colaboradores; à integração das pessoas; à modernização das carreiras; à alocação e movimentação interna, à adequada distribuição da força de trabalho, à gestão do clima organizacional; e à melhoria da saúde, do bem-estar físico, psicológico e social e da qualidade de vida no trabalho dos colaboradores do Conselho da Justiça Federal. Para este objetivo, quatro metas foram desenvolvidas:

<b>META 26 – CAPACITAR, ANUALMENTE, 80% DOS SERVIDORES DO CJF EM PELO MENOS UMA AÇÃO EDUCACIONAL</b>		
Porcentagem alcançada	Cumprimento da meta	Resultado
92,2%	115,2%	

<b>META 27 – CAPACITAR, A CADA BIÊNIO, 100% DOS GESTORES DO CJF EM 30 HORAS DE CAPACITAÇÃO DE NATUREZA GERENCIAL</b>		
Resultado alcançado	Cumprimento da meta	Resultado
42 gestores capacitados	32,56%	

<b>META 28 – EXECUTAR, ANUALMENTE, 80% DAS AÇÕES DE CAPACITAÇÃO PREVISTAS NO PAC</b>		
Resultado alcançado	Cumprimento da meta	Resultado
35 ações	72,92%	

<b>META 29 – ALCANÇAR E MANTER, ATÉ 2025, 70% DE SATISFAÇÃO NAS PESQUISAS DE CLIMA ORGANIZACIONAL</b>		
% alcançado	Cumprimento da meta	Resultado
68,83%	98,32%	

A meta 26 está voltada para a capacitação profissional. As suas ações permitem a melhoria na performance de diferentes atividades dentro e fora da organização, ajudando no crescimento dos servidores em todos os aspectos. Essa preparação traz vantagens em uma via de mão dupla, ou seja, para a organização e para os servidores, uma vez que estão em constante aprendizado e podem resolver problemas das mais variadas naturezas. A Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP busca capacitar, anualmente, 80% dos servidores do quadro efetivo do CJF. Em 2021, foram 236 servidores capacitados, o que representa 92,2% dos servidores em exercício no Órgão.

A meta 27 trata da capacitação dos gestores. Em consonância com a Lei n. 11.416, de 15 de dezembro de 2006, a meta visa capacitar, a cada ano, até o ano de referência, 100% dos gestores do CJF com prazo de capacitação no período em questão. Foram capacitados 42 de um total de 129 gestores.

A meta 28 é referente ao Plano Anual de Capacitação da JF – PAC. O CJF buscará executar, anualmente, 80% das ações de capacitação previstas no PAC. Foram realizadas 35 das 60 previstas.

A última meta deste objetivo, a de número 29, faz referência à satisfação dos servidores com o clima organizacional. Com vistas a auxiliar para o aprimoramento dos serviços de gestão de pessoas, o CJF aplica pesquisa de avaliação da satisfação de clima organizacional. Dessa forma, a meta permitirá que implemente as práticas necessárias para manter o nível de satisfação. A meta estabelece, para 2021, um nível de satisfação de 70% tendo sido alcançado 68,83%. Para melhoria do índice, algumas ações previstas são:

- 1) Implantar processo seletivo interno para as funções comissionadas e cargos de confiança, com o objetivo de valorizar os servidores efetivos do quadro de pessoal.
- 2) Investir tempo e recursos nas transições entre gestões, visando à continuidade dos projetos e à suavização dos impactos que essas mudanças causam aos servidores e aos processos de trabalho.
- 3) Investir em excelentes capacitações para servidores e gestores, de modo que o Órgão alcance os resultados esperados e os servidores se sintam valorizados.
- 4) Criar estratégias e ações voltadas à integração entre as unidades.
- 5) Melhorar a comunicação institucional e os meios mais eficazes para que as decisões e orientações cheguem aos servidores com mais transparência.
- 6) Criar mecanismos para que os servidores participem das decisões, das normas e dos rumos do Órgão.
- 7) Ampliar oportunidades de flexibilização do trabalho, por meio do teletrabalho, mesmo depois da pandemia da Covid-19.
- 8) Evitar a sobrecarga de trabalho por meio de ampliação do quadro de pessoal e de melhor distribuição de servidores entre as unidades.
- 9) Conceder mais autonomia e flexibilidade, possibilitando inovações nos processos de trabalho.
- 10) Criar oportunidades para que as unidades do CJF se aproximem das unidades da Justiça Federal.

#### **OTIMIZAR A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

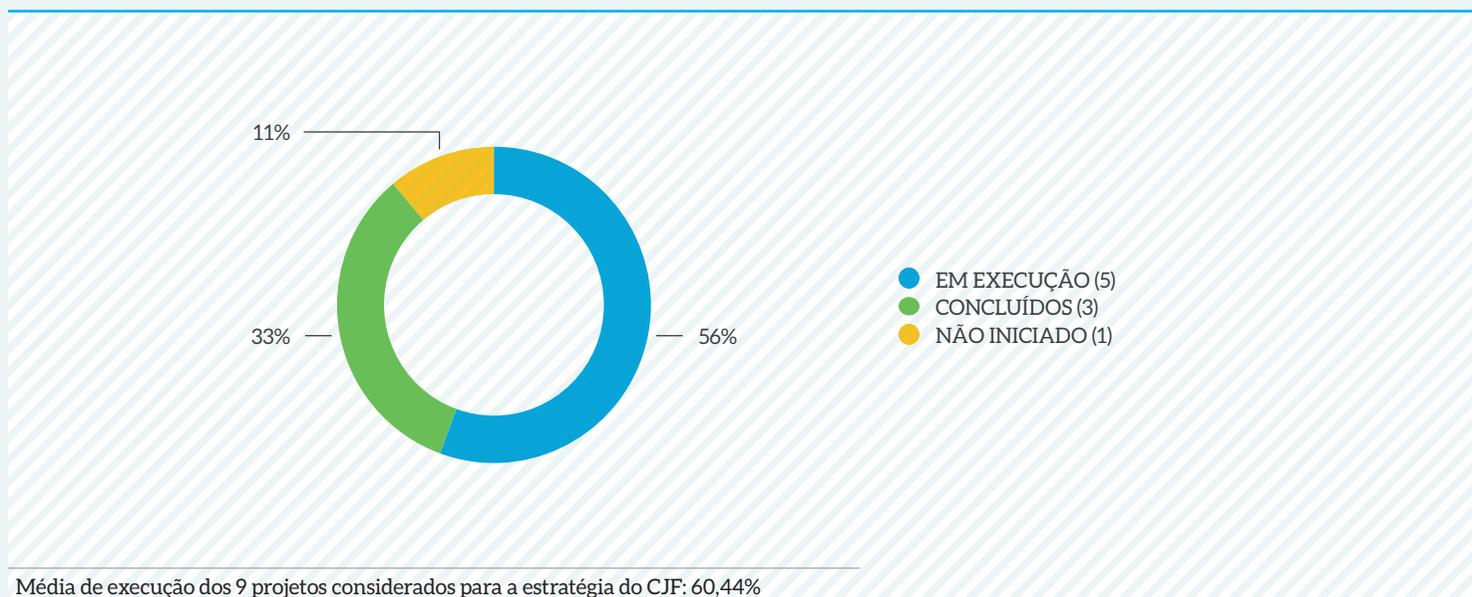
Alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimento e pessoal ao aprimoramento da gestão, atendendo aos princípios constitucionais da Administração Pública, por meio da utilização do sistema de custos, é o foco deste objetivo. Requer o estabelecimento de uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para o atendimento das necessidades prioritárias e essenciais. A meta estabelecida para este objetivo visa à execução de 90% das dotações para despesas discricionárias, todos os anos, até 2026. Com isso, o CJF atenderá, em sua quase totalidade, às despesas correntes e de capital (discricionárias) previstas para cada ano em questão.

<b>META 30 – EXECUTAR 90% DAS DOTAÇÕES PARA DESPESAS DISCRICIONÁRIAS</b>		
<b>% alcançado</b>	<b>Cumprimento da meta</b>	<b>Resultado</b>
81,03%	90%	

## 2.5 PROJETOS ESTRATÉGICOS

Quanto aos projetos estratégicos, o desempenho em 2020 foi:

**GRÁFICO 5 STATUS DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS DO CJF (STATUS DEZ 2021)**



**TABELA 20 STATUS DOS PROJETOS EM EXECUÇÃO**

PROJETO	OBJETIVO	Status
Certidão Única	Projeto aprovado na 25ª Reunião do CGI, porém ainda não foi preenchida a Ficha Inicial do Projeto - FIP.	89%
eSocial	Proporcionar condições para que o CJF cumpra as obrigações referentes ao eSocial – Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas, nos prazos estipulados pelo governo federal: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Até 8/7/2021 (1ª fase) – eventos de tabela;</li> <li>• Até 8/11/2021 (2ª fase) – eventos não periódicos;</li> <li>• Até 8/4/2022 (3ª Fase) – eventos periódicos;</li> <li>• Até 11/7/2022 (4ª Fase) – eventos de Segurança e Saúde no Trabalho.</li> </ul>	53%
Elaboração do Plano de Continuidade do CJF	Implementar processo de gestão de continuidade de negócio no âmbito do CJF visando minimizar danos e agilizar o restabelecimento da condição de normalidade em caso de ocorrência de eventos de grande impacto financeiro, operacional ou de reputação.	0%
Institucionalização dos normativos de segurança da informação	Atualizar a Política de Segurança da Informação do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus e normatizar os documentos acessórios que tratam de temas específicos relacionados à segurança da informação.	14%

**TABELA 20 STATUS DOS PROJETOS EM EXECUÇÃO**

PROJETO	OBJETIVO	Status
Plano de Continuidade de Serviços de TI	Atualizar a Política de Segurança da Informação do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus e normatizar os documentos acessórios que tratam de temas específicos relacionados à segurança da informação.	75%
Sistema informatizado de controle interno	Adquirir ferramenta de gestão de auditoria para auxiliar no desenvolvimento dos processos e atividades de auditoria, inspeção administrativa e fiscalização da Secretaria de Controle Interno.	25%

**TABELA 21 PROJETOS CONCLUÍDOS**

PROJETO	OBJETIVO
Desenvolvimento do sistema CECINT	Criar um sistema on-line com excelente usabilidade que guie o magistrado da Justiça Federal na elaboração do pedido de cooperação jurídica internacional.
Fortalecimento da Segurança Institucional no Conselho e na Justiça Federal	Aprimoramento da gestão e dos serviços de segurança institucional em toda a Justiça Federal. Identificação e formação de servidores da Justiça Federal como professores para realização de treinamento dos demais agentes. Promover a padronização de procedimentos e o adequado emprego de equipamentos de uso seletivo da força, a partir de aquisições e ações de capacitação dos agentes de segurança que efetivamente atuam na área. Contribuir com a uniformização e identidade visual dos agentes de segurança por meio da normatização e distribuição de equipamentos e uniformes.
Guarda e eliminação de documentos digitais	Criar normativos que contenham as diretrizes para eliminação de documentos digitais e de implantação de um programa de preservação digital para documentos arquivísticos em sua fase permanente, garantindo a autenticidade, a confidencialidade, a disponibilidade e a preservação dos documentos em meio digital, preservando os registros das atividades dos Tribunais Regionais Federais e assegurando os direitos dos cidadãos.

## 2.6 COLEGIADO EM NÚMEROS

### ALTERAÇÕES DO COLEGIADO

Em 29 de março de 2021, o Desembargador Federal Edilson Pereira Nobre Júnior tornou-se membro efetivo do Colegiado, por ter sido empossado como Presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

Em 8 de abril de 2021, o Desembargador Federal Messod Azulay Neto tornou-se membro efetivo do Colegiado, por ter sido empossado como Presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

Em 21 de junho de 2021, o Desembargador Federal Ricardo Teixeira do Valle Pereira tornou-se membro efetivo do Colegiado, por ter sido empossado como Presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Em 29 de novembro, os Ministros Marco Aurélio Bellizze Oliveira e Paulo Dias de Moura Ribeiro foram empossados, respectivamente, como membros efetivo e suplente.

## ATIVIDADES DO COLEGIADO

Em 2021, o Colegiado do Conselho da Justiça Federal realizou dezenove sessões ordinárias, tendo julgado 119 processos administrativos.

**TABELA 22 SESSÕES DO COLEGIADO**

QUANT.	SESSÕES	DATA	TIPO DA SESSÃO	N. DE PROCESSOS JULGADOS
1	Ordinária	22/2/2021	Videoconferência	10
2	Ordinária	15/3/2021	Videoconferência	5
3	Ordinária	22, 23 e 24/3/2021	Virtual	5
4	Ordinária	12, 13 e 14/4/2021	Virtual	5
5	Ordinária	26/4/2021	Videoconferência	7
6	Ordinária	17, 18 e 19/5/2021	Virtual	6
7	Ordinária	31/5/2021	Videoconferência	5
8	Ordinária	14, 15 e 16/6/2021	Virtual	4
9	Ordinária	28/6/2021	Videoconferência	6
10	Ordinária	4, 5 e 6/8/2021	Virtual	9
11	Ordinária	30/8/2021	Videoconferência	8
12	Ordinária	13, 14 e 15/9/2021	Virtual	7
13	Ordinária	27/09/2021	Videoconferência	5
14	Ordinária	13, 14 e 15/10/2021	Virtual	6
15	Ordinária	08/11/2021	Videoconferência	8
16	Ordinária	17, 18 e 19/11/2021	Virtual	3
17	Ordinária	29/11/2021	Videoconferência	9
18	Ordinária	1º, 2 e 3/12/2021	Virtual	3
19	Ordinária	13/12/2021	Videoconferência	8
<b>TOTAL</b>				<b>119</b>

## RESOLUÇÕES

O Colegiado aprovou 56 Resoluções, destacando-se as seguintes:

**Resolução n. 690, de 7 de janeiro de 2021**, que dispõe sobre os procedimentos relativos à programação financeira, alterações de plano orçamentário e de detalhamento do elemento de despesa para pagamento das folhas de pessoal e das despesas de custeio e de capital, no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus, bem como os referentes ao pagamento de sentenças judiciais. (Processo SEI n. 0000417-37.2019.4.90.8000).

**Resolução n. 696, de 15 de março de 2021**, aprova como projeto nacional da Justiça Federal a implantação do Sistema Eletrônico de Recursos Humanos desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região. (Processo SEI n. 0002149-86.2020.4.90.8000).

**Resolução n. 697, de 15 de março de 2021**, que dispõe sobre a instituição de instrumentos de avaliação, direcionamento e monitoramento de gestão de pessoas a serem aplicados aos servidores do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus. (Processo SEI n. 0001217-16.2020.4.90.8000).

**Resolução n. 700, de 15 de abril de 2021**, que dispõe sobre a alteração da Resolução n. 2, de 20 de fevereiro de 2008, e a revogação da Resolução CJF n. 30, de 22 de outubro de 2008, da Resolução CJF n. 409, de 29 de junho de 2016, e da Resolução n. 694, de 24 de fevereiro de 2021. (Processo SEI n. 0002286-93.2020.4.90.8000).

**Resolução n. 701, de 27 de abril de 2021**, que dispõe sobre o Plano Anual de Contratações de obras, serviços de Engenharia, Tecnologia da Informação, bens e serviços comuns no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus. (Processo SEI n. 0002203-13.2019.4.90.8000).

**Resolução n. 704, de 27 de abril de 2021**, que dispõe sobre o Programa de Reciclagem Anual de Segurança no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus. (Processo SEI n. 0001156-17.2019.4.90.8000).

**Resolução n. 708, de 1º de junho de 2021**, que dispõe sobre os procedimentos relativos à expedição de alvarás de levantamento e dos ofícios de conversão em renda a favor da Fazenda Pública, no âmbito da Justiça Federal de 1º e 2º graus, e institui o serviço de integração para a sua tramitação exclusivamente em meio eletrônico. (Processo SEI n. 0000101-81.2019.4.90.8000).

**Resolução n. 709, de 1º de junho de 2021**, que dispõe sobre a Política de Sustentabilidade da Justiça Federal – PSJF. (Processo SEI n. 0004575-36.2020.4.90.8000).

**Resolução n. 714, de 17 de junho de 2021**, que dispõe sobre o Programa de Gestão Documental e Memória da Justiça Federal de 1º e 2º graus, observadas as normas de funcionamento do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário – Proname e seus instrumentos. (Processo SEI n. 0002505-16.2020.4.90.8000).

**Resolução n. 716, de 29 de junho de 2021**, que dispõe sobre a instituição do modelo de governança, gestão e operação da Nuvem da Justiça Federal – NUJUF. (Processo SEI n. 0006193-21.2019.4.90.8000).

**Resolução n. 727, de 28 de setembro de 2021**, que dispõe sobre os ajustes que tenham por objeto a administração de depósitos de precatórios e Requisições de Pequeno Valor, serviço de pagamento de pessoal e cessão de espaço físico, bem como acerca da aplicação dos recursos provenientes desses ajustes, no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus. (Processo SEI n. 0002144-71.2020.4.90.8000).

**Resolução n. 735, de 9 de novembro de 2021**, que dispõe sobre os tipos e o uso de uniformes e acessórios de identificação visual pelos(as) inspetores(as) e agentes da polícia judicial ativos, lotados nas unidades de segurança institucional do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus. (Processo SEI n. 0003260-16.2020.4.90.8000).

**Resolução n. 736, de 22 de novembro de 2021**, que dispõe sobre as diretrizes para a aquisição, utilização e controle de veículos no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus e dá outras providências. (Processo SEI n. 0000415-75.2019.4.90.8000).

**Resolução n. 737, de 22 de novembro de 2021**, que dispõe sobre orientações gerais de transparência na divulgação do cumprimento de penas alternativas e medidas despenalizadoras. (Processo SEI n. 0002979-21.2021.4.90.8000).

**Resolução n. 738, de 6 de dezembro de 2021**, que institui a Política de Governança e Gestão de Tecnologia da Informação do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus. (Processo SEI n. 0002398-15.2021.4.90.8000).

**Resolução n. 742, de 14 de dezembro de 2021**, que dispõe sobre a organização inicial do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, a reestruturação das unidades da Seção Judiciária de Minas Gerais localizadas em Belo Horizonte e a implementação de medidas administrativas para cumprimento da Lei n. 14.226, de 20 de outubro de 2021. (Processo SEI n. 0003222-08.2021.4.90.8000).

**Resolução n. 743, de 14 de dezembro de 2021**, que dispõe sobre a organização do Sistema de Tecnologia da Informação da Justiça Federal. (Processo SEI n. 0003369-26.2021.4.90.8000).

**Resolução n. 744, de 14 de dezembro de 2021**, que dispõe sobre a organização e as diretrizes de funcionamento do Sistema de Estratégia e Governança da Justiça Federal. (Processo SEI n. 0003387-16.2021.4.90.8000).

**Resolução n. 745, de 14 de dezembro de 2021**, que dispõe sobre a alteração do art. 8º da Resolução n. 141, de 28 de fevereiro

de 2011, que regulamenta a averbação de tempo de serviço dos servidores do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus. (Processo SEI n. 0002130-93.2021.4.90.8000).

Por fim, na sessão de 28 de junho de 2021, o Colegiado aprovou a:

**Emenda regimental n. 1/2021** – altera, inclui e revoga dispositivos do Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, anexo da Resolução CJF n. 42, de 19 de dezembro de 2008. (Processo SEI n. 0000091-75.2019.4.90.8000).

## PARCERIAS E ACORDOS

**TABELA 23 PARCERIAS E ACORDOS**

PARTÍCIPES	OBJETO	DATA DA ASSINATURA	VIGÊNCIA	FINDA EM:
Conselho da Justiça Federal e Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM	Parceria entre o CJF e a ENFAM nas ações de trabalho relativas às atividades de gestão administrativa e de desenvolvimento institucional, mediante a implementação de ações, programas, projetos e atividades complementares de interesse comum entre o CJF e a ENFAM, especialmente para promover programas de atuação conjunta, tais como gestão de pessoal, gestão socioambiental, licitações, compras e serviços e uso de materiais, comunicação social e cerimonial, observadas as necessidades de cada órgão.	24/2/2021	60 meses, da data da assinatura	24/2/2026
Conselho da Justiça Federal e o Centro de Estudos de Direito Econômico e Social (CEDES)	Cooperação técnico-científica e cultural e o intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências, visando à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização técnica de recursos humanos, bem como ao desenvolvimento institucional, mediante a implementação de ações, programas, projetos e atividades complementares de interesse comum entre os partícipes.	5/3/2021	(60 meses da publicação: 6/3/2021)	6/3/2026
Conselho da Justiça Federal e o Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP)	Cooperação técnico-científica e cultural e o intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências, visando à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização técnica de recursos humanos, bem como ao desenvolvimento institucional, mediante a implementação de ações, programas, projetos e atividades complementares de interesse comum entre os partícipes.	5/3/2021	(60 meses da publicação: 6/3/2021)	6/3/2026
Conselho Nacional de Justiça e Conselho da Justiça Federal, podendo adesão dos TRFs	Conjuação de esforços entre os partícipes para o desenvolvimento e uso colaborativo dos produtos, projetos e serviços do “Programa Justiça 4.0 – Inovação e efetividade na realização da Justiça para todos, ficando o CJF com a função de orquestrador dos Tribunais Regionais Federais do presente Acordo”.	15/3/2021	24 meses, podendo ser prorrogado automaticamente, até o limite de 60 meses	25/3/2023

**TABELA 23 PARCERIAS E ACORDOS**

PARTÍCIPES	OBJETO	DATA DA ASSINATURA	VIGÊNCIA	FINDA EM:
Conselho da Justiça Federal, por intermédio do Centro de Estudos Judiciários, a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira e a Academia Judicial da Escola Superior de Estudos Jurídicos da Faculdade de Direito da Universidade de Bologna	Cooperação técnico - científica e cultural e o intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências, visando à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização técnica de recursos humanos, bem como ao desenvolvimento institucional, mediante a implementação de ações comuns entre os partícipes.	14/4/2021	A partir da publicação do Extrato (60 meses)	16/4/2026
Conselho Nacional de Justiça e Conselho da Justiça Federal, podendo adesão dos TRFs	Conjuação de esforços entre os partícipes para a adesão e o desenvolvimento colaborativo de produtos e serviços para a Plataforma Digital do Poder Judiciário - PDPJ-Br, ficando o CJF com a função de orquestrador dos Tribunais Regionais Federais do presente Termo.	29/4/2021	24 meses, podendo ser prorrogado	29/4/2023
Conselho da Justiça Federal e o Tribunal Regional Federal da 4ª Região	Cessão, ao Conselho da Justiça Federal, do Sistema de Gestão Administrativa e Financeira - GEAFIN	5/5/2021	60 meses, da data da assinatura	5/5/2026
Conselho da Justiça Federal e os Tribunais Regionais Federais da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Regiões	Conjuação de esforços entre os partícipes para a racionalização dos procedimentos licitatórios para aquisição de bens e a contratação de serviços relacionados à Tecnologia da Informação - TI, quando efetuadas pelo Sistema de Registro de Preços - SRP, visando à economicidade e à eficiência das contratações, observadas as condições constantes deste Acordo e do Plano de Trabalho.	31/5/2021	Da assinatura	Indeterminado
Conselho da Justiça Federal e Tribunal Regional Federal da 4ª Região (SEI, Projetos e SEI JULGAR)	Cessão de direito de uso do Sistema Eletrônico de Informações - SEI para o CJF	27/9/2021	60 meses, contados da publicação (1/10/2021)	1/10/2026

### 3 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

Como órgão central do Sistema de Orçamento e Finanças da Justiça Federal e como órgão setorial de programação orçamentária e financeira da Justiça Federal, cabe à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças (SPO-CJF) gerir o orçamento da instituição e, também, a programação financeira, inclusive a referente ao pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado.

Ainda no desempenho de suas atribuições institucionais, a SPO-CJF é responsável, inclusive, pela apresentação da programação financeira à Secretaria do Tesouro Nacional para pagamento de todas as despesas da Justiça Federal, incluindo as

relativas às sentenças judiciais transitadas em julgado (precatórios e requisições de pequeno valor), pelas respectivas liberações de limites financeiros aos Tribunais Regionais Federais para a execução de todas as despesas, bem como pelo acompanhamento das rotinas relacionadas ao pagamento das sentenças judiciais.

O Sistema de Administração Orçamentária e Financeira da Justiça Federal, instituído pela Resolução CJF n. 84, de 11 de dezembro de 2009, coordenado pela Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do Conselho da Justiça Federal, tem por objetivo coordenar as atividades de planejamento, orçamento e finanças no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus, contribuindo para a eficiência na gestão dos recursos alocados.

A mencionada Secretaria administrou uma dotação orçamentária de R\$ 12,956 bilhões, distribuída entre os órgãos da Justiça Federal de 1º e 2º graus e o próprio Conselho, bem como uma dotação total de R\$ 51,155 bilhões para pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado na Justiça Federal.

### 3.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

#### JUSTIÇA FEDERAL

Em 2021, considerando os créditos iniciais consignados na Lei n. 14.144, de 22 de abril de 2021, e os créditos adicionais, excluídos os valores relativos às sentenças judiciais transitadas em julgado (precatórios e requisições de pequeno valor), a Justiça Federal foi contemplada com recursos orçamentários no total de R\$ 12.956.342.248,00, conforme discriminado nos quadros e gráficos a seguir:

**TABELA 24 RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DA JUSTIÇA FEDERAL POR REGIÃO E GRAU DE JURISDIÇÃO – EM R\$**

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÕES INICIAIS	CRÉDITOS ADICIONAIS	DOTAÇÃO ATUALIZADA
	(a)	(b)	(c) = (a+b)
JF 1º Grau	10.417.639.724	-83.183.356	10.334.456.368
TRF 1ª Região	529.110.805	10.272.577	539.383.382
TRF 2ª Região	518.783.117	15.125.780	533.908.897
TRF 3ª Região	763.106.485	4.011.174	767.117.659
TRF 4ª Região	448.816.270	17.303.616	466.119.886
TRF 5ª Região	278.885.847	29.814.610	308.700.457
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>12.956.342.248</b>	<b>-6.655.599</b>	<b>12.949.686.649</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

As movimentações orçamentárias (créditos adicionais) que resultaram em decréscimo da dotação inicial foram relativas a decréscimo de dotação na ação 4257 – Julgamento de Causas e um acréscimo na 09HB – Contribuição Patronal, conforme detalhado a seguir:

- **Portaria Conjunta GP CNJ/CJF n. 3, de 31 de agosto de 2021**, publicada no Diário Oficial da União em 2 de setembro de 2021, que abriu ao Orçamento Fiscal da União, em favor Conselho Nacional de Justiça, crédito suplementar no valor de R\$ 10.850.000,00,

para reforço de dotações constantes da lei orçamentária vigente. A suplementação teve como finalidade apoiar o Conselho Nacional de Justiça na execução de projetos de políticas judiciárias alinhados aos planos estratégicos do Poder Judiciário e destinados ao fortalecimento desse Poder e da cidadania. O montante foi cancelado na Ação 4257 – Julgamento de causas e suplementado na Ação 21BH – Controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário, do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes e Gestão de Políticas Judiciárias.

- **Portaria SETO/ME n. 15.177, de 29 de dezembro de 2021**, que abriu ao Orçamento Fiscal da União, elaborada pela Secretaria Especial de Tesouro e Orçamento, em favor da Justiça Federal de 1º e 2º grau, crédito suplementar no valor de R\$ 4.194.401,00, para reforço de dotações constantes da lei orçamentária vigente, e consequente crédito sem contrapartida, à conta da Reserva de Contingência de Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia.

**TABELA 26 DOTAÇÃO AUTORIZADA POR GRUPO DE DESPESA – EM R\$**

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	DESPESA DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA
	(a)	(b)	(c) = (a+b)
JF 1º Grau	8.800.845.544	1.533.610.824	10.334.456.368
TRF 1ª Região	429.664.811	109.718.571	539.383.382
TRF 2ª Região	440.918.433	92.990.464	533.908.897
TRF 3ª Região	667.542.866	99.574.793	767.117.659
TRF 4ª Região	405.894.920	60.224.966	466.119.886
TRF 5ª Região	232.170.339	76.530.118	308.700.457
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>10.977.036.913</b>	<b>1.972.649.736</b>	<b>12.949.686.649</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

Das dotações autorizadas à Justiça Federal, excluídos os precatórios, requisições de pequeno valor e os destaques recebidos, foi executado o montante global de R\$ 12.767.379.216, correspondente a 98,59% da dotação autorizada: -

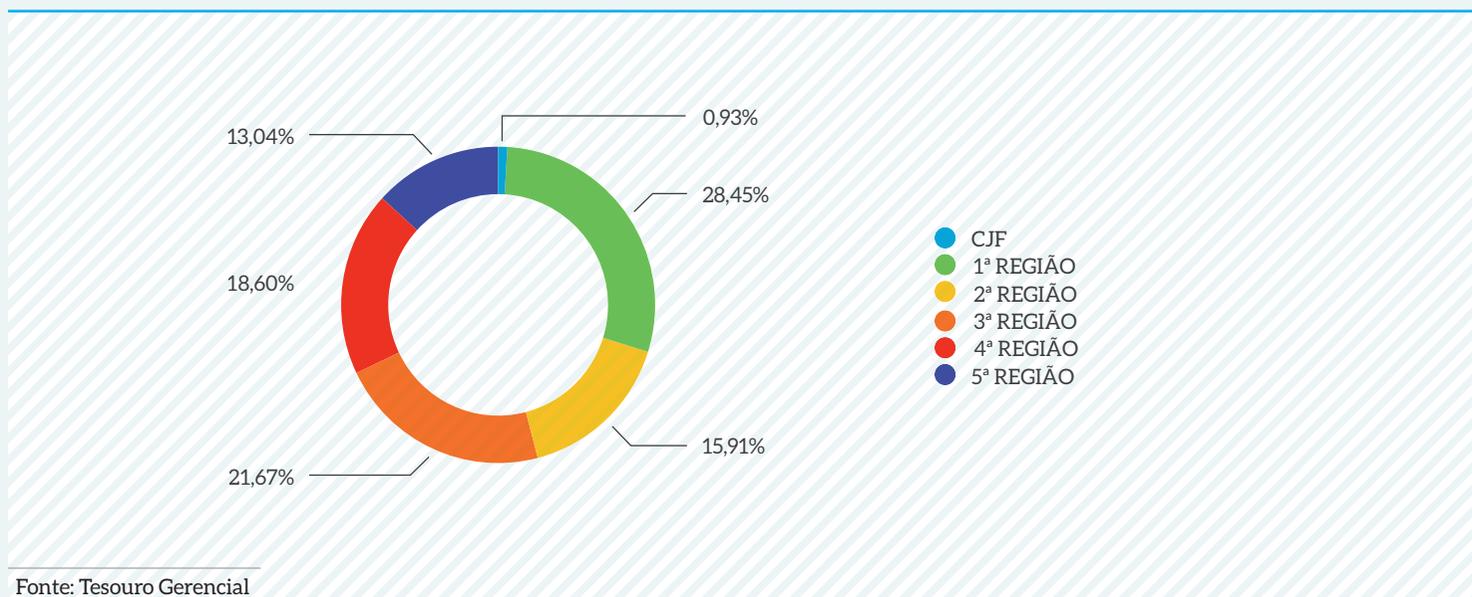
**TABELA 25 EXECUÇÃO DA DESPESA – EM R\$**

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DOTAÇÃO BLOQUEADA	DOTAÇÃO DISPONÍVEL	EXECUÇÃO DA DESPESA	
	(a)	(b)	(c) = (a-b)	(d)	% (d/a)
JF 1º grau	10.334.456.368	14.244.681	10.320.211.687	10.205.547.662	98,75%
TRF 1ª Região	539.383.382	270.000	539.113.382	535.701.824	99,32%
TRF 2ª Região	533.908.897	1.300.000	532.608.897	523.026.555	97,96%
TRF 3ª Região	767.117.659	3.870.500	763.247.159	747.208.200	97,40%
TRF 4ª Região	466.119.886	-	466.119.886	453.242.482	97,24%
TRF 5ª Região	308.700.457	-	308.700.457	302.652.493	98,04%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>12.949.686.649</b>	<b>19.685.181</b>	<b>12.930.001.468</b>	<b>12.767.379.216</b>	<b>98,59%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

Por outro espectro, ao analisar a execução do orçamento no 1º e 2º graus de cada Região, considerados os destaques concedidos, tem-se a distribuição percentual dos valores a seguir:

**GRÁFICO 6 EXECUÇÃO TOTAL DA DESPESA POR REGIÃO**



Constam da execução acima demonstrada o pagamento de despesas de exercícios anteriores efetuado de acordo com a Resolução CJF n. 224/2012. Importante destacar que foi formulada e apresentada, pelo Conselho Nacional de Justiça, consulta sobre a possibilidade de disponibilizar determinado valor por este Conselho, por meio da compensação entre os limites individualizados para as despesas primárias, prevista no § 9º do art. 107 do ADCT, inserido pela Emenda Constitucional n. 95/2016, com a finalidade de apoiar o CNJ na execução de projetos de políticas judiciárias alinhados aos planos estratégicos do Poder Judiciário e destinados ao fortalecimento desse Poder e da cidadania.

Considerando que a solicitação mencionada vai ao encontro das prioridades da Justiça Federal, foi decidida pela administração superior a participação do CJF na implantação dos referidos projetos no âmbito da Justiça Federal.

Dessa forma, nos termos do § 6º, inciso I, do art. 3º da Portaria n. 4.967, de 29 de abril de 2021, foi publicado ato conjunto entre o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho da Justiça Federal da Portaria Conjunta GP CNJ/CJF n. 3, de 31 de agosto de 2021, a abertura do crédito suplementar autorizado na LOA-2021 no valor global de **R\$ 10.850.000,00** em favor do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

#### **ORIENTAÇÕES EMANADAS DO CJF SOBRE O REGIME DO TETO DE GASTOS ESTABELECIDO PELA EMENDA CONSTITUCIONAL N. 95, DE 2016**

A Emenda Constitucional n. 95, de 15 de dezembro de 2016, ao incluir o artigo 107 no Atos das Disposições Constitucionais e Transitórias (ADCT), estabeleceu para a Administração Pública Federal limite de gastos para despesas primárias, individualizado

em cada órgão, a ser observado nos próximos vinte anos, a contar do exercício financeiro de 2017, tomando-se por base o total de pagamentos realizados no exercício de 2016, acrescido, em cada exercício subsequente, do índice oficial de inflação do governo, o IPCA, à exceção do ano inaugural, cujo índice de atualização foi arbitrado pela EC n. 95 em 7,2%.

Diante dessas premissas, coube à Justiça Federal, para 2021, o limite de gastos de R\$ 11.435.830.108,00, decorrente da aplicação do parâmetro fixado no § 2º do art. 26 da Lei n. 14.116/2020 – LDO 2021.

Não obstante, com a publicação da Portaria Conjunta GP CNJ/CJF n. 3, mediante a qual foi realizada a compensação entre os limites para as despesas primárias, no valor de R\$ 10.850.000,00 entre o Conselho da Justiça Federal e o Conselho Nacional de Justiça, houve redução do limite para a Justiça Federal, passando a ser de R\$ 11.424.980.108,00.

Desse limite, a Justiça Federal realizou um gasto de R\$ 11.163.521.067,05 sendo R\$ 122.382.742,25 referentes a restos a pagar e R\$ 11.041.138.324,80 relativos a gastos realizados com dotação do exercício. Restando R\$ 261.459.040,95 como limite disponível para pagamento.

Nesse contexto, entre as medidas adotadas pela gestão da Justiça Federal para enfrentamento da rigidez orçamentária imposta pelo Novo Regime Fiscal, foi mantido rígido controle exercido pelo CJF, dentro de sua esfera de competência de supervisão orçamentária e administrativa das unidades da Justiça Federal, sobre as despesas obrigatórias (Resultado Primário – RP1), em especial quanto aos limites de provimentos de cargos vagos.

---

#### **AÇÃO ASSISTÊNCIA JURÍDICA A PESSOAS CARENTES – AJPC**

Quanto à distribuição de dotação inerente à Ação Assistência Jurídica a Pessoas Carentes (AJPC - Ação 4224), destinada ao pagamento de profissionais não abrangidos pela ação orçamentária OOSA, bem como da distribuição de dotação para pagamento exclusivo dos honorários periciais em que o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS seja parte (Ação OOSA), nos termos da Lei n. 13.876, de 20 de setembro de 2019, no âmbito das unidades do 1º grau da Justiça Federal, conforme dados extraídos do Sistema AJG, versão 9.04.04, com aderência aos dispositivos da Lei n. 13.876/2019, da Resolução CJF n. 305/2014 e às regras de negócios necessárias à operacionalização do sistema AJG, ao longo do ano de 2021, temos a informar que foram executados 99,96% da Ação OOSA e 88,53% na Ação 4224.

Nesse contexto, inicialmente, fora descentralizado ao CJF pelo Ministério da Economia o valor de R\$ 336.422.195,00, entretanto, com perda da eficácia do disposto no art. 1º da Lei n. 13.876, no dia 23 de setembro de 2021, no qual estabelece que será garantido pelo Poder Executivo Federal ao respectivo tribunal o pagamento dos honorários periciais referentes às perícias já realizadas e às que venham a ser realizadas em até **2 anos** após a data de publicação desta lei, nas ações em que o INSS figure como parte, o valor foi reajustado a medida que as perícias realizadas antes da perda da vigência e validadas, de modo que o valor final da dotação recebida para a ação foi R\$ 221.918.233,00.

**Ação 00SA – Lei n. 13.876/2019** – Todos os peritos (médicos e demais peritos) nas ações em que o INSS seja parte, observadas as regras fixadas pela Resolução CJF n. 305/2014:

**TABELA 27 AÇÃO 00SA - EM R\$**

REGIÃO	CRÉDITOS	CRÉDITO DISPONÍVEL	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADADA	DESPESA PAGA
1ª Região	79.855.217	72.122	79.783.095	79.730.027	79.707.359
2ª Região	11.047.003	0	11.047.003	11.039.178	11.039.178
3ª Região	41.052.812	11.581	41.041.231	39.782.774	39.782.774
4ª Região	45.884.539	3.670	45.880.869	45.880.691	45.879.445
5ª Região	44.078.662	7.428	44.071.234	44.071.234	44.071.234
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>221.918.233</b>	<b>94.802</b>	<b>221.823.431</b>	<b>220.503.902</b>	<b>220.479.989</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

**Ação 4224** – Demais profissionais não enquadrados na regra acima, observada a Resolução CJF n. 305/2014:

**TABELA 28 AÇÃO 4224 - EM R\$**

REGIÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	PROVISÃO RECEBIDA	CRÉDITO DISPONÍVEL	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADADA	DESPESA PAGA
SPO/CJF	19.955.000	-	2.081.353	-	-	-
1ª Região	5.000	4.986.517	70.892	4.920.625	4.908.064	4.907.457
2ª Região	25.000	1.684.416	20.000	1.689.416	1.678.692	1.678.692
3ª Região	5.000	3.571.600	5.038	3.571.562	3.375.528	3.375.343
4ª Região	5.000	6.551.109	110.207	6.445.902	6.022.950	6.022.621
5ª Região	5.000	1.080.005	6.043	1.078.962	1.078.962	1.078.962
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>20.000.000</b>	<b>17.873.647</b>	<b>2.293.534</b>	<b>17.706.466</b>	<b>17.064.195</b>	<b>17.063.075</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

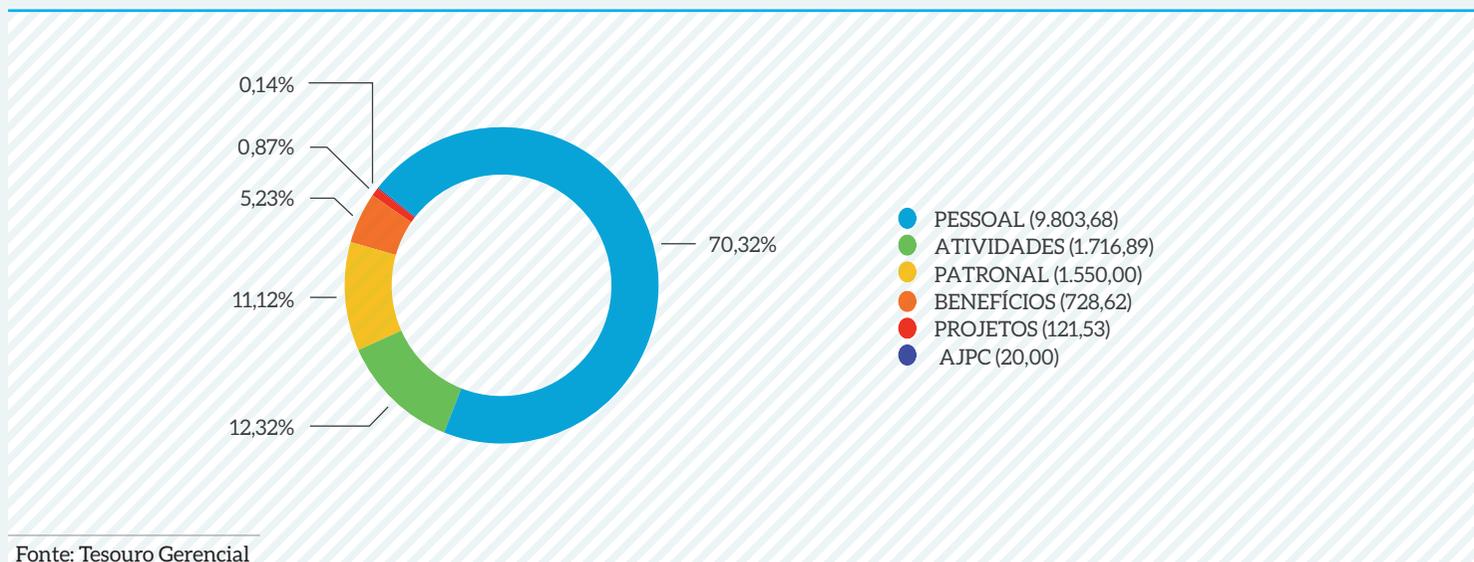
#### PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – PLOA 2022

Em atendimento aos parâmetros estabelecidos pela EC 95/2016 e pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2022, foi consignado, no Projeto de lei n. 19/2021, PLOA 2022, o montante de R\$ 13.940.721.922,00 para atendimento das despesas primárias e financeiras da Justiça Federal para o exercício de 2022, conforme detalhamento a seguir:

**TABELA 29 PLOA 2022 – EM R\$**

JUSTIÇA FEDERAL	PESSOAL ATIVO	PESSOAL INATIVO	TOTAL PESSOAL	BENEFÍCIOS	ATIVIDADES	PROJETOS	AJPC	TOTAL (SEM PATRONAL)	PATRONAL	TOTAL GERAL (COM PATRONAL)
<b>TOTAL JF</b>	<b>7.856.272.034</b>	<b>1.947.410.000</b>	<b>9.803.682.034</b>	<b>728.622.520</b>	<b>1.716.890.411</b>	<b>121.526.957</b>	<b>20.000.000</b>	<b>12.390.721.922</b>	<b>1.550.000.000</b>	<b>13.940.721.922</b>

**GRÁFICO 7 PLOA 2022 – EM R\$ MILHÕES**



Observa-se, a seguir, que a dotação consignada no PLOA 2022 para a Justiça Federal representa um acréscimo de 7,60% em relação à LOA 2021.

**TABELA 30 COMPARATIVO PLOA 2022/LOA 2021 – EM R\$**

REGIÃO	LOA 2021 (LEI Nº 14.144/2021)	PLN Nº 19/2021 (PLOA 2022)	PLOA 2022 / LOA 2021
	(a)	(b)	(b)-(a)
<b>TOTAL</b>	<b>12.956.342.248</b>	<b>13.940.721.922</b>	<b>7,60%</b>

Fonte: SUPLA/SPO

Quando se excluem também as despesas financeiras o acréscimo é de 8,35% em relação à LOA/2021, conforme abaixo:

**TABELA 31 COMPARATIVO PLOA 2022/LOA 2021 – EM R\$**

REGIÃO	LOA 2021 (LEI Nº 14.144/2021)	PLN Nº 19/2021 (PLOA 2022)	PLOA 2022 / LOA 2021
	(a)	(b)	(b)-(a)
<b>TOTAL</b>	<b>11.435.830.108</b>	<b>12.390.721.922</b>	<b>8,35%</b>

Fonte: SUPLA/SPO

### PRECATÓRIOS, REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR E RESPECTIVO PSS PATRONAL

No desempenho de suas atribuições, a Diretoria Executiva de Planejamento e de Orçamento do Conselho da Justiça Federal (DP/CJF), por intermédio da Subsecretaria de Precatórios da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças (SUPRE/SPO), realizou o acompanhamento e a supervisão quanto ao cumprimento pelos TRFs de sentenças judiciais transitadas em julgado sob a forma de precatórios e de requisições de pequeno valor (RPVs), da responsabilidade da Administração Direta da União, das suas autarquias, fundações públicas federais e empresas estatais dependentes, cujos pagamentos ocorreram ao longo do exercício de 2021.

Houve o monitoramento, também, do recolhimento da Contribuição Patronal da União ao Regime Próprio de Previdência Social do Servidor Público Civil – RPSS, em contrapartida à retenção na fonte da contribuição devida ao referido regime de previdência, incidente sobre os saques de precatórios e RPs por beneficiários na condição de servidores civis ativos da União, conforme informações prestadas aos tribunais pelas instituições financeiras oficiais responsáveis.

O quadro apresentado a seguir objetiva demonstrar a destinação dos recursos descentralizados à Justiça Federal no Programa 0901 (Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais), da ordem de R\$ 51,156 bilhões, abrangendo as ações orçamentárias 0005 (Precatórios), 0625 (Sentenças Judiciais de Pequeno Valor) e 00G5 (Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais), bem como sua forma de execução:

**TABELA 32 DEMONSTRATIVO GERAL DAS DOTAÇÕES DESCENTRALIZADAS (PROGRAMA 0901) – EM R\$**

UNIDADE	MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS	DOTAÇÃO DISPONÍVEL	EXECUÇÃO DA DESPESA	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR	% EXECUÇÃO
	(a)	(b)	(c)	(d)	[(c+d)/a]
CJF	203.571.229	203.571.229	-	-	0,00%
1ª Região	20.246.908.973	4.057.373	19.867.933.059	374.918.541	99,98%
2ª Região	4.412.527.132	429.611	4.304.463.392	107.634.129	99,99%
3ª Região	10.723.479.973	438.121.473	10.096.247.611	189.110.889	95,91%
4ª Região	9.242.468.709	6.109.935	8.997.132.517	239.226.257	99,93%
5ª Região	6.326.622.225	15.452.412	6.138.009.559	173.160.255	99,76%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>51.155.578.241</b>	<b>667.742.033</b>	<b>49.403.786.138</b>	<b>1.084.050.070</b>	<b>98,69%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

Assim, com referência às ações orçamentárias relacionadas ao Programa 0901 – Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais, cuja execução ficou a cargo da Justiça Federal, o montante dos créditos disponibilizados acha-se distribuído na forma do gráfico a seguir:

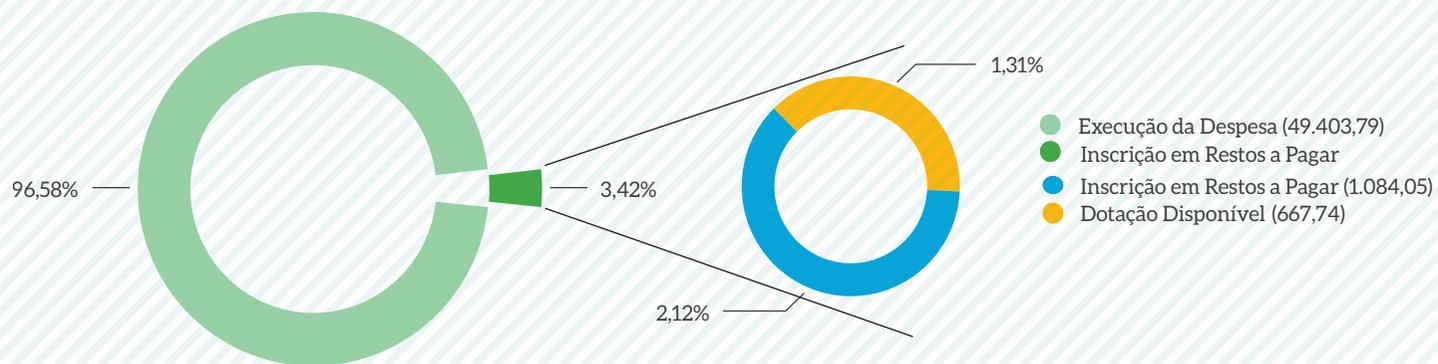
**GRÁFICO 8 DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA – POR AÇÃO – EM R\$ MILHÕES**



Fonte: Tesouro Gerencial

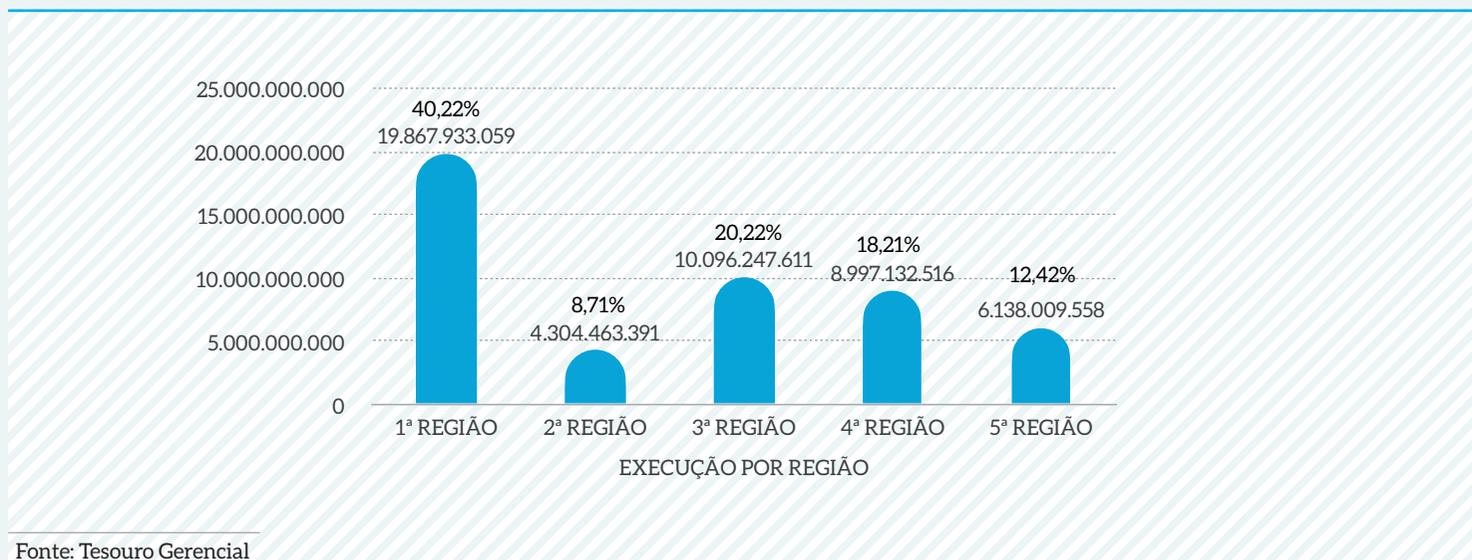
No que se refere ao regime de execução das dotações disponibilizadas, os gráficos abaixo apresentam a distribuição desses recursos.

**GRÁFICO 9 EXECUÇÃO DA DOTAÇÃO DISPONIBILIZADA – EM R\$ MILHÕES**



Fonte: Tesouro Gerencial

**GRÁFICO 10 EXECUÇÃO - POR REGIÃO – EM R\$**



Do total executado, cumpre destacar as despesas em cumprimento de decisões judiciais para recomposição de saldos de contas bancárias, cujos valores tenham sido recolhidos à conta única do Tesouro Nacional em face do § 1º do art. 2º da Lei n. 13.463, de 6 de julho de 2017, sendo que R\$ 127.793.961,26 são referentes a precatórios e R\$ 27.116,00 são relativos a requisições de pequeno valor (RPVs), perfazendo um total de R\$ 127.821.077,26.

A título de informação, registre-se o atendimento pelas instituições financeiras oficiais responsáveis ao art. 2º da Lei n. 13.463/2017, quanto ao cancelamento e transferência à conta única do Tesouro Nacional dos saldos de precatórios e RPV federais depositados junto à Caixa Econômica Federal e ao Banco do Brasil, os quais não tenham sido levantados pelo respectivo beneficiário credor há mais de dois anos, montante que, em 2021, totalizou o valor de R\$ 2,185 bilhão, dos quais R\$ 1,918 bilhões relativos a precatórios cancelados e R\$ 267.446 milhões referentes às RPVs.

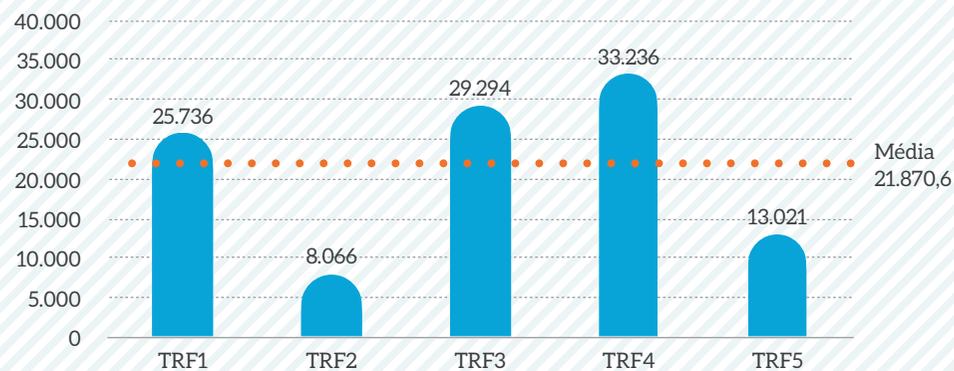
Como síntese dessa avaliação quantitativa das despesas relativas ao cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado, cabe referência ao total de processos de pagamento de precatórios e RPVs que, em 2021, atingiram 1.621.325 de processos pagos, correspondendo ao quantitativo de 1.989.900 beneficiários como pode ser observado nos gráficos 11 a 14.

Destaque-se quanto aos precatórios, o volume de 109.353 processos pagos, correspondendo ao quantitativo de 173.652 beneficiários, conforme apresentado nos gráficos 11 e 12.

Quanto às RPVs, o volume de processos pagos da ordem de 1.511.972, correspondendo ao quantitativo de 1.816.248 beneficiários, os quais se acham distribuídos por tribunal, conforme demonstrados nos gráficos 13 e 14.

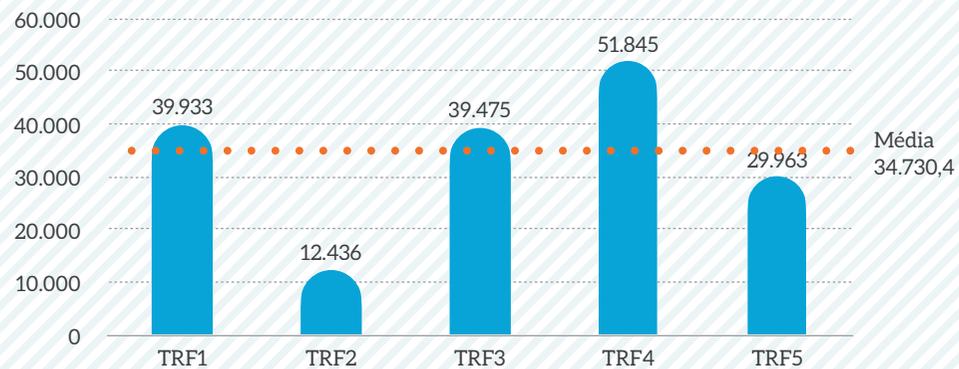
Ressalte-se que a linha média indicada nos gráficos apresentados representa, tão somente, um parâmetro para fins de comparação entre volumes de processos e beneficiários observados entre as Regiões. Ainda em relação ao cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado, merece registro a apuração dos indicadores relacionados na tabela 33, os quais foram elaborados pelos Tribunais Regionais Federais.

**GRÁFICO 11 PROCESSOS PAGOS DE PRECATÓRIOS 2021**



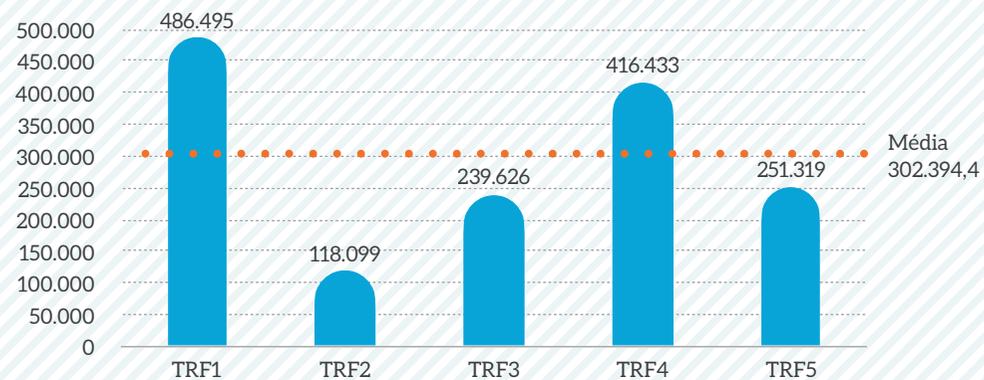
Fonte: Sistema de Precatórios do Conselho da Justiça Federal

**GRÁFICO 12 BENEFICIÁRIOS PAGOS DE PRECATÓRIOS 2021**



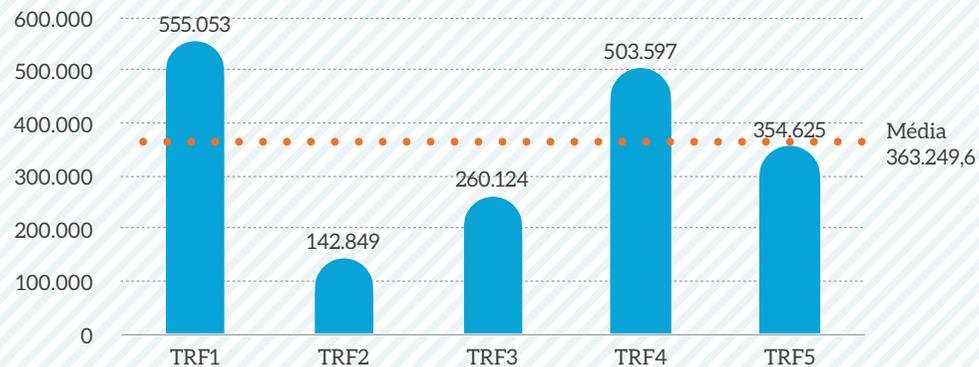
Fonte: Sistema de Precatórios do Conselho da Justiça Federal

**GRÁFICO 13 PROCESSOS PAGOS DE RPV 2021**



Fonte: Sistema de Precatórios do Conselho da Justiça Federal

**GRÁFICO 14 BENEFICIÁRIOS PAGOS DE RPV 2021**



Fonte: Sistema de Precatórios do Conselho da Justiça Federal

**TABELA 33 INDICADORES RELATIVOS A PRECATÓRIOS E RPVS (ACORDÃO TCU N. 2.732-50/2017-P, ITEM 9.11.1 - 9.12.2)**

NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO DA FINALIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	RESULTADO ALCANÇADO (MÉDIA)	AValiação DO RESULTADO
- Indicador para medir o índice (quantidade) de requisições canceladas após a apresentação/protocolo no Tribunal em relação ao total de requisições processadas/depositadas, incluindo Justiça Federal e competência delegada federal.	CANCELAMENTOS DE REQUISIÇÕES	PERCENTUAL	1,01%	ADEQUADO
- Indicador para medir o índice (quantidade) de requisições retificadas após a apresentação/protocolo no Tribunal em relação ao total de requisições processadas/depositadas, incluindo Justiça Federal e competência delegada federal.	ALTERAÇÃO NAS REQUISIÇÕES	PERCENTUAL	2,01%	ADEQUADO
- Indicador para medir o índice (quantidade) de precatórios/RPV depositados levantados com alvará em relação ao total de precatórios/RPV depositados pela Justiça Federal, excluindo as requisições originadas da competência delegada.	SAQUE COM NECESSIDADE DE ALVARÁ <sup>1</sup>	PERCENTUAL	6,56%	ADEQUADO
- Indicador para medir o prazo transcorrido entre a data em que o recurso financeiro está disponível no Tribunal para pagamento das requisições até a data de comunicação ao juízo requisitante do depósito realizado.	TEMPO GASTO PARA PAGAMENTO	DIAS	6,188	ADEQUADO

Fonte: Tribunais Regionais Federais, de acordo com os índices respectivamente apurados

Nota (1): O índice de depósitos com alvará afere os saques que dependem de comunicação do depósito ao juízo competente para que este autorize o levantamento do valor junto ao banco, enquanto nos demais casos o saque é imediato (sem alvará).

O quadro apresentado a seguir demonstra os valores incluídos em 1º de julho de 2021 pelos Tribunais Regionais Federais, visando ao pagamento, no exercício de 2022, dos precatórios federais, além da projeção das despesas com as RPVs e a contribuição patronal da União ao PSS, conforme consta do Processo SEI 0001545-77.2021.4.90.8000. Cumpre registrar a esse respeito a edição da Emenda Constitucional n. 113, de 8 de dezembro de 2021, e da Emenda Constitucional n. 114, de 16 de dezembro de 2021 (novo regime de pagamento de precatórios).

**TABELA 34 PRECATÓRIOS, RPVS E PSS PATRONAL EM R\$**

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DA JUSTIÇA FEDERAL PARA 2022			
(Precatórios e RPVs) R\$1,00			
NATUREZA DA DESPESA	PRECATÓRIOS	RPVS	TOTAL
3.1.90.91 (não tributário)	9.034.698.539,14	1.408.355.576,00	10.443.054.115,14
3.1.90.91 (tributário)	55.039.260,94	28.343.695,00	83.382.955,94
3.3.90.91 (FRGPS) 25917 não tributário	13.836.252.436,70	13.711.126.238,00	27.547.378.674,70
3.3.90.91 (FRGPS) 25917 tributário	-	64.524.000,00	64.524.000,00
3.3.90.91 (FNAS) 55901 não tributário	250.097.365,60	1.372.885.711,00	1.622.983.076,60
3.3.90.91 (não tributário)	12.148.261.260,93	1.962.516.658,00	14.110.777.918,93
3.3.90.91 (tributário)	6.208.617.594,97	423.176.101,00	6.631.793.695,97
4.5.90.91 (não tributário)	2.191.124.638,22	5.812.558,00	2.196.937.196,22
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>43.724.091.096,50</b>	<b>18.976.740.537,00</b>	<b>62.700.831.633,50</b>
PSS PROJETADO (3.1.90.91)	727.179.025,00	100.568.950,00	827.747.975,00
<b>TOTAL DA PROPOSTA</b>	<b>44.451.270.121,50</b>	<b>19.077.309.487,00</b>	<b>63.528.579.608,50</b>

Fonte: Ofício CJF n. 0250058, de 12 de agosto de 2021, encaminhado à Presidência da República.

**PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS AJUSTES DE QUE TRATA A RESOLUÇÃO CJF N. 727/2021**

Por força do art. 14 da Resolução CJF n. 727/2021, cabe informar acerca da aplicação dos recursos provenientes dos ajustes firmados em junho de 2021 entre a Justiça Federal e as instituições financeiras oficiais Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, no valor total de R\$ 750.000.000,00, sendo R\$ 150.000.000,00 a cada ano e 50% atribuído a cada instituição financeira, em contrapartida à efetivação dos depósitos de valores a título de precatórios e de requisição de pequeno valor – RPVs, inclusive os decorrentes de competência delegada, objetivando viabilizar às unidades da Justiça Federal condições econômicas e financeiras para a aquisição de bens, a contratação de serviços e a realização de obras, tudo diretamente voltado para a modernização dessas instituições e a melhoria da prestação jurisdicional.

Dessa forma, demonstra-se a seguir, o resumo da execução orçamentária dos planos de ação anual aprovados pelo Colegiado do CJF para o exercício financeiro de 2021, bem como das respectivas justificativas em caso de não execução integral das iniciativas.

Ressalta-se que a 5ª Região executou despesas que não estavam diretamente aderentes ao plano de ação inicialmente aprovado em face de licitações que restaram fracassadas.

No entanto, visando o máximo aproveitamento do orçamento disponibilizado, e, evidentemente, em conformidade com a legislação vigente, a região optou pela otimização da aplicação dos recursos, realizando despesas cujo adimplemento era factível e voltado ao objetivo disposto na resolução em comento ficando alinhado ao interesse público primário no âmbito do Órgão 12000 – Justiça Federal, atendendo às manifestações do Tribunal de Contas da União – TCU proferidas nos Acórdãos ns. 2.732/2017 e 235/2018.

**TABELA 35 PLANO DE AÇÃO ANUAL 2021**

PLANO DE AÇÃO ANUAL 2021 - RESOLUÇÃO AO CJF				
UNIDADE	PLANO APROVADO	PLANO EXECUTADO	DIFERENÇAS	JUSTIFICATIVA DA NÃO EXECUÇÃO INTEGRAL
1ª Região	43.946.132,00	43.842.382,00	-121.750,00	Atendimento dos objetos da programação orçamentária com recursos inferiores ao valor da dotação aprovada para o exercício de 2021
2ª Região	17.544.329,00	15.576.916,44	-1.967.412,56	Estimativa inicial de maioria das iniciativas do plano de ação anual se mostrou superior ao efetivamente executado em razão das licitações frustradas, despesas estimadas passíveis de economia ao longo dos meses, encerramento de contratos e prorrogação do trabalho remoto.
3ª Região	26.585.436,00	26.585.436,00	0,00	
4ª Região	34.097.415,00	34.097.415,00	0,00	
5ª Região	20.536.821,00	19.261.200,73	-1.275.620,27	Parte das iniciativas do plano de ação anual originalmente aprovado não foi executada em virtude de licitações não concluídas. visando o aproveitamento e otimização do orçamento disponível, foram executadas, em conformidade com a legislação vigente, despesas que não estavam diretamente aderentes a esse plano, mas que o adimplemento desses gastos se mostrou factível e voltado ao objetivo disposto na resolução em comento.
SCJF	7.289.867,00	7.289.867,00	0,00	
<b>TOTAL</b>	<b>150.000.000,00</b>	<b>146.635.217,17</b>	<b>-3.364.782,83</b>	

**CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL**

Resumo da situação financeira

Detalhamento dos gastos das contratações por finalidade e especificação dos tipos de serviços contratados para o funcionamento administrativo:

Total de pagamentos em contratações relativas a custeio e investimentos em 2021: R\$ 25.576.717,90 (Fonte: SIAFI)

**TABELA 36 GASTOS POR FINALIDADE**

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	FUNCIONAMENTO ADMINISTRATIVO
R\$ 12.052.683,41	R\$ 13.524.034,49

**TABELA 37 FUNCIONAMENTO ADMINISTRATIVO**

FUNCIONAMENTO ADMINISTRATIVO - DETALHAMENTO	
CATEGORIA	VALOR
Energia e água	R\$ 1.212.591,45
Apoio técnico-administrativo	R\$ 3.460.295,00
Vigilância e brigada	R\$ 2.138.226,11
Limpeza	R\$ 1.263.182,82
Manut. de bens móveis e imóveis	R\$ 1.623.852,17
Passagens	R\$ 150.901,22
Diárias	R\$ 249.900,00
Materiais permanentes	R\$ 252.722,92
Outros materiais de consumo	R\$ 299.829,54
Outros serviços - pessoa jurídica	R\$ 2.164.589,25
Serviços de tradução	R\$ 132.981,72
Capacitação	R\$ 399.157,99
Outros	R\$ 175.804,30

**TABELA 38 PLOA 2022 – EM R\$**

EXER	UM	PROCESSO	TÍTULO	CONTRATO	PO	GND	NDD	EMPENHO	EMPENHADO
2021	SAD	0001804-27	Eletrodomésticos,	ARP n. 030/2021	JC	4	44905212	2021NE000443	R\$ 3.000,00
2021	SAD	0001804-27	Eletrodomésticos,	ARP n. 031/2021	JC	4	44905234	2021NE000442	R\$ 1.050,00
2021	SAD	0001804-27	Eletrodomésticos,	ARP n. 032/2021	JC	4	44905233	2021NE000440	R\$ 32.760,00
2021	SAD	0001804-27	Eletrodomésticos,	ARP n. 025/2021	JC	4	44905212	2021NE000448	R\$ 10.012,39
2021	SAD	0001804-27	Eletrodomésticos,	ARP n. 026/2021	JC	4	44905212	2021NE000447	R\$ 2.182,03
2021	SAD	0001804-27	Eletrodomésticos,	ARP n. 027/2021	JC	4	44905212	2021NE000446	R\$ 971,87
2021	SAD	0001804-27	Eletrodomésticos,	ARP n. 028/2021	JC	4	44905212	2021NE000445	R\$ 409,86
2021	SAD	0001804-27	Eletrodomésticos,	ARP n. 029/2021	JC	4	44905212	2021NE000444	R\$ 5.592,35
2021	SAD	0001804-27	Eletrodomésticos,	ARP n. 026/2021	JC	4	44905234	2021NE000447	R\$ 7.588,05
2021	SAD	0002932-40	Materiais para reparos	ARP n. 004/2021	JC	4	44905212	2021NE000242	R\$ 162,06
2021	SAD	0002932-40	Materiais para reparos	ARP n. 005/2021	JC	4	44905230	2021NE000245	R\$ 12.292,28
2021	SAD	0002932-40	Materiais para reparos	ARP n. 005/2021	JC	4	44905192	2021NE000244	R\$ 1.427,39
2021	SAD	0002932-40	Materiais para reparos	ARP n. 006/2021	JC	4	44905238	2021NE000252	R\$ 42.304,83
2021	SAD	0002932-40	Materiais permanentes	ARP n. 022/2021	JC	4	44905192		R\$ -
2021	SAD	0002932-40	Materiais permanentes	ARP n. 022/2021	JC	4	44905224	2021NE000274	R\$ 3.792,89
2021	SAD	0003903-69	Bombas de vácuo	NE n. 2021NE000361	JC	4	44905239	2021NE000361	R\$ 156.500,00
2021	SCE	0001379-91	Fornecimento de livros	ARP n. 033/2021	JC	4	44905218	2021NE000439	R\$ 39.997,43
2021	SGO	0000483-86	Atualização de software	NE n. 2021NE000369	AI	4	44904005	2021NE000369	R\$ 7.520,00

**TABELA 38 PLOA 2022 – EM R\$**

EXER	UM	PROCESSO	TÍTULO	CONTRATO	PO	GND	NDD	EMPENHO	EMPENHADO
2021	SGO	0004191-03	Elaboração de planta pa	CTR n. 027/2021	JC	4	44905180	2021NE000364	R\$ 7.109,79
2021	SGO	0004300-93	Recuperação da estrutur	CTR n. 032/2021	REECJF	4	44905199	2021NE000395	R\$ 579.000,00
2021	SGP	0000685-73	Atualização e Suporte V	CTR n. 035/2021	AI	4	44904002	2021NE000420	R\$ 9.992,40
2021	SGP	0001981-91	Despesas com Serviço Mé	NE n. 2021NE000469	JC	4	44905208	2021NE000469	R\$ 19.500,00
2021	SGP	0001981-91	Despesas com Serviço Mé	NE n. 2021NE000470	JC	4	44905208	2021NE000470	R\$ 805,32
2021	SGP	0003209-13	Destaque - maleta de p	NE n. 2021NE001018	AMOS	4	44905208	2021NE001018	R\$ 1.601,04
2021	STI	0000843-22	Solução de segurança da	CTR n. 011/2021	AI	4	44905237	2021NE000305	R\$ 215.520,00
2021	STI	0000843-22	Solução de segurança da	CTR n. 011/2021	AI	4	44904005	2021NE000304	R\$ 182.400,00
2021	STI	0000843-22	Solução de segurança da	CTR n. 012/2021	AI	4	44904005	2021NE000297	R\$ 527.900,00
2021	STI	0000843-22	Solução de segurança da	CTR n. 013/2021	AI	4	44904005	2021NE000299	R\$ 1.060.000,00
2021	STI	0000843-22	Solução de segurança da	CTR n. 012/2021	AI	4	44905237	2021NE000298	R\$ 364.800,00
2021	STI	0002509-40	Licenças acesso remoto	CTR n. 016/2021	AI	4	44904005	2021NE000254	R\$ 132.600,00
2021	STI	0003033-27	Dispositivos periférico	NE n. 2021NE000454	AI	4	44905233	2021NE000454	R\$ 34.684,00
2021	STI	0004481-11	Solução para gestão de	CTR n. 050/2021	AI	4	44904005	2021NE000466	R\$ 757.000,00
								<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 4.220.475,98</b>

**TABELA 39 COMPARAÇÃO COM O ÚLTIMO EXERCÍCIO**

AÇÃO DE GOVERNO		PROVISAO RECEBIDA		DESPESAS	
		2020	2021	2020	2021
0181	APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIÃO	17.132.012,00	17.700.000,00	16.963.468,37	17.700.000,00
09HB	CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O	7.030.000,00	11.000.000,00	7.030.000,00	11.000.000,00
2004	ASSISTENCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	3.776.988,00	3.926.789,00	3.747.188,46	3.886.615,96
20TP	ATIVOS CIVIS DA UNIÃO	50.551.720,00	53.916.442,00	50.297.828,25	53.916.442,00
212B	BENEFICIOS OBRIGATÓRIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MI	2.944.502,00	2.965.308,00	2.880.273,00	2.904.375,25
216H	AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXÍLIO-MORADIA A AGENTES PUB	134.413,00	117.000,00	120.333,20	115.783,90
151W	DESNVOLVIMENTO E IMPLATAÇÃO DO SISTEMA PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO NA JUSTIÇA FEDERAL - PJe	20.505,00			
219I	PUBLICIDADE INSTITUCIONAL E DE UTILIDADE PÚBLICA	1.395.400,00	1.379.483,00	454.771,00	1.352.952,52
4257	JULGAMENTO DE CAUSAS NA JUSTICA FEDERAL	81.876.951,67	32.490.488,29	72.741.324,60	28.382.917,95
7XN5	RECUPERAÇÃO DA ESTRUTURA DO EDIFÍCIO-SEDE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL		579.000,00		579.000,00
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>164.862.491,67</b>	<b>124.074.510,29</b>	<b>154.235.186,88</b>	<b>119.838.087,58</b>

**TABELA 40 EVOLUÇÃO DOS ÚLTIMOS ANOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CJF**

EXERCÍCIO	PROVISÃO	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
		VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
2018	112.462.572,00	105.693.922,12	94%	102.594.401,19	91%	102.304.909,65	91%
2019	137.001.864,00	132.478.318,84	97%	126.995.824,60	93%	122.449.356,48	89%
2020	164.862.491,67	154.235.186,88	94%	150.632.587,37	91%	150.626.764,98	91%
2021	124.074.510,29	119.836.399,29	97%	113.505.955,68	91%	113.463.826,42	91%

**TABELA 41 DETALHAMENTO DAS DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA**

UG EXECUTORA	PTRES	GRUPO DESPESA	NATUREZA DESPESA DETALHADA	FONTE SOF	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	
050001	168305	4	44905208	0151	1.601,04	1.601,04	1.601,04	
			33903009	0151	4.382,25	4.382,25	4.382,25	
		3	33903036	0151	5.928,67	5.928,67	5.928,67	
			33903950	0151	1.200.000,00	1.200.000,00	1.200.000,00	
			33909239	0151	1.814.704,00	1.814.704,00	1.814.704,00	
			33909308	0151	800.000,00	800.000,00	800.000,00	
	168360	3	33903005	0100	6.000,00	6.000,00	6.000,00	
			33903628	0100	5.589,40	5.589,40	5.589,40	
			33903633	0100	1.143,44	1.143,44	1.143,44	
			33903905	0100	398,80	398,80	398,80	
			33903948	0100	14.493,34	14.493,34	14.493,34	
				33904020	0100	14.310,00	14.310,00	14.310,00
	090026	168300	1	31911303	0100	9.160.116,28	8.652.595,49	8.652.595,49
				31911315	0100	86.067,28	86.067,28	86.067,28
31911317				0100	6.900,15	6.900,15	6.900,15	
31919213				0100	1.746.916,29	1.746.916,29	1.746.916,29	
168302		1	31900706	0100	438.757,31	438.357,31	438.357,31	
			31901101	0100	11.701.413,49	11.700.613,49	11.700.613,49	
			31901104	0100	181,79	181,79	181,79	
			31901105	0100	3.970.572,90	3.970.572,90	3.970.572,90	
			31901107	0100	544.840,80	542.739,80	542.739,80	
			31901110	0100	29.683,51	29.582,78	29.582,78	
			31901113	0100	920.997,90	920.397,90	920.397,90	
			31901131	0100	16.543.711,59	16.542.611,59	16.542.611,59	
			31901133	0100	3.733.296,48	3.731.412,69	3.731.412,69	
			31901136	0100	6.285.352,66	6.283.563,66	6.283.563,66	

**TABELA 41 DETALHAMENTO DAS DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA**

UG EXECUTORA	PTRES	GRUPO DESPESA	NATUREZA DESPESA DETALHADA	FONTE SOF	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
090026	168302	1	31901137	0100	440.986,70	440.986,70	440.986,70
			31901142	0100	141.554,15	141.554,15	141.554,15
			31901143	0100	4.458.934,63	4.451.328,26	4.442.531,67
			31901145	0100	1.707.959,16	1.706.457,81	1.700.029,16
			31901146	0100	53.183,91	53.182,91	53.182,91
			31901147	0100	68.154,02	68.154,02	68.154,02
			31901174	0100	90.938,67	88.559,73	88.559,73
			31901632	0100	463.322,98	423.321,98	423.321,98
			31901644	0100	554.085,79	104.085,79	104.085,79
			31909211	0100	807.525,78	807.525,78	807.525,78
			31909216	0100	9.289,40	9.289,40	9.289,40
			31909296	0100	32.937,88	32.937,88	32.937,88
			31909601	0100	72.905,39	28.529,08	28.529,08
			31909602	0100	261.799,82	218.751,03	218.751,03
			31911302	0100	427.711,91	427.710,91	427.710,91
			31919213	0100	156.343,38	156.343,38	156.343,38
			168303	1	31900101	0156	1.030.977,33
	0169	229.267,72				229.266,72	229.266,72
	31900103	0100			626.116,00	626.116,00	626.116,00
		0156			7.166.846,70	7.039.409,24	7.039.409,24
	31900104	0169			4.876.304,30	4.876.121,99	4.876.121,99
		0156			4.795,56	4.794,56	4.794,56
	31900106	0169			2.398,28	2.397,28	2.397,28
		0156			1.234.301,21	1.234.300,21	1.234.300,21
	31900109	0156			59.404,52	59.403,52	59.403,52
		0169			29.702,76	29.701,76	29.701,76
	31900128	0156			351.249,54	351.248,54	351.248,54
		0169			169.578,32	169.577,32	169.577,32
	31900130	0156			622.002,20	622.001,20	622.001,20
		0169			311.001,60	311.000,60	311.000,60
	31900301	0156			561.819,19	553.808,63	553.808,63
		0169			264.101,52	264.100,52	264.100,52
	31900303	0156	68.063,55	68.062,55	68.062,55		
31909115	0156	25.253,38	25.253,38	25.253,38			
	0169	65.304,50	65.304,50	65.304,50			

**TABELA 41 DETALHAMENTO DAS DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA**

UG EXECUTORA	PTRES	GRUPO DESPESA	NATUREZA DESPESA DETALHADA	FONTE SOF	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
090026	168303	1	31909203	0156	1.511,82	1.511,82	1.511,82
	168305	3	33909308	0151	60.000,00	47.507,93	47.507,93
	168310	3	33909307	0100	49.906,20	45.747,35	45.747,35
	168311	3	33909307	0100	65.877,70	59.138,26	59.138,26
	168312	4	44905180	0100	7.109,79	7.109,79	7.109,79
			44905192	0100	1.427,39	1.427,39	1.427,39
			44905208	0100	20.305,32		
			44905212	0100	22.330,56	1.133,93	1.133,93
			44905218	0100	39.997,43	36.698,99	35.891,62
	168312	4	44905224	0100	3.792,89	3.792,89	3.792,89
			44905230	0100	12.292,28	12.292,28	12.292,28
			44905233	0100	32.760,00		
			44905234	0100	8.638,05		
			44905238	0100	42.304,83	42.304,83	42.304,83
			44905239	0100	156.500,00	156.500,00	156.500,00
		3	33901414	0100	249.900,00	249.900,00	249.900,00
			33903001	0127	12.067,26	7.067,26	7.067,26
			33903004	0100	3.355,89	3.355,89	3.355,89
			33903007	0100	45.005,41	36.021,73	36.021,73
			33903015	0100	1.051,00	1.051,00	1.051,00
			33903016	0100	6.722,47	6.362,47	6.362,47
				0127	496,00	496,00	496,00
			33903017	0100	6.463,51	6.463,51	6.463,51
				0127	1.183,00		
			33903019	0100	554,00	554,00	554,00
				0127	900,00	600,00	600,00
			33903022	0100	60.031,35	59.482,52	59.482,52
			33903024	0100	84.282,50	58.154,18	58.154,18
				0127	537.267,53	523.076,97	523.076,97
	33903025	0100	107.904,72	99.904,72	99.904,72		
		0127	242,52	242,52	242,52		
	33903026	0100	218.171,00	211.171,00	211.171,00		
0127		82.560,98	82.520,98	82.520,98			
33903028	0127	7.040,00					
33903030	0127	8.957,29	8.573,04	8.573,04			

TABELA 41 DETALHAMENTO DAS DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

UG EXECUTORA	PTRES	GRUPO DESPESA	NATUREZA DESPESA DETALHADA	FONTE SOF	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
090026	168312	3	33903031	0127	7.396,20	2.495,00	2.495,00
			33903036	0100	133,00	133,00	133,00
				0127	570,00	570,00	570,00
			33903039	0100	30.331,60	20.331,60	20.331,60
			33903041	0127	163.243,56	163.243,56	163.243,56
			33903042	0127	23.304,69	19.075,78	19.075,78
				0100	8.521,00	8.521,00	8.521,00
			33903044	0127	1.370,90	1.370,90	1.370,90
				0100	45,00	45,00	45,00
			33903050	0100	5.650,00	5.650,00	5.650,00
			33903096	0100	217,80	217,80	217,80
			33903301	0100	150.901,22	150.901,22	150.901,22
			33903606	0100	183.232,86	110.818,10	110.535,75
			33903701	0100	2.688.222,66	2.252.642,53	2.226.998,28
			33903702	0100	1.400.143,04	1.196.522,17	1.196.522,17
			33903703	0127	1.537.326,64	1.340.566,17	1.340.566,17
			33903704	0100	1.485.099,40	1.396.800,17	1.396.800,17
			33903705	0100	328.705,02	280.686,47	280.686,47
			33903707	0100	892.832,18	797.659,94	797.659,94
			33903901	0100	60.567,00	60.567,00	60.567,00
			33903905	0100	216.448,32	162.968,99	162.968,99
			33903916	0100	263.394,00	167.895,22	167.895,22
			33903917	0100	206.180,92	196.133,73	196.133,73
			33903919	0100	5.654,34	2.615,34	2.615,34
			33903920	0100	627,67	30,50	30,50
			33903925	0100	2.800,00	2.800,00	2.800,00
				0127	3,52	0,70	0,70
			33903935	0100	45,10	16,00	16,00
			33903937	0100	20,12	1,05	1,05
			33903938	0100	10,05	0,67	0,67
			33903943	0100	1.355.000,00	1.135.162,98	1.135.162,98
			33903944	0100	82.447,01	63.733,86	63.733,86
			33903946	0100	4.052,37	4.052,37	4.052,37
33903947	0100	72.551,09	52.551,09	52.551,09			
33903958	0100	2.553,24	2.053,24	1.883,19			

**TABELA 41 DETALHAMENTO DAS DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA**

UG EXECUTORA	PTRES	GRUPO DESPESA	NATUREZA DESPESA DETALHADA	FONTE SOF	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
090026	168312	3	33903963	0100	89.788,58	79.771,00	79.771,00
			33903965	0100	79.972,34	79.972,34	79.972,34
			33903969	0100	20.467,82	20.467,82	20.467,82
				0127	14.595,95	14.595,95	14.595,95
			33903978	0100	16.930,00	7.178,13	7.178,13
			33903996	0100	1.966,50	1.966,50	1.966,50
			33904710	0100	4.631,95	4.037,95	4.037,95
			33904715	0127	56.740,16	56.740,16	56.740,16
			33904716	0127	5.524,58	5.524,58	5.524,58
			33904722	0100	15.201,00	12.006,32	12.006,32
			33909239	0100	306,09		
			33909301	0100	896,00	896,00	896,00
			33909312	0100	2.700,00	2.700,00	2.700,00
				0127	1.020,00	1.020,00	1.020,00
	33914718	0100	36.646,59	22.163,62	22.163,62		
	168358	3	33903701	0100	1.352.952,52	1.207.652,47	1.207.652,47
	168360	3	33903628	0100	169.557,99	169.557,99	169.557,99
			33903633	0100	18.142,00	18.142,00	18.142,00
			33903948	0100	176.473,42	172.293,42	172.293,42
			33903963	0100	2.303,75	2.303,75	2.303,75
			33914718	0100	3.628,40	3.628,40	3.628,40
	168361	3	33903024	0100	133.170,69	133.170,69	133.170,69
			33903026	0100	9.713,65	9.713,65	9.713,65
	168364	4	44904002	0100	9.992,40		
			44904005	0100	2.667.420,00	1.910.420,00	1.910.420,00
			44905233	0100	34.684,00		
			44905237	0100	580.320,00	580.320,00	580.320,00
		3	33903026	0100	5.615,00	5.615,00	5.615,00
			33904006	0100	1.016.532,79	1.016.532,79	1.016.532,79
			33904007	0100	296.480,03	284.536,77	284.536,77
			33904009	0100	10.282,15	0,00	0,00
			33904010	0100	1.193.369,19	699.717,68	699.717,68
			33904011	0100	590.165,71	525.810,16	525.810,16
33904012	0100	307,72	307,71	307,71			
33904013	0100	211.239,40	166.966,73	166.966,73			

**TABELA 41 DETALHAMENTO DAS DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA**

UG EXECUTORA	PTRES	GRUPO DESPESA	NATUREZA DESPESA DETALHADA	FONTES OF	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
090026	168364	3	33904016	0100	223.726,51	178.891,01	178.891,01
			33904019	0100	67.366,27	49.059,71	49.059,71
			33904020	0100	11.650,00		
			33904021	0100	148.425,30	147.570,67	147.570,67
			33904022	0100	98.032,00	85.699,00	85.699,00
			33904023	0100	16.148,56	15.896,41	15.896,41
			33909240	0100	46.076,70	46.076,70	46.076,70
	192196	3	33900809	0100	431.772,00	410.663,14	410.663,14
	192198	3	33904901	0100	61.822,00	24.242,75	24.242,75
	192199	3	33904601	0100	2.404.848,00	2.383.987,52	2.383.987,52
	192200	3	33900805	0100	5.933,25	5.274,00	5.274,00
	192205	3	33903504	0100	302.175,00	281.190,63	281.190,63
			33904007	0100	1.282.015,90	1.174.389,57	1.174.389,57
			33904009	0100	272.065,08	234.278,27	234.278,27
			33904011	0100	4.432.461,32	3.663.915,24	3.663.915,24
			33904012	0100	904.303,24	898.835,27	898.835,27
			33904013	0100	95.796,48	85.604,11	85.604,11
	33909240	0100	1.049,98	1.049,98	1.049,98		
	195720	4	44905199	0100	579.000,00	134.931,83	134.931,83
	<b>TOTAL</b>					<b>119.836.399,29</b>	<b>113.505.955,68</b>

## 4 RESULTADOS TÉCNICOS

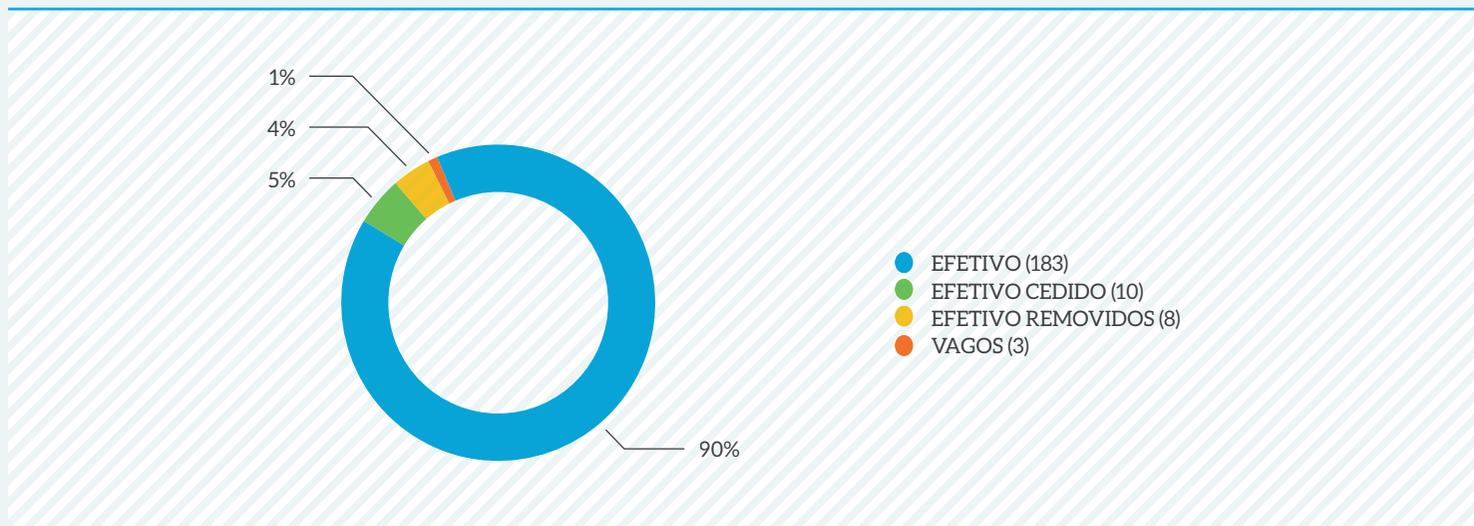
### 4.1 GESTÃO DE PESSOAS

A Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP é uma unidade vinculada à Diretoria Executiva de Administração e de Gestão de Pessoas. Atua como órgão central do Sistema de Recursos Humanos da Justiça Federal e, simultaneamente, como unidade local de gestão de pessoas. Para tanto, está estruturada com três Subsecretarias e uma Divisão: Subsecretaria de Provisão e Alocação de Pessoas – SUPAV (com atuação estritamente interna), Subsecretaria de Benefícios e Políticas de Pessoas – SUBEP, Subsecretaria de Normatização, Orientações e Direitos e Deveres – SUNOR e Divisão de Pagamento de Pessoal – DIPAG, estas últimas com atuação interna e externa (sistêmica).

## ESTRUTURA DE QUADRO DE PESSOAL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Atualmente, o CJF possui um quadro de 204 cargos efetivos, sendo 162 técnicos e 42 analistas. A situação da força de trabalho, em 31/12/2021, era de 255 servidores, sendo 183 efetivos, 13 sem vínculo, 53 requisitados e seis removidos para o CJF.

**GRÁFICO 15** QUADRO DE PESSOAL DO CJF EM 31/12/2021



**GRÁFICO 16** QUADRO DE PESSOAL DO CJF EM 31/12/2021

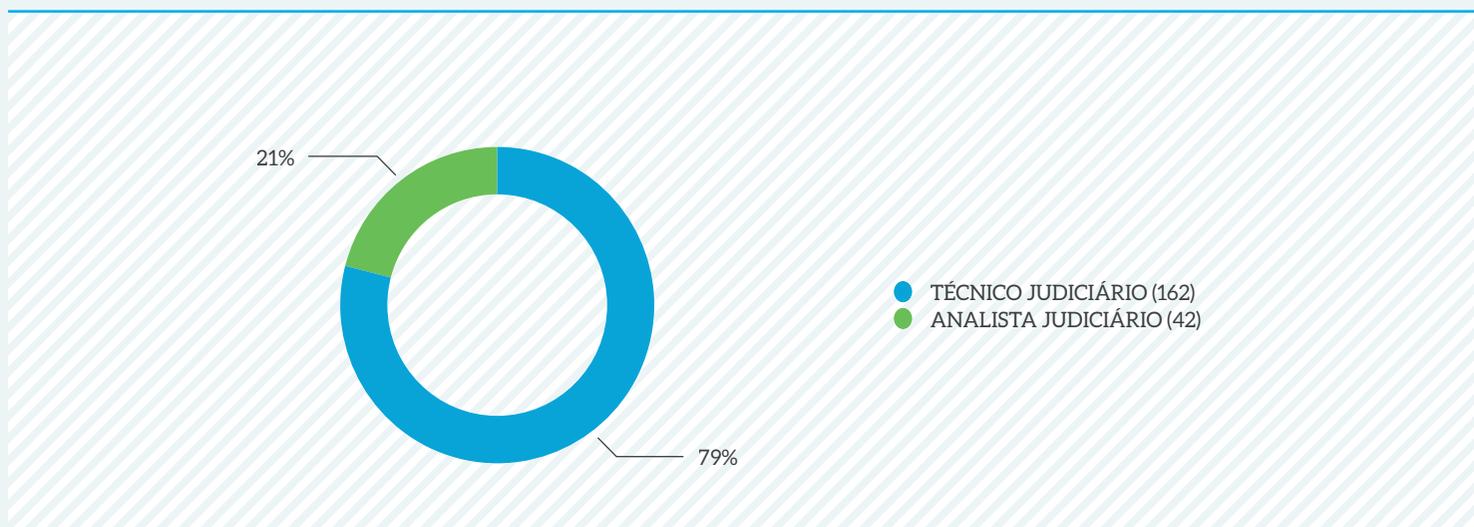
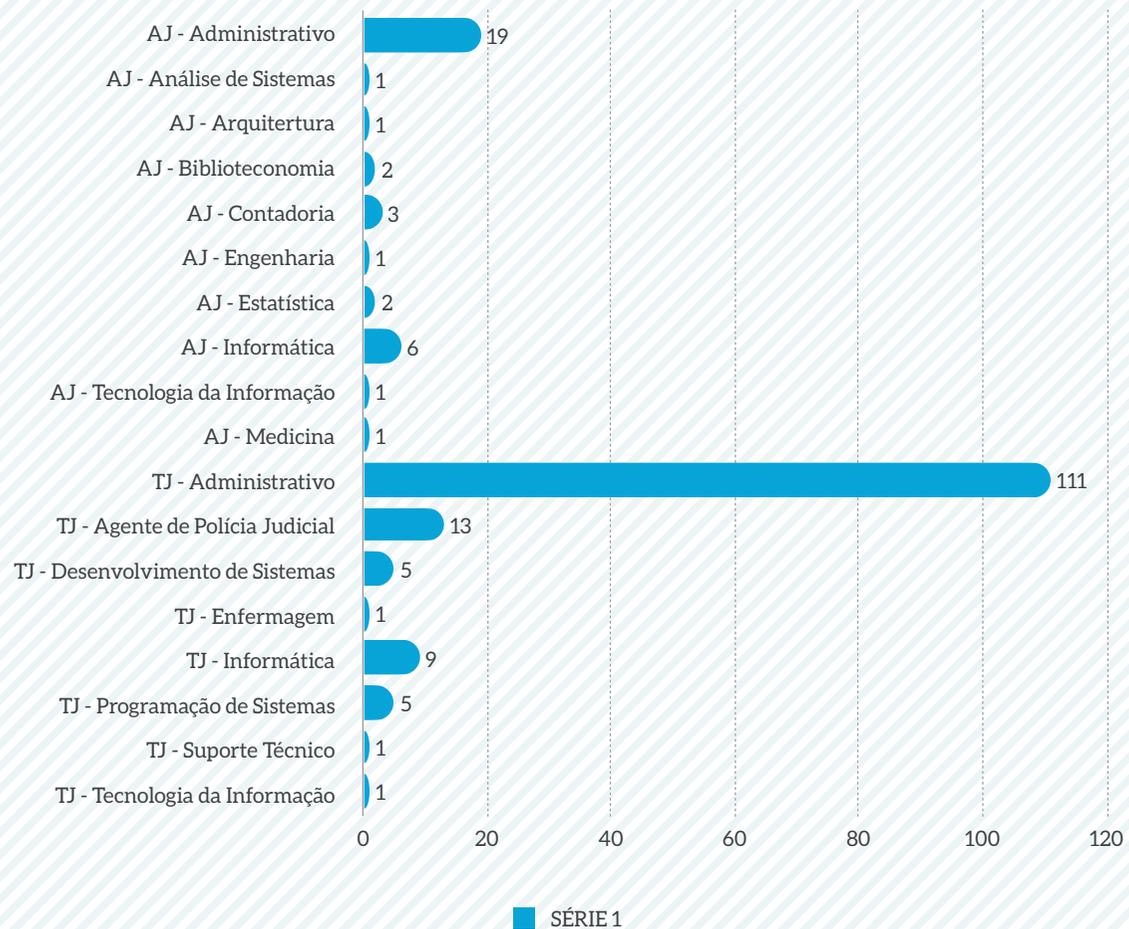
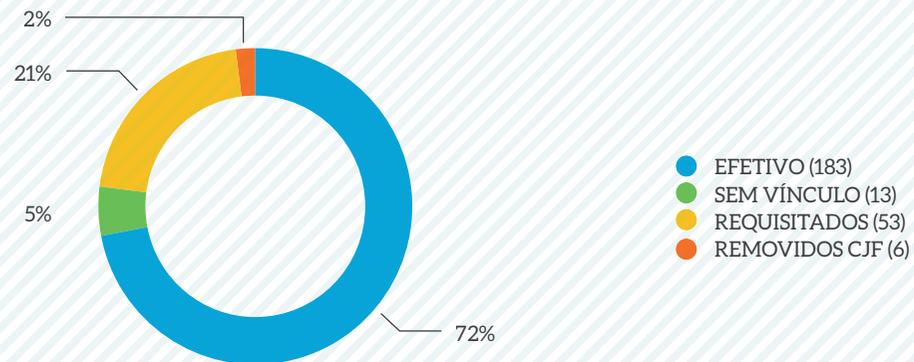


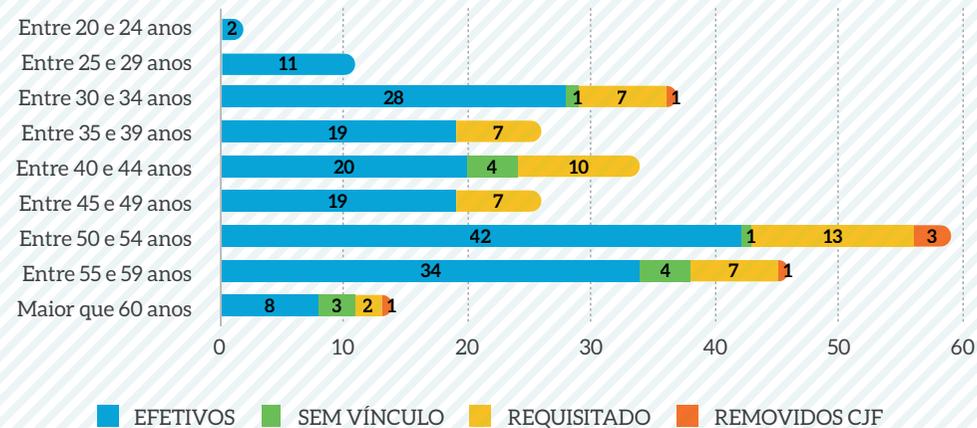
GRÁFICO 17 FORÇA DE TRABALHO POR ÁREA E ESPECIALIDADE EM 31/12/2021



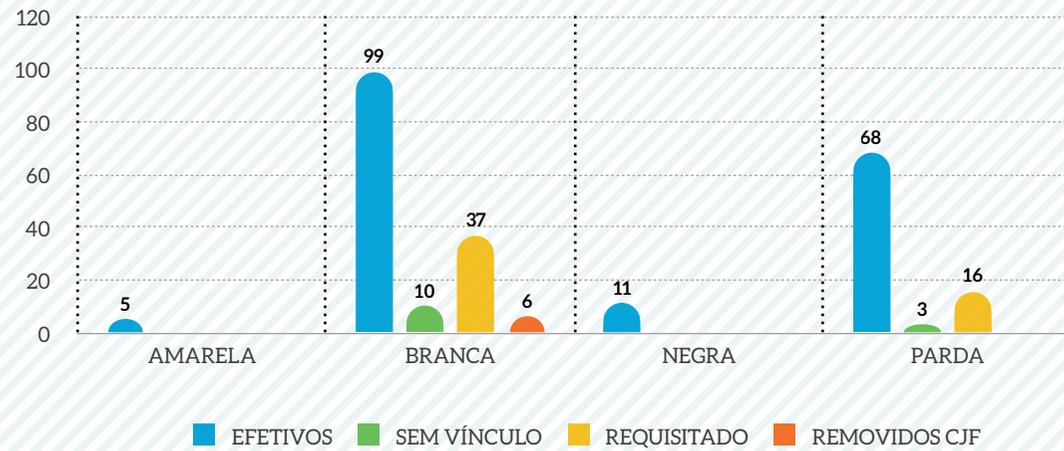
**GRÁFICO 18 FORÇA DE TRABALHO POR SITUAÇÃO FUNCIONAL EM 31/12/2021**



**GRÁFICO 19 FAIXA ETÁRIA POR SITUAÇÃO FUNCIONAL EM 31/12/2021**



**GRÁFICO 20 ETNIA POR SITUAÇÃO FUNCIONAL EM 31/12/2021**



**GRÁFICO 21 ESCOLARIDADE POR SITUAÇÃO FUNCIONAL EM 31/12/2021**

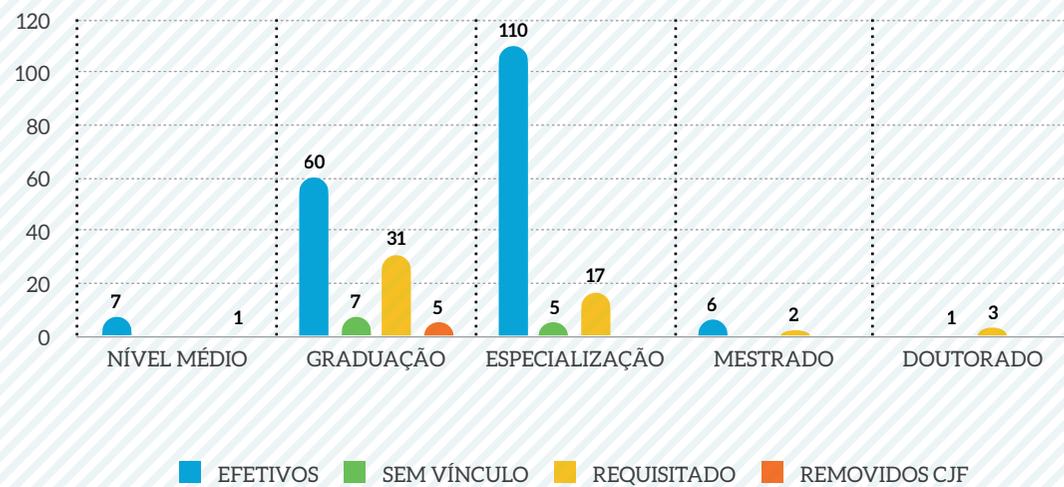


GRÁFICO 22 GÊNERO POR SITUAÇÃO FUNCIONAL EM 31/12/2021

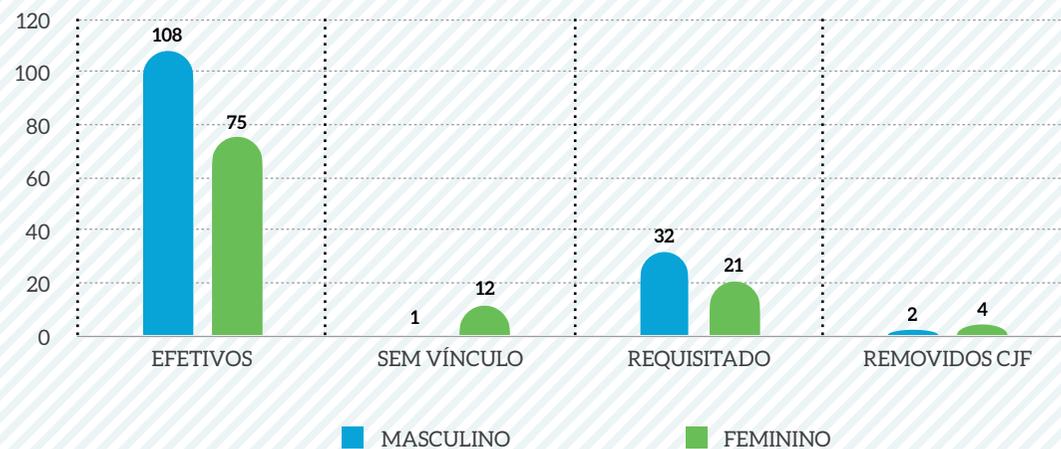


GRÁFICO 23 FORÇA DE TRABALHO POR ÁREA DE TRABALHO EM 31/12/2021

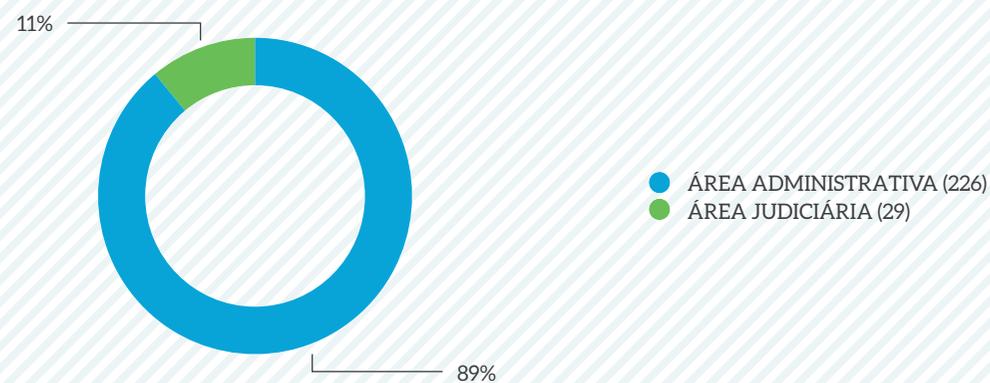
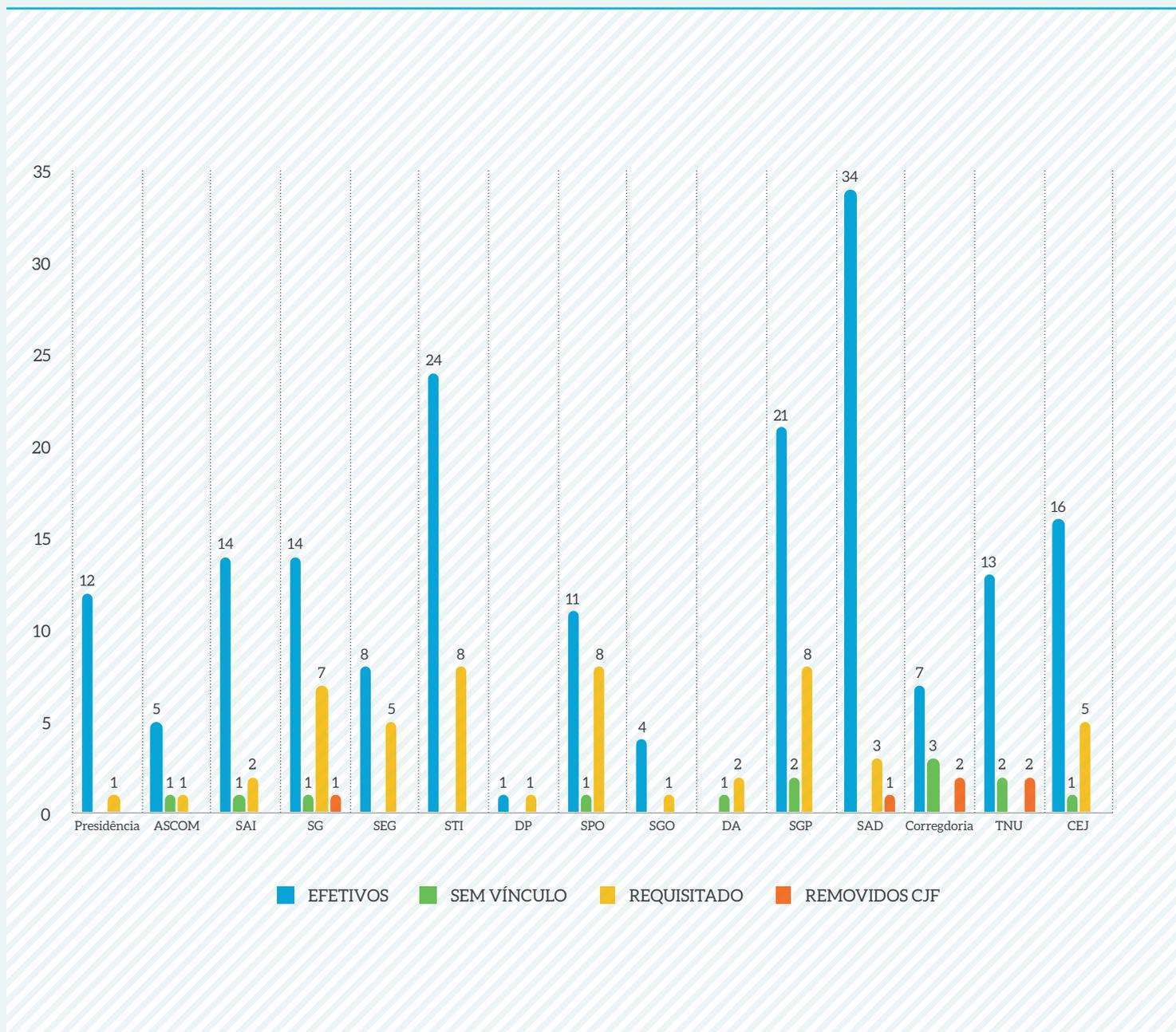
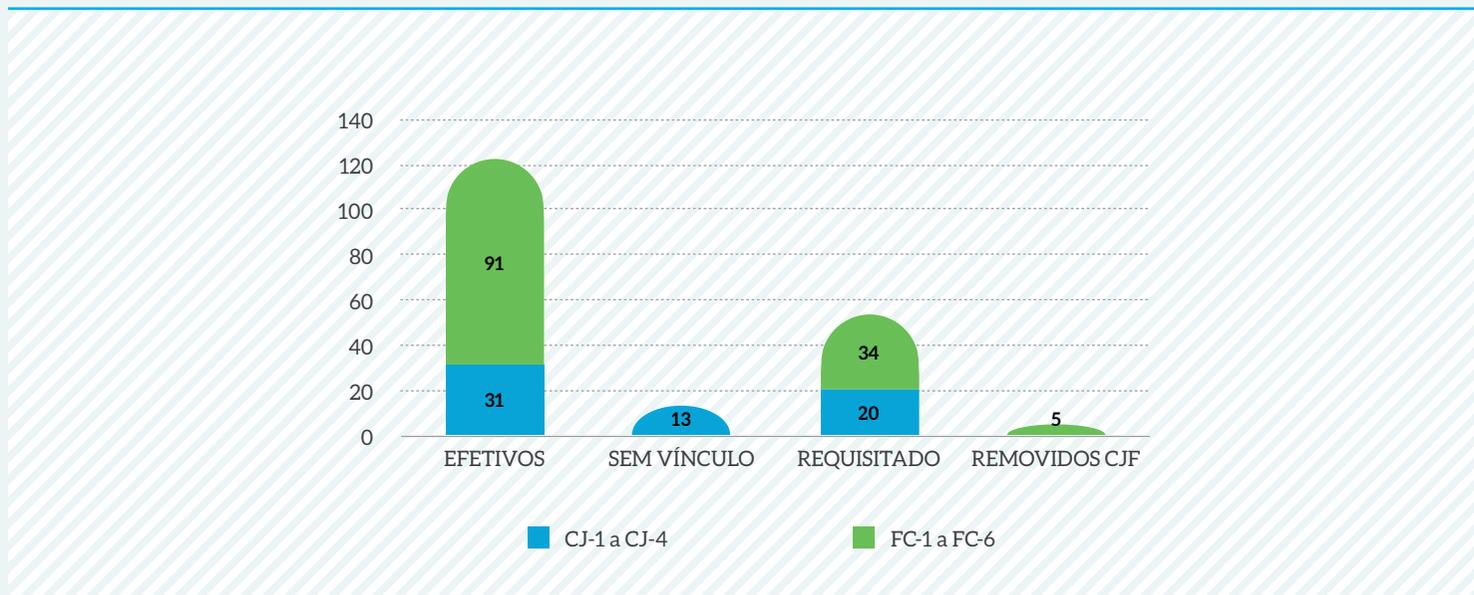


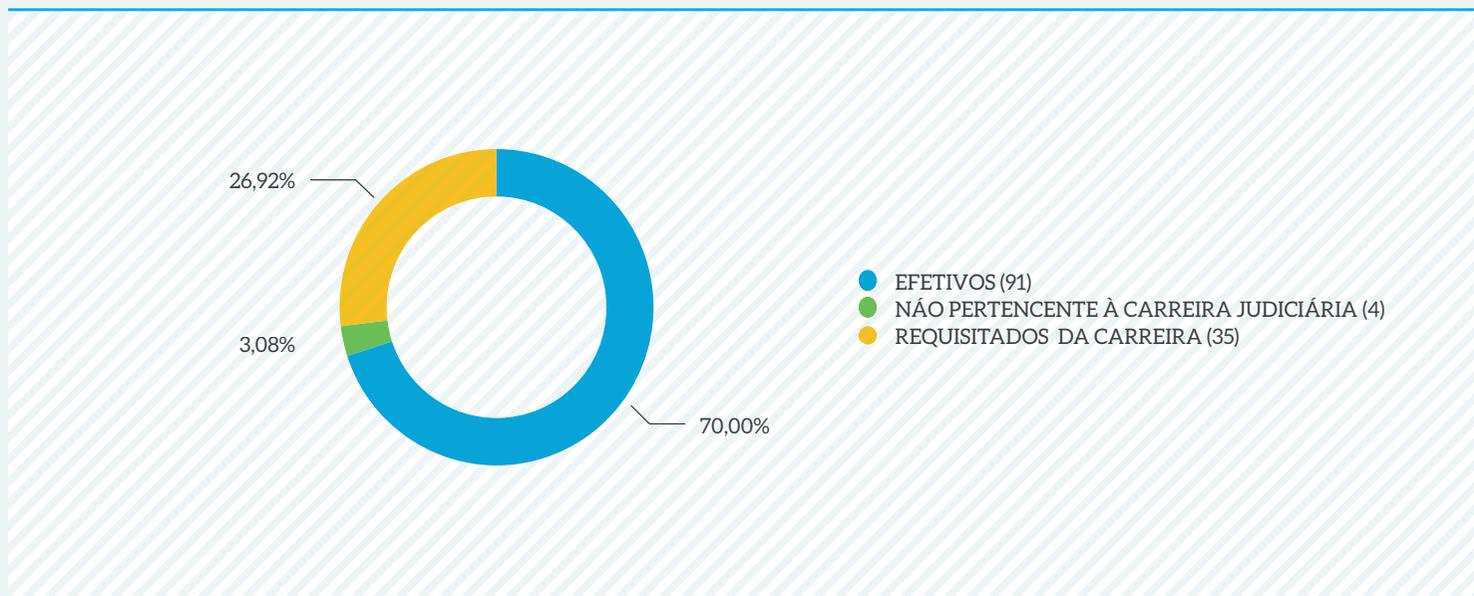
GRÁFICO 24 FORÇA DE TRABALHO POR UNIDADE DE EXERCÍCIO EM 31/12/2021



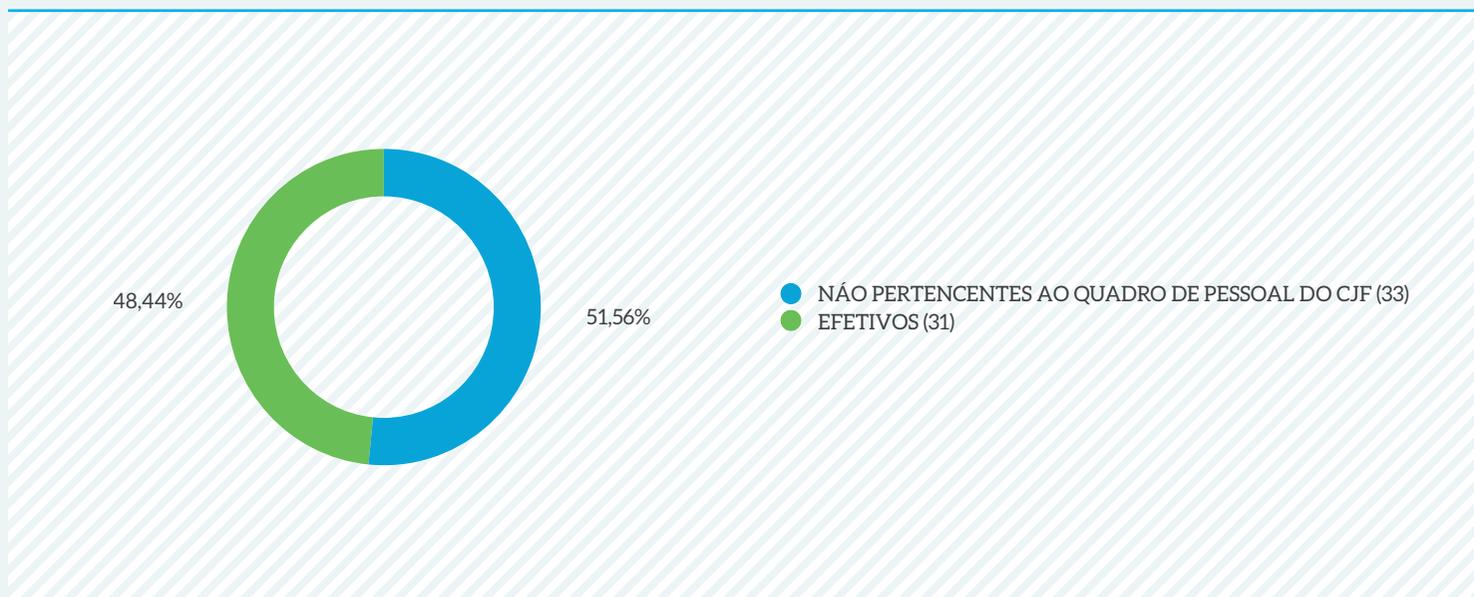
**GRÁFICO 25** RELAÇÃO DE COMISSIONADOS EM 31/12/2021



**GRÁFICO 26** PERCENTUAL DE OCUPAÇÃO DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES COMISSONADAS EM 31/12/2021 (FC-1 A FC-6)



**GRÁFICO 27 PERCENTUAL DE OCUPAÇÃO DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES COMISSONADAS EM 31/12/2021 (CJ-1 A CJ-4)**



**TABELA 42 APOSENTADORIAS EM 2021**

SERVIDOR	DATA DA IMPLEMENTAÇÃO DOS REQUISITOS	PROCESSO
JOSÉ FERREIRA LEITE	19/7/2021	<a href="#">0000473-12.2021.4.90.8000</a>
MARIA FERREIRA FILHA	1/10/2021	<a href="#">0002595-90.2021.4.90.8000</a>

Ademais, dois outros servidores implementaram os requisitos para aposentação em 2021 e optaram por receber o **abono de permanência**, conforme tabela abaixo:

**TABELA 43 SERVIDORES QUE ADQUIRIRAM REQUISITOS PARA APOSENTADORIA EM 2021**

SERVIDOR	DATA DA IMPLEMENTAÇÃO DOS REQUISITOS	PROCESSO
ALZIRA LÚCIA GUEDES FIDELIS	15/7/2021	<a href="#">0002069-84.2021.4.90.8000</a>
JOSÉ MILTON SEVERINO BOTELHO*	28/11/2021	<a href="#">0003655-19.2021.4.90.8000</a>

\*O pedido do servidor está em análise na Secretaria-Geral.

## **AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, PROGRESSÃO FUNCIONAL E ESTÁGIO PROBATÓRIO**

Quanto às avaliações de desempenho, o CJF adota o Processo Integrado de Avaliação de Desempenho Funcional – SIADES, que foi desenvolvido para atender às exigências do art. 20 da Lei n. 8.112/1990 (<https://www.cjf.jus.br/cjf/unidades/gestao-de-pessoas/manual-estagio.pdf>).

**TABELA 44 AVALIAÇÕES DE DESEMPENHO EM 2021**

<b>AVALIAÇÃO FUNCIONAL DE SERVIDORES CONFORME MOMENTO NA CARREIRA</b>	
Servidor em estágio probatório	45
Servidor que concluiu o estágio probatório em 2021	6
Servidor em desenvolvimento na carreira	77
Servidor em final de carreira	106

## **GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO**

Não há, no âmbito do CJF, discussão sobre gratificação de desempenho. Houve, entretanto, a publicação da Portaria CJF n. 503, de 7 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a instituição de incentivos funcionais aos servidores do Conselho.

Com base nesse normativo, a Secretaria de Gestão de Pessoas realizou, em dezembro de 2021, a terceira edição do “Prêmio Ser JF”, com vistas a valorizar e reconhecer os servidores pelos bons serviços prestados ao Conselho.

## **CAPACITAÇÃO**

Em 2021, a SGP elaborou o Plano Anual de Capacitação do CJF (conjunto de ações educacionais destinadas ao aperfeiçoamento técnico e comportamental dos servidores, a fim de que possam executar adequadamente as atividades atribuídas às unidades do Conselho) e viabilizou a execução do Plano de Desenvolvimento Gerencial do Órgão – biênio 2021/2022 (conjunto de ações educacionais destinadas ao desenvolvimento das competências gerenciais).

A SGP realizou 67 ações de capacitação nas modalidades presencial, remota e a distância, distribuídas em 88 turmas. No geral, houve 1.118 participações em ações de capacitação, sendo treinados 236 servidores em pelo menos uma ação educacional, o que equivale ao percentual de 92% do corpo funcional. No que se refere especificamente à formação gerencial, houve a capacitação de 104 gestores (81%), nos termos do art. 59 da Resolução CJF n. 3/2008.

Ademais, a SGP passou a realizar a avaliação de impacto de ações educacionais, com o propósito de identificar a aplicação, no ambiente de trabalho, dos conhecimentos, habilidades e atitudes aprendidos nos treinamentos. O resultado consolidado dos dez cursos avaliados indica um “alto impacto” (de 50% a 75%) nos treinamentos ofertados, com índice de 52,5% de aplicabilidade.

## **SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA**

Em 2021, foram realizadas 28 ações de qualidade de vida, com destaque para implantação da Pesquisa de Clima Organizacional e do Diagnóstico de Assédio e Discriminação no âmbito do CJF.

Ressalta-se que o tema “Combate ao assédio e à discriminação” recebeu grande destaque ao longo do ano, com a elaboração da Cartilha de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, ao Assédio Sexual e à Discriminação e com a realização de um Ciclo de palestras, com a participação de 77 servidores e 79 colaboradores terceirizados.

Vale destacar também as ações relacionadas a doenças respiratórias. Com relação à Covid-19 realizou-se campanha de

conscientização, envio de boletins periódicos de casos suspeitos e confirmados, utilização do consultório específico para atendimento de pacientes com suspeita da doença. Quanto à influenza, providenciou-se uma campanha de vacinação, que imunizou 191 servidores.

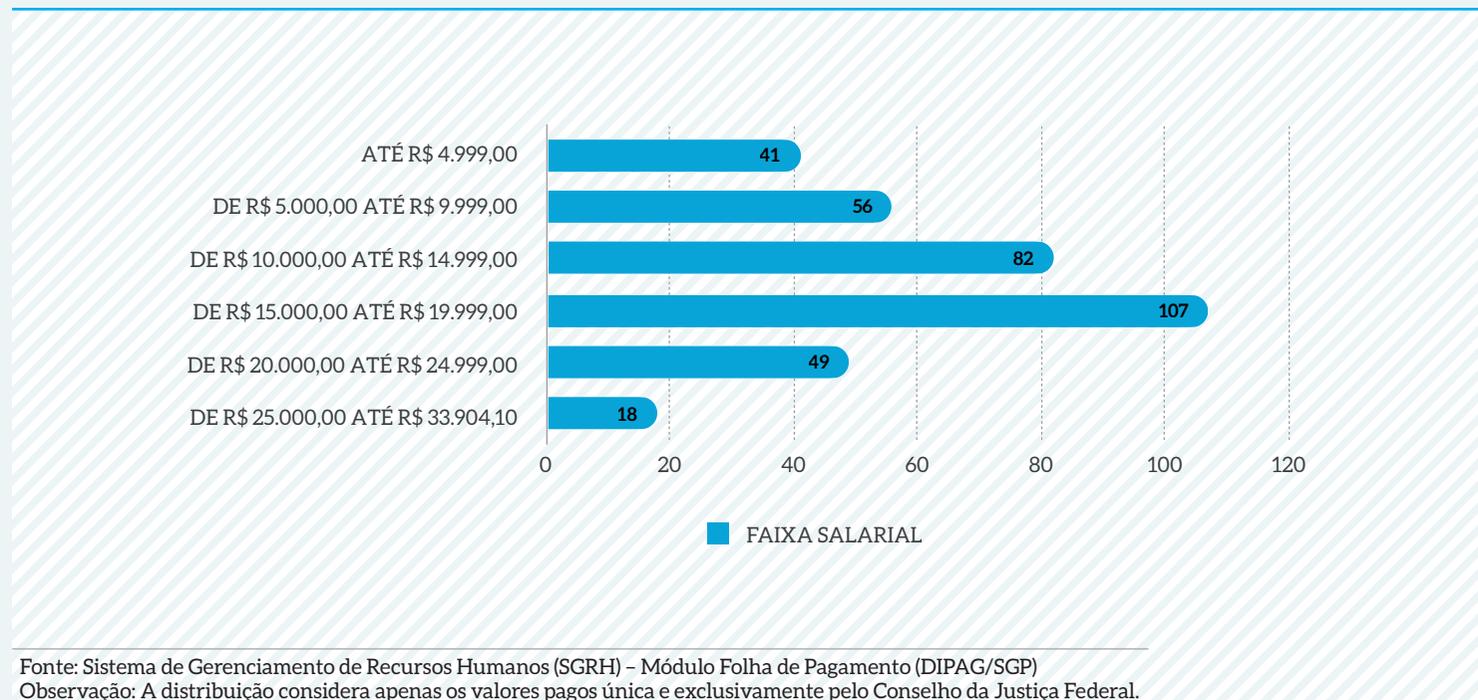
Por fim, as principais datas comemorativas foram celebradas com ações e realização de eventos virtuais, por exemplo, o Dia das Mães, oportunidade em que foi realizada uma palestra sobre como conciliar a maternidade e o trabalho.

#### DADOS REFERENTES À FOLHA DE PAGAMENTO

Do total de beneficiários da folha de pagamento em dezembro de 2021, nota-se que maioria está situada na faixa salarial de R\$ 10.000,00 a R\$ 20.000,00. Com apenas 18 servidores na faixa salarial acima de R\$ 25.000,00 e 41 beneficiários com remuneração menor que R\$ 5.000,00 neste Conselho da Justiça Federal. Ressalte-se que a classificação dos beneficiários nas respectivas faixas salariais considera apenas os pagamentos realizados pelo CJF. Os servidores classificados na faixa salarial menor, por exemplo, compõem a força de trabalho de servidores cedidos ao Conselho da Justiça Federal e, portanto, mantém sua remuneração do cargo efetivo no órgão de origem, não contabilizados no gráfico.

Com relação às despesas com pessoal vinculadas aos servidores ativos, não se observa aumento significativo na folha de pagamento do CJF do ano de 2020 para 2021. A elevação da despesa nesse grupo deve-se, especialmente, aos acréscimos de valores em decorrência das promoções e progressões na carreira, nos termos da Lei n. 11.416/2006. Para os segmentos de autoridades, aposentados e pensionistas, não houve alterações significativas.

**GRÁFICO 28 DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO POR FAIXA SALARIAL (DEZ 2021)**



**TABELA 45 DISTRIBUIÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO POR SITUAÇÃO EM 2020**

SITUAÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL GERAL
ATIVO	6.550.694,18	4.042.651,93	4.142.299,80	3.954.305,35	3.942.852,97	4.093.448,15	4.066.300,73	4.041.542,80	4.033.617,04	4.023.073,78	5.887.344,70	6.165.479,86	54.943.611,29
AUTORIDADE	28.388,42	7.279,08	7.279,08	7.279,08	7.279,08	7.279,08	7.279,08	7.279,08	7.279,08	7.279,08	10.919,22	7.279,08	112.098,44
INATIVO	1.874.709,79	1.250.493,43	1.251.789,00	1.252.755,15	1.252.755,15	1.252.755,15	1.252.755,15	1.305.416,81	1.290.715,67	1.280.135,28	1.974.355,05	1.319.191,22	16.557.826,85
PENSIONISTAS	98.875,92	71.830,90	68.062,55	68.062,55	68.062,55	68.062,55	68.062,55	68.062,55	68.062,55	68.062,55	103.166,46	68.062,55	866.436,23
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>8.552.688,31</b>	<b>5.372.255,34</b>	<b>5.469.430,43</b>	<b>5.282.402,13</b>	<b>5.270.949,75</b>	<b>5.421.544,93</b>	<b>5.394.397,51</b>	<b>5.422.301,24</b>	<b>5.399.674,34</b>	<b>5.378.550,69</b>	<b>7.975.785,43</b>	<b>7.560.012,71</b>	<b>72.499.972,81</b>

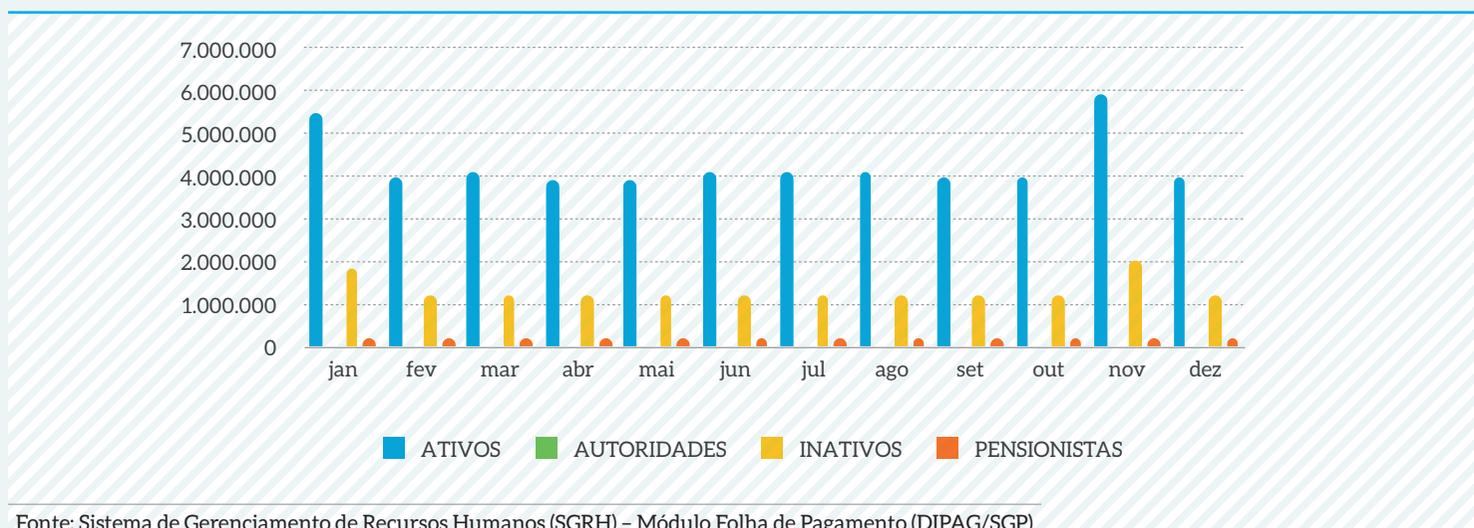
Fonte: Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos (SGRH) – Módulo Folha de Pagamento (DIPAG/SGP)

**TABELA 46 DISTRIBUIÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO POR SITUAÇÃO EM 2021**

SITUAÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL GERAL
ATIVO	5.416.928,16	4.042.651,93	4.142.299,80	3.954.305,35	3.934.285,73	4.093.448,15	4.066.300,73	4.041.542,80	4.033.617,04	4.023.073,78	5.887.344,70	3.994.274,36	51.630.072,53
AUTORIDADE	28.388,42	7.279,08	7.279,08	7.279,08	7.279,08	7.279,08	7.279,08	7.279,08	7.279,08	7.279,08	10.919,22	7.279,08	112.098,44
INATIVO	1.874.709,79	1.250.493,43	1.251.789,00	1.252.755,15	1.252.755,15	1.252.755,15	1.252.755,15	1.305.416,81	1.290.715,67	1.280.135,28	1.974.355,05	1.319.191,22	16.557.826,85
PENSIONISTAS	98.875,92	71.830,90	68.062,55	68.062,55	68.062,55	68.062,55	68.062,55	68.062,55	68.062,55	68.062,55	103.166,46	68.062,55	886.436,23
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>7.418.902,29</b>	<b>5.372.255,34</b>	<b>5.469.430,43</b>	<b>5.282.402,13</b>	<b>5.262.382,51</b>	<b>5.421.544,93</b>	<b>5.394.397,51</b>	<b>5.422.301,24</b>	<b>5.399.674,34</b>	<b>5.378.550,69</b>	<b>7.975.785,43</b>	<b>5.388.807,21</b>	<b>69.186.434,05</b>

Fonte: Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos (SGRH) – Módulo Folha de Pagamento (DIPAG/SGP)

**GRÁFICO 29 DISTRIBUIÇÃO DO BRUTO MENSAL POR SITUAÇÃO EM 2021**



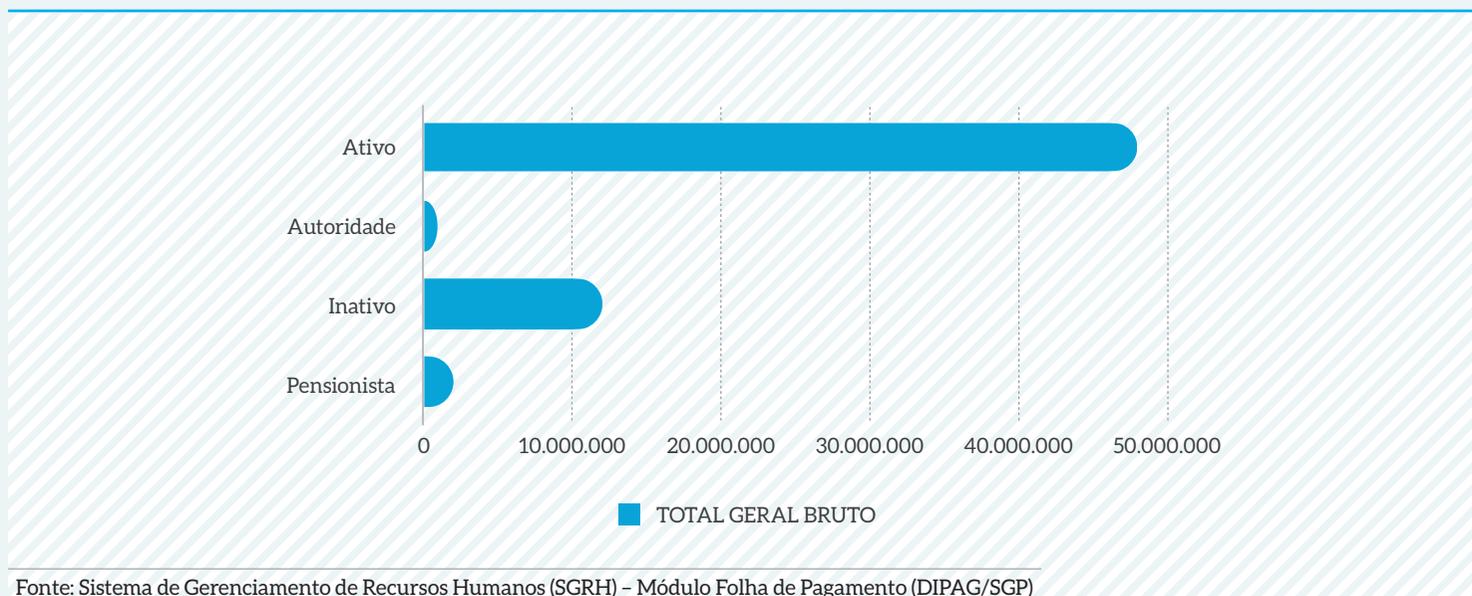
Fonte: Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos (SGRH) – Módulo Folha de Pagamento (DIPAG/SGP)

Em relação ao gráfico demonstrativo dos valores “Bruto Mensal por Situação” que é apresentado na página seguinte, cabe informar que os valores mais altos nos meses de janeiro e novembro devem-se ao pagamento das primeira e segunda parcelas da gratificação natalina referente ao exercício de 2021.

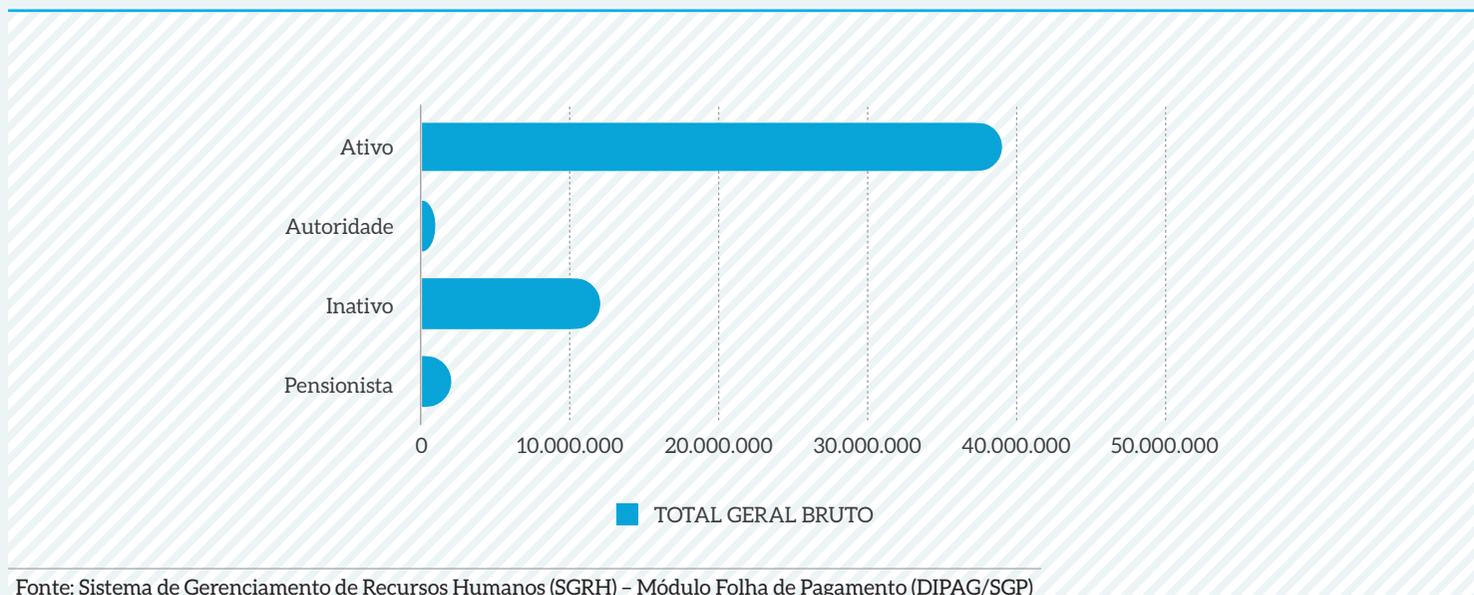
**TABELA 47 TOTAL BRUTO GERAL POR SITUAÇÃO EM 2021**

SITUAÇÃO	TOTAL GERAL
ATIVO	51.630.072,53
AUTORIDADE	112.098,44
INATIVO	16.557.826,85
PENSIONISTAS	886.436,23

**GRÁFICO 30 TOTAL GERAL BRUTO 2021**



**GRÁFICO 31 TOTAL ANUAL 2020**



Fonte: Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos (SGRH) – Módulo Folha de Pagamento (DIPAG/SGP)

#### **BENEFICIÁRIOS DA FOLHA DE PAGAMENTO NO CJF**

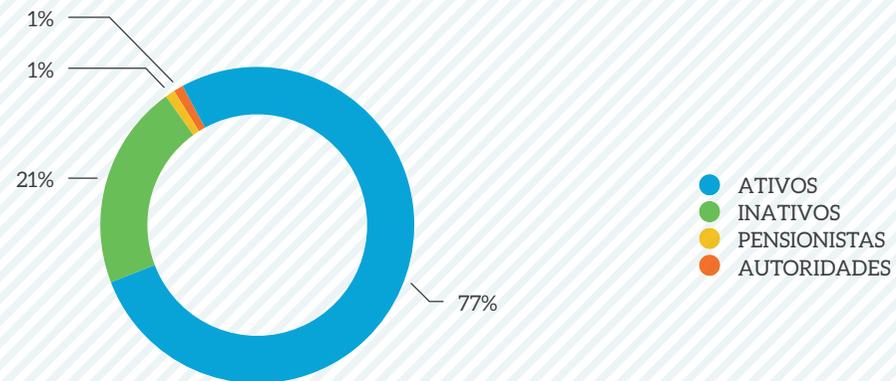
A quantidade de beneficiários constante na folha de pagamento do CJF é formada por autoridades – magistrados convocados – por servidores efetivos do quadro de pessoal do Conselho, cedidos por outros órgãos ou sem vínculo efetivo com a Administração Pública, e por servidores aposentados e pensionistas. Quanto aos servidores cedidos ao CJF ou sem vínculo com a Administração Pública, são observados os critérios e limitações previstos na Lei n. 8.112/1990, na Lei n. 11.416/2006. Não são consideradas, para essa finalidade, a prestação de serviços por empregados de empresas contratadas, ocupantes ou não de postos de trabalho, e a atuação de estudantes estagiários ou eventuais voluntários. Cabe lembrar que o quantitativo de beneficiários da folha de pagamento não necessariamente coincide com a quantitativo da força de trabalho do CJF, pois podem ocorrer acertos de servidores já exonerados no(s) mês(es) anterior(es) ou pagamentos a servidores cedidos a outros órgãos, por exemplo.

**TABELA 48 QUANTITATIVO DE PESSOAL NA FOLHA DE PAGAMENTO**

SITUAÇÃO	TOTAL
ATIVOS	273
INATIVOS	73
PENSIONISTAS	5
AUTORIDADES	2
Total de pessoas	353

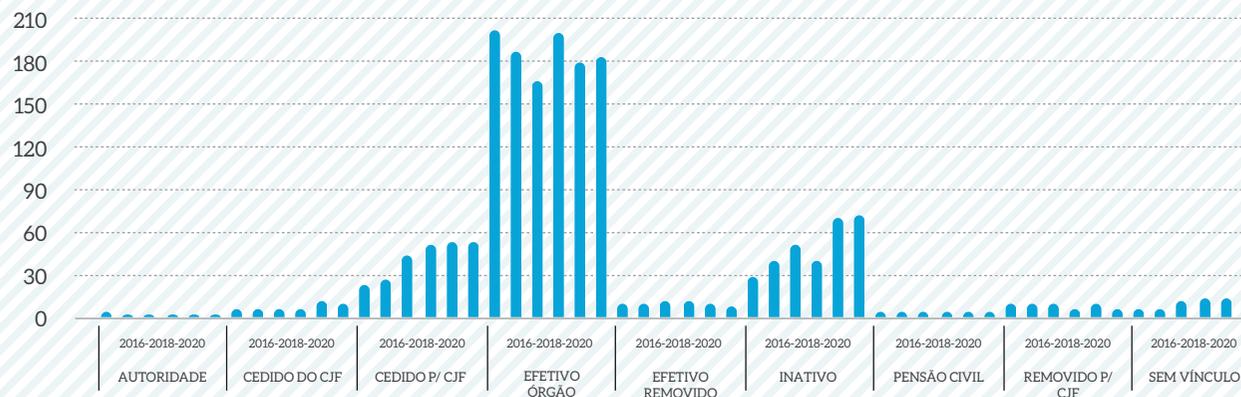
Fonte: Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos (SGRH) – Módulo Folha de Pagamento (DIPAG/SGP)

**GRÁFICO 32 DISTRIBUIÇÃO DO QUANTITATIVO DE PESSOAS EM 31/12/2021**



Fonte: Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos (SGRH) – Módulo Folha de Pagamento (DIPAG/SGP)

**GRÁFICO 33 HISTÓRICO DO QUADRO DE PESSOAL 2016-2021**



## 4.2 GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Dos 70 processos de contratações realizados em 2021 40 referem-se a contratações diretas, sendo que 14 delas foram por dispensa de licitação, na qual envolveram, em sua maioria, materiais utilizados em reforma e manutenção predial, serviços relacionados à Tecnologia da Informação e Comunicação, material de consumo e materiais e equipamentos para o serviço médico; e 25 por inexigibilidade de licitação, referem-se a serviços e suporte relacionados à Tecnologia da Informação, cursos de capacitação e contábil, assinaturas de bases de dados de publicações/periódicos jurídicos, uma adesão a ata de registro de preço para aquisição de equipamentos de Tecnologia da Informação.

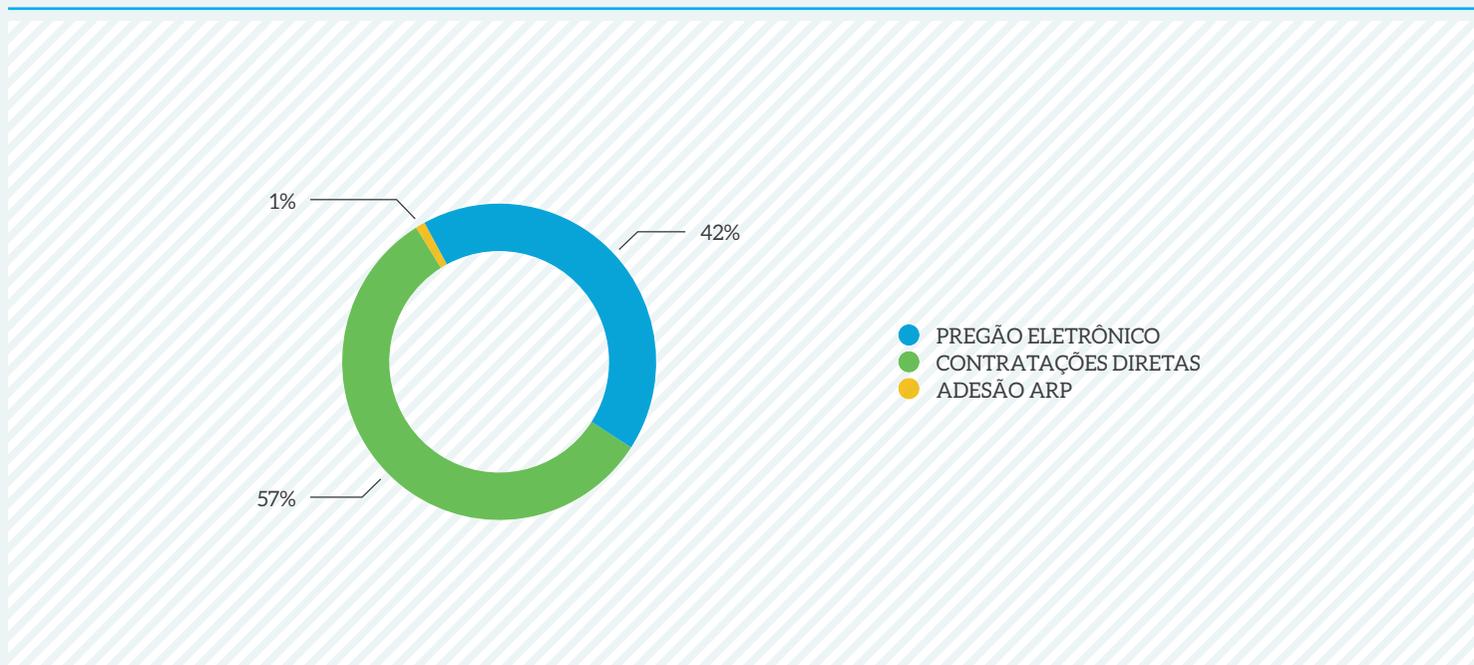
Todos os processos licitatórios estão disponíveis em: <https://www.cjf.jus.br/cjf/transparencia-publica-1/licitacoes-e-contratos>

Total de pagamentos em contratações relativas a custeio e investimentos em 2021: R\$ 25.576.717,90 (Fonte: SIAFI):

**TABELA 49 GASTOS POR FINALIDADE**

GASTOS POR FINALIDADE	
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	FUNCIONAMENTO ADMINISTRATIVO
R\$ 12.052.683,41	R\$ 13.524.034,49
FUNCIONAMENTO ADMINISTRATIVO - DETALHAMENTO	
CATEGORIA	VALOR
Energia e água	R\$ 1.212.591,45
Apoio técnico-administrativo	R\$ 3.460.295,00
Vigilância e brigada	R\$ 2.138.226,11
Limpeza	R\$ 1.263.182,82
Manutenção de bens móveis e imóveis	R\$ 1.623.852,17
Passagens	R\$ 150.901,22
Diárias	R\$ 249.900,00
Materiais permanentes	R\$ 252.722,92
Outros materiais de consumo	R\$ 299.829,54
Outros serviços - Pessoa Jurídica	R\$ 2.164.589,25
Serviços de tradução	R\$ 132.981,72
Capacitação	R\$ 399.157,99
Outros	R\$ 175.804,30

### GRÁFICO 34 PROCESSOS DE CONTRATAÇÕES 2020



#### CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES

Destacam-se as contratações relativas ao funcionamento administrativo e atividades do Conselho da Justiça Federal: vigilância, fornecimento de materiais de consumo, fornecimento de equipamentos, suporte e serviços relacionados à Tecnologia, Comunicação e Segurança da Informação, bem como à capacitação técnica especializada, conforme quadro a seguir:

**TABELA 50 CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES**

CONTRATADA	CNPJ	OBJETO	VALOR TOTAL	MODALIDADE
BRASFORT ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.	36.770.857/0001-38	Serviços contínuos de limpeza, copeiragem, recepção, secretariado, mensageria e reprografia.	R\$ 3.576.564,12	Pregão Eletrônico
QUALIFICAR - GESTÃO TERCEIRIZADA DE SERVIÇOS CORPORATIVOS E TECNOLOGIA EIRELI	04.752.792/0001-01	Serviço técnico de operação de central de atendimento a usuários no ambiente de Tecnologia da Informação	R\$ 2.336.850,80	Pregão Eletrônico

**TABELA 50 CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES**

CONTRATADA	CNPJ	OBJETO	VALOR TOTAL	MODALIDADE
ALLTECH SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA	21.547.011/0001-66	Solução de segurança da informação do CJF para proteção da Nuvem Privada da Justiça Federal – NUJUFE	R\$ 1.159.999,00	Pregão Eletrônico
FORTE DF SERVIÇOS EIRELI ME	17.465.916/0001-10	Prestação de serviços de segurança contra incêndio de Plano de Prevenção de Combate a Incêndios	R\$ 1.853.737,67	Pregão Eletrônico
JC DIEHL ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA.	12.052.704/0001-97	Prestação de serviços contínuos de operação e manutenção predial e serviços de manutenção especializada nos sistemas, equipamentos e instalações prediais da sede do CJF	R\$ 2.711.323,19	Pregão Eletrônico
G4F SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA	07.094.346/0001-45	Prestação de serviços continuados de jornalismo, com a produção de conteúdo para televisão, rádio, internet, intranet e redes sociais	R\$ 2.635.621,78	Pregão Eletrônico
ORION TELECOMUNICAÇÕES, ENGENHARIA S/A	01.011.976/0001-22	Serviços de assistência técnica para equipamentos pertencentes à solução do ambiente físico seguro e seus subsistemas, do tipo Sala-Cofre Modular Federal	R\$ 930.000,00	Pregão Eletrônico
ALGAR MULTIMÍDIA S/A	05.555.382/0001-33	Prestação de serviços de comunicação de dados com vistas a interligação da sede do CJF com sites remotos	R\$ 663.000,00	Pregão Eletrônico
MINHA BIBLIOTECA LTDA.	13.183.749/0001-63	Disponibilização de acesso à plataforma de livros digitais Minha Biblioteca na área de Ciências Jurídicas, fonte de pesquisa jurídica nacional	R\$ 88.800,00	Inexigibilidade
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFO – ECT	34.028.316/0007-07	Serviços por meio de Pacote de Serviços dos CORREIOS	R\$ 500.000,00	Dispensa de licitação

#### 4.3 CONFORMIDADE LEGAL

Dentre as contratações efetuadas, os principais enquadramentos são:

- Contratações de baixo valor (até R\$ 17.600,00 / R\$ 50.000,00): art. 24, inciso II e inciso XVI, da Lei n. 8.666/1993, e art. 1º, inciso II, da Lei n. 14.065/2020, altera os valores limites para dispensa de licitação).
- Inexigibilidade de licitação, enquadrada no art. 25, caput, e inciso II, da Lei n. 8.666/1993.
- Pregão Eletrônico: Lei n. 10.520/2002 e Decreto n. 10.024/2019.

#### 4.4 GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA

##### INVESTIMENTOS EM CAPITAL

Gastos com equipamentos: R\$ R\$ 2.888.532,97

##### DESFAZIMENTO DE ATIVOS E DESMOBILIZAÇÕES

Bens baixados: R\$ 1.113.083,86

##### ADMINISTRAÇÃO PREDIAL

**TABELA 51 PRINCIPAIS CUSTOS COM SERVIÇOS PREDIAIS**

PRINCIPAIS CUSTOS COM SERVIÇOS PREDIAIS	
SERVIÇOS	CUSTO 2021 (R\$)
Vigilância e Brigada	2.138.226,11
Limpeza	1.263.182,82
Água e esgoto	63.733,86
Energia Elétrica	1.147.169,30
Manutenção Predial	1.623.852,17
<b>TOTAL</b>	<b>6.236.164,26</b>
(*) PRÉDIOS GERENCIADOS	3

##### PRÉDIOS GERENCIADOS:

- Edifício-sede do Conselho da Justiça Federal – SCES, Trecho 3, Polo 8, Lote 9
- Edifício da gráfica do Conselho da Justiça Federal – SAAN, Quadra 1, Lotes 10/70
- \*Edifício Cidade de Cabo Frio – SEPN 510, Bloco “C”, Lote 8 (as despesas de reforma e manutenção não foram informadas, tendo em vista que o referido imóvel está sendo utilizado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, conforme Termo de Cessão de Uso).

##### LOCAÇÕES

- O CJF possui sede própria, não possuindo custos com locação de imóveis.
- Gasto anual de R\$ 220.942,29 com locação de impressoras.

##### PROJETOS E SERVIÇOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA PARA O CJF

A Secretaria de Gestão de Obras identificou a necessidade de elaboração de um laudo estrutural do edifício-sede deste CJF, o qual foi realizado pela empresa A. S. Neto Engenharia Eireli, incluindo os projetos e orçamento necessários à contratação dos serviços de recuperação da edificação. Após, essa Secretaria atuou na elaboração do termo de referência, análise de riscos, relatório

do escopo dos serviços e ajustes no orçamento base da licitação. Ato contínuo, esta unidade, como gestora do contrato, vem acompanhando/fiscalizando os serviços, o qual se encontra em vias da 2ª medição. Importante destacar que a empresa executora, Exame Tecnologia S/S Ltda., solicitou a prorrogação do prazo de execução, o que será objeto de análise pela fiscalização.

#### **4.5 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

A Resolução do CJF n. 743, de 14 de dezembro de 2021, regulamenta o Sistema de Tecnologia da Informação da Justiça Federal, reforçando a importância do funcionamento sistêmico das atividades de TI. O Sistema de Tecnologia da Informação da Justiça Federal – SIJUS, criado pela Resolução CJF n. 88, de 11/12/2009, posteriormente revogada em favor da Resolução CJF n. 743, de 14 de dezembro de 2021, tem por objetivo apoiar a governança de Tecnologia da Informação – TI e realizar a gestão da TI no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus.

O referido sistema é coordenado pelo dirigente da Secretaria de Tecnologia da Informação do CJF, porém, em virtude de estruturas de TI próprias e independentes dos órgãos da Justiça Federal, a gestão de TI é realizada de forma descentralizada. Ressalta-se que todos os órgãos integrantes participam do processo de construção coletivas das políticas de governança (planejamento estratégico de TI, segurança da informação, nivelamento de infraestrutura, contratações conjuntas etc.) e articulam-se com vistas à cooperação mútua e à racionalização de processos e de recursos, sempre com foco em resultados e na geração de valor à Justiça Federal e ao cidadão.

Ou seja, a área de TI do CJF, além de atender às demandas dos usuários internos do CJF (são mais de 400 usuários), atua de forma sistêmica junto às áreas de TI dos cinco Tribunais Regionais Federais – TRFs – que passarão a ser seis a partir da iminente instalação do TRF da 6ª Região –, mantém mais de cinquenta sistemas de informação e sustenta uma complexa infraestrutura de TI visando garantir o funcionamento do ambiente tecnológico do CJF, como, por exemplo, a gestão da Nuvem da Justiça Federal – NUJUFE.

Complementarmente, a área de TI do CJF faz a gestão da Autoridade Certificadora da Justiça – AC-JUS, integrada à ICP-Brasil, por meio da qual se implementam perfis de certificados específicos para utilização por agentes públicos. Os certificados Cert-JUS são utilizados por todo o Poder Judiciário e por diversos órgãos da Administração Pública. Constituem um importante instrumento para assinatura digital em que o titular é identificado e relacionado ao órgão de atuação e cargo.

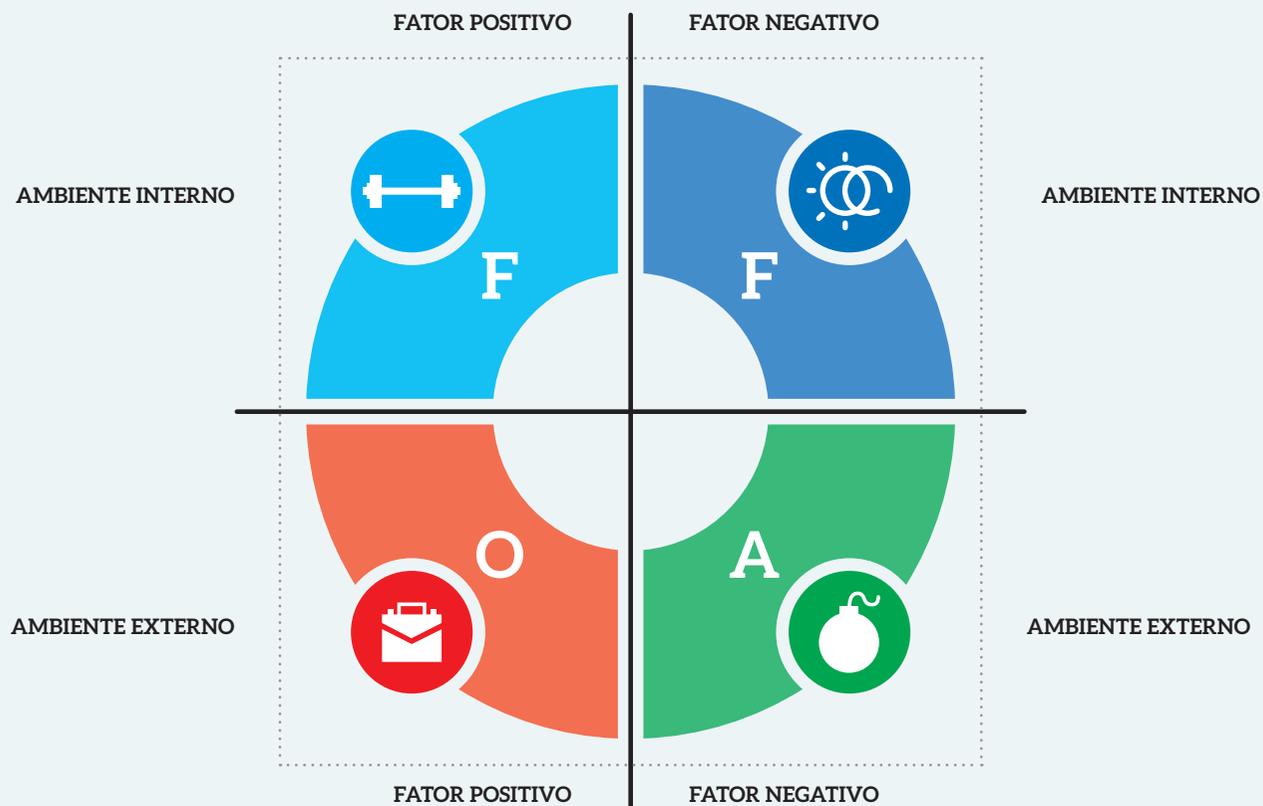
A estratégia de TI é consubstanciada no Plano Estratégico de Tecnologia da Informação da Justiça Federal – PETI-JF 2021-2026, elaborada pelo CJF com a colaboração dos Tribunais Regionais Federais e instituído pela Resolução CJF n. 685, de 15/12/2020.

O CJF aprovou, em dezembro/2020, o Plano Diretor de TI – PDTI 2021-2023, elaborado em consonância com as orientações do Conselho da Justiça Federal e do Conselho Nacional de Justiça, no sentido de ser um instrumento alinhado ao Planejamento Estratégico da Justiça Federal – PEJF e ao Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação da Justiça Federal – PETI-JF, com vistas a estabelecer um vínculo entre as metas estratégicas e ações táticas de TI necessárias ao alcance dos objetivos e das metas propostas.

O PDTI tem como objetivo sistematizar o planejamento da gestão de TI para o triênio 2021-2023, contemplando as necessidades do CJF. Aborda o planejamento das iniciativas, de forma a subsidiar o processo anual de elaboração da proposta orçamentária, e é utilizado como instrumento de gestão e acompanhamento de execução das ações. O Plano de Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação, de que trata o art. 7º da Resolução CNJ n. 182, bem como o Plano de Contratações do CJF, em consonância com a Resolução CNJ n. 347/2020, que dispõe sobre a Política de Governança das Contratações Públicas no Poder Judiciário, são elaborados em harmonia com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI-CJF.

A elaboração do PDTI envolve o cumprimento de várias etapas, dentre elas a realização de diagnóstico que identifica fatores positivos e negativos relacionados aos ambientes interno e externo. No âmbito dos fatores positivos, estão as oportunidades mapeadas, conforme apresentado no quadro adiante.

FIGURA 12 ANÁLISE DE AMBIENTE (SWOT) DO CJF (PERSPECTIVA TI)



**FORÇAS**  
Bom ambiente de trabalho; espírito colaborativo; poder regulamentador e uniformizador conferido constitucionalmente; infraestrutura computacional atualizada/moderna.



**FRAQUEZAS**  
Estrutura de TI e de força de trabalho incompatível com a missão institucional; pouca integração das unidades sistêmicas; evasão de servidores da STI; complexidade da gestão de contratos que envolve postos de trabalho; inexistência de contrato de serviços de desenvolvimento de software; existência de sistemas que utilizam plataformas defasadas tecnologicamente; atuação das instâncias de governança.



**OPORTUNIDADES**  
Mais integração com os TRFs e outras instituições; implantação e padronização de sistemas nacionais; mais visibilidade institucional; aumento da quantidade de TRFs; amadurecimento da governança, gestão e dos processos de trabalho; implementação de práticas de contratações conjuntas de TI na JF; exploração das oportunidades de teletrabalho.



**AMEAÇAS**  
Dificuldade do CJF em supervisionar os TRFs; desestabilização econômica; aumento da gravidade dos Incidentes cibernéticos; adoção de sistemas externos sem a devida análise; rotatividade dos prestadores de serviço da STI.

Setores de Tecnologia da Informação estão rotineiramente envolvidos em inúmeras ações estruturantes e transformadoras para suas organizações, o que não seria diferente para as do Conselho da Justiça Federal.

Apesar das diversas iniciativas em andamento e em vista, documentadas principalmente no Plano Diretor de TI, vislumbram-se três ações particularmente desafiadoras com significativo envolvimento da Secretaria de Tecnologia da Informação no exercício de 2022, configurando os elementos mais impactantes em termos de perspectiva:

- adoção de sistemas nacionais da Justiça Federal – JF: com a implantação da Nuvem da Justiça Federal, sistemas nacionais, assim definidos pelo Colegiado do CJF, têm sido disponibilizados a todas as Regiões da Justiça Federal. Para 2022, um grande marco a ser alcançado será a o início da implantação do sistema nacional de gestão de pessoas, o que representa em significativo desafio em face da complexidade e amplitude de tal projeto;
- ações para implantação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, que demandará iniciativas não só do TRF da 1ª Região, mas também do CJF, dentre elas aquelas relacionadas à Tecnologia da Informação, em apoio à instalação do novel Tribunal;
- aprimoramento da resiliência dos serviços de TI: em virtude da sempre crescente dependência dos serviços de TI pelos processos organizacionais, é uma meta constante o incremento da resiliência de TI, por meio de ações como aumento da proteção cibernética, redundância de equipamentos e infraestrutura computacional, ações relacionadas à continuidade de negócio, dentre outras. Há diversas ações em andamento que visam ao avanço deste tema.

As referidas estratégias encontram-se disponíveis para consulta pública no site do CJF em [http://www.cjf.jus.br/cjf/unidades/tecnologia-da-informacao/governanca\\_ti/governanca\\_ti-capa](http://www.cjf.jus.br/cjf/unidades/tecnologia-da-informacao/governanca_ti/governanca_ti-capa).

Em termos de desempenho, houve também, nos últimos anos, um crescimento substancial na utilização de sistemas de informação, sendo que, atualmente, o CJF opera de forma totalmente eletrônica e automatizada, visando à celeridade processual.

O impacto desse crescimento tecnológico trouxe maior significância no considerável aumento da dependência aos recursos de TI para o desempenho das atividades diárias, fato que implicou a institucionalização de ambientes de TI seguros, disponíveis, confiáveis, íntegros, compatíveis e conectados entre si, tudo na busca incessante da preservação das informações digitais.

Destacam-se a seguir os principais resultados alcançados pela organização relacionados à governança e estratégia de TI:

- Metas alcançadas em 2021 – Estratégia do CJF (pesquisa de satisfação TI – 90% de satisfação dos usuários com os serviços de TI; Governança de TI – nível aprimorado);
- Portaria CJF n. 600/2021, que dispõe sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação do Conselho da Justiça Federal para o período de 2021 a 2023;
- Resolução CJF n. 738/2021, que instituiu a Política de Governança e Gestão de Tecnologia da Informação do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus;
- Acordo de Cooperação Técnica CJF n. 7/2021, que tem por objeto a conjugação de esforços entre os partícipes para a racionalização dos procedimentos licitatórios para aquisição de bens e a contratação de serviços relacionados à Tecnologia da Informação – TI;
- Resolução CJF n. 743/2021, que dispõe sobre a organização do Sistema de Tecnologia da Informação da Justiça Federal – SIJUS;
- Portaria CJF n. 540/2021, que dispõe sobre a institucionalização da política de backup e restauração de dados no âmbito do Conselho da Justiça Federal;
- Portaria CJF n. 545/2021, que dispõe sobre a institucionalização do processo de Gerenciamento de Demandas de TI – PGD-CJF no âmbito do Conselho da Justiça Federal;

- Portaria CJF n. 250/2021, que dispõe sobre a aprovação do Plano de Trabalho para atendimento aos critérios estabelecidos na Resolução CNJ n. 370, de 28 de janeiro de 2021, que estabelece a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD);
- Resolução CJF n. 716/2021, que dispõe sobre a instituição do modelo de governança, gestão e operação da Nuvem da Justiça Federal – Nujufe.

Para assegurar a conformidade legal da gestão de TI, a STI observa e aplica um vasto conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referenciadas por órgãos de controle, padrões internacionais para a manutenção dos serviços de TI, além de obedecer às normas estabelecidas em seus normativos internos. Desse modo, evolui continuamente seus padrões referentes a dados abertos, aprimoramento da governança digital, segurança da informação, interoperabilidade, contratações de soluções de TI, desenvolvimento de sistemas e gestão contratual.

Maiores informações sobre os normativos mencionados estão na página da STI no portal do CJF: <https://www.cjf.jus.br/cjf/unidades/tecnologia-da-informacao> (páginas de governança de TI, segurança da informação, identidade digital e modelo de contratação de soluções de TI).

Destacam-se, na miríade de normativos aplicáveis à TI do CJF, as seguintes Resoluções do CNJ: n. 182/2013, que dispõe sobre diretrizes de contratações de TI, e n. 370/2021, que instituiu a Estratégia Nacional de TI do Poder Judiciário – ENTIC-JUD.

Registre-se que a Secretaria de Tecnologia da Informação – STI do CJF dispõe de unidade interna específica para monitorar o atendimento aos dispositivos das citadas normas, principalmente relacionados às contratações cujos planejamentos estão sob responsabilidade solidária da STI.

#### **MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS EM TI**

As despesas classificadas como MTGI, AI e CTN relativas a 2021 são apresentadas no quadro a seguir:

**TABELA 52 DESPESAS MTGI E AI 2021**

<b>PO</b>	<b>GND</b>	<b>EMPENHADO</b>
MTGI	3	R\$ 0,00
MTGI	4	R\$ 0,00
AI	3	R\$ 3.980.993,02
AI	4	R\$ 2.500.732,40
CTN	3	R\$ 7.286.014,17
<b>TOTAL</b>	<b>3</b>	<b>R\$ 11.267.007,19</b>
	<b>4</b>	<b>R\$ 2.500.732,40</b>

#### **CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES DE RECURSOS DE TI**

Listam-se as cinco mais relevantes contratações de TI realizadas no exercício de 2021:

- contratação de serviço de suporte e atualização do Banco de Dados Oracle;
- contratação de solução de acesso remoto;

- contratação de serviço de suporte aos usuários do CJF;
- contratação de serviço de impressão; e
- contratação de solução de gerenciamento de acesso privilegiado (PAM).

---

#### **PRINCIPAIS INICIATIVAS (SISTEMAS E PROJETOS) E RESULTADOS NA ÁREA DE TI POR CADEIA DE VALOR**

Listam-se as iniciativas vinculadas à cadeia de valor “Coordenar os sistemas da Justiça Federal (Gerir Política de TI) e gerir recursos tecnológicos”:

- implantação do Sistema Nacional de Recursos Humanos no ambiente de nuvem da Justiça Federal;
- implantação da solução de processamento de precatórios – Fase 1;
- implantação da solução de gestão patrimonial;
- implantação de solução de carteira de identidade funcional digital para os servidores do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de 1º e 2º graus;
- implantação da solução eSocial – Sistema Simplificado de Escrituração Digital das Obrigações Previdenciárias, Trabalhistas e Fiscais;
- implantação de solução para a realização de pesquisa de julgados do Colegiado do CJF; e
- evolução tecnológica dos sistemas Central de Atendimento aos Juízes Federais – CAJU, Mapeamento de Vara Federais – SISMA-PA, Agendamento de Videoconferência – SAV, Diário de Justiça Eletrônico – DJe, e Cooperação Internacional – COOPERA.

---

#### **SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO – PRINCIPAIS INICIATIVAS**

Listam-se as iniciativas de segurança da informação mais relevantes conduzidas em 2021:

- atuação no Comitê de Segurança Cibernética do Poder Judiciário – CSCPJ, criado pelo CNJ, para elaboração do Protocolo de Gerenciamento de Crises Cibernéticas (Portaria CNJ n. 290/2020) e do Protocolo de Prevenção a Incidentes Cibernéticos (Portaria CNJ n. 292/2020) e proposição de estratégias de segurança cibernética no âmbito do Poder Judiciário, conforme previsto na Portaria CNJ n. 242 de 10 de novembro 2020;
- contratação de solução de Gerenciamento de Acesso Privilegiado (PAM) com objetivo de prover maior proteção no acesso aos recursos dos ambientes tecnológicos que hospedam os sistemas computacionais do CJF;
- implantação de projeto de conscientização aos usuários internos sobre segurança da informação, com divulgação periódica de dicas, alertas e informações relevantes sobre o tema;
- modernização das soluções de controle de aplicações, virtual patch, reputação de acessos web, de proteção contra-ataques de e-mail e de segurança para estações de trabalho e ambiente de datacenter virtual;
- implementação de duplo fator de autenticação para usuários com privilégios administrativos e usuários em trabalho remoto no acesso à VPN e à infraestrutura de acesso remoto a estações de trabalho virtuais;
- monitoramento contínuo de alertas sobre vulnerabilidade e ataques relacionados à segurança de TI com atuação proativa para aqueles que envolvem o ambiente de tecnologia do CJF e da Justiça Federal;
- estruturação de processo de resposta a incidentes de segurança;
- implantação de solução de gerenciamento e correlação de eventos de segurança (SIEM);
- implantação de processo de Scan de vulnerabilidades no ambiente computacional do CJF;
- instalação e configuração de soluções de segurança para proteção dos ambientes de TI disponibilizados para Nuvem Privada da

Justiça Federal – NUJUFE;

- execução de testes de detecção de vulnerabilidades (pentests) e análise de gap para implementação de melhorias na segurança cibernética do CJF;
- implementação de microssegmentação de comunicações de rede entre as máquinas virtuais do ambiente de virtualização do CJF e da NUJUFE;
- apoio na aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.

---

## PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

As principais fraquezas e riscos detectados na gestão das contratações e gestão de recursos de TI decorrem do orçamento deficitário e capacidade produtiva da equipe técnica para atendimento às demandas, observado principalmente para o ano de 2021 devido a Emenda Constitucional n. 95, já destacado como uma ameaça na forma da instabilidade econômica pela qual passa o País, questão agravada com a pandemia da COVID-19.

Em relação à segurança da informação, o principal desafio foi e continua sendo a garantia da conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD e a prevenção a incidentes cibernéticos. Foram identificadas as seguintes fraquezas adicionais em relação ao originalmente identificado na análise de ambiente realizada durante a elaboração do Plano Diretor de TI:

- falta de capacitação técnica em segurança cibernética;
- diversidade de temas de segurança da informação penderes de regulamentação;
- complexidade de normas e sua aplicação relacionadas ao tema “Segurança Cibernética”, considerando não somente a LGPD, mas também as resoluções editadas pelo Conselho Nacional de Justiça em 2021;
- dificuldades na gestão de serviços devido ao incremento da rotatividade de colaboradores impulsionada pela nova realidade trazida pela pandemia;
- gestão da operação de sistemas nacionais, que passaram a operar na Nuvem da Justiça Federal sob responsabilidade do CJF (detalhado adiante);
- retenção de servidores de Tecnologia da Informação no Conselho, principalmente considerando o reduzido quadro de pessoal.

No âmbito das ações futuras, destacam-se algumas ações adicionalmente àquelas já informadas na seção Perspectiva, elencadas a seguir:

- aperfeiçoamento da infraestrutura de backup em razão de recomendação do TCU;
- nova contratação de suporte à infraestrutura computacional;
- disponibilização de novo sistema de gestão patrimonial e de materiais de consumo;
- conclusão da segunda fase do Sistema de Precatórios;
- aperfeiçoamento das soluções voltadas à atuação do Centro de Estudos Judiciários;
- condução das ações relacionadas ao eSocial, em especial da terceira fase;
- apoio à implantação da nova solução para a intranet do CJF;
- aperfeiçoamento da infraestrutura voltada ao desenvolvimento colaborativo de sistemas nacionais da Justiça Federal;
- melhoria de processos e práticas em atendimento a diretrizes do Conselho Nacional de Justiça.

## ASPECTO DE DESTAQUE: OPERACIONALIZAÇÃO DE SISTEMAS NACIONAIS NO AMBIENTE NUJFE

Em relação aos recursos humanos, apesar da reestruturação do quadro de TI do CJF, destaca-se que o número de servidores ainda é significativamente insuficiente para dar suporte a todas as demandas e atividades, expondo o CJF a uma série de riscos, tais como:

- alongamento do prazo de execução de projetos;
- perda do conhecimento técnico, por vezes irrecuperável, sobre os sistemas existentes;
- dependência e condicionamento tecnológico com relação à fornecedores e prestadores de serviço;
- sobrecarga dos gestores da área de TI, trazendo-lhes, ainda, óbices em exercer eficazmente as funções de planejamento, direção, coordenação e avaliação dos respectivos trabalhos. Isso compromete não somente a gestão, mas, também, a governança de TI;
- concentração muito grande de responsabilidades (exemplo: gestão de demandas, de contratos, de infraestrutura, sustentação de sistemas, segurança da informação, autoridade certificadora) em apenas uma unidade ou em uma pessoa: um mesmo servidor planeja, executa e fiscaliza, contrariando as diretrizes básicas de segregação de atividades referenciadas pelo TCU e as melhores práticas da área de Tecnologia da Informação. Outro exemplo diz respeito à sustentação de sistemas de informação críticos ao Órgão (como o Sistema de Gestão de Recursos Humanos, que possui 28 subsistemas), sendo sustentado por apenas um servidor da área de TI, sendo insuficiente para atender as inúmeras demandas da unidade gestora;
- inexistência de perfis técnicos no atual quadro de TI para substituição em caso da falta do titular por motivo de férias ou afastamento para tratar de problemas de saúde;
- impossibilidade de atender simultaneamente a diversas demandas prioritárias, fazendo que a unidade demandante desenvolva sua própria solução, trazendo risco à continuidade da solução no Órgão.

Impende evidenciar, conforme apresentado na tabela a seguir, o comparativo entre a força de trabalho de Tecnologia da Informação do CJF e a dos demais conselhos do Poder Judiciário.

**TABELA 53 STATUS DOS PROJETOS EM EXECUÇÃO**

ÓRGÃO	QUANTIDADE DE SERVIDORES DE TI LOTADOS NA RESPECTIVA ÁREA	Diferença em relação ao CJF
CJF	30	-
CSJT	> 60	~ 100%
CNJ	53	~ 76%

## 4.6 GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

As metas e valores ligados à temática da sustentabilidade foram, inevitavelmente, afetados, entre outros aspectos, pelo modelo de trabalho home office adotado, desde março de 2020, pelo Conselho da Justiça Federal, em razão da pandemia de Covid-19. O impacto do retorno às atividades presenciais foi observado, em relação a 2020, no aumento em variáveis como consumo de papel (156%), de energia (3%), de água (19%), de combustíveis (158% e 166% para gasolina e diesel, respectivamente) e de quilometragem rodada (145%). Em comparação com 2019, os números atuais apresentam reduções significativas, o que ratifica as ações da Administração na busca de uma integração de ações e compromissos sustentáveis ao seu dia a dia, seja pela necessidade de adaptação aos novos cenários de restrição orçamentária conjugados aos impostos pela pandemia.

Entendendo recurso natural como todos os elementos oferecidos pela natureza e utilizados pelo homem na construção e

**TABELA 54 REDUÇÃO DE GASTOS PLS**

ITEM	MÉDIA MENSAL 2019	MÉDIA MENSAL 2020	MÉDIA MENSAL 2021	REDUÇÃO 2019/2021
Resmas papel (unid.)	81,9	9,08	23,33	71,51%
Energia elétrica (kwh)	162.812,75	128.253,08	133.316,56	18,12%
Consumo de água (m3)	350,33	181,083	216,9	38,09%
Coleta seletiva recicláveis (kg)	1454,15	529,65	336	76,89%
Coleta seletiva orgânicos (kg)	2208,33	991,667	878,556	60,22%
Consumo de combustível gasolina (litros)	411	152	393,6	4,23%
Consumo de combustível diesel (litros)	183,77	41,67	110,9	39,65%
Quilometragem da frota (km)	6451,5	1627,8	3990,4	38,15%

desenvolvimento da sociedade, há, no Plano de Logística Sustentável CJF 2021-2022, as seguintes metas afetas à redução de consumo de recursos naturais:

#### **REDUÇÃO DE GASTOS COM PAPEL E REDUÇÃO DE IMPRESSÕES**

Atrelado ao consumo de árvores, mas também à geração de resíduos, em 2021, a média mensal de gastos na compra de resmas de papel foi de R\$ 325,91. No que se refere ao volume de impressão, a STI informou que, em 2021, o volume total de impressões foi de 200.079, o que aponta uma grande redução em relação a 2019, que se deve, sobretudo, ao redimensionamento das ilhas de impressão e à maior virtualização dos processos de trabalho por meio do sistema SEI.

Sob a tutela da Secretaria de Administração, dos 54 contratos firmados em 2021, em 42 deles foram integradas exigências de sustentabilidade, o que representa 77% dos contratos seguindo as normas dispostas no Manual de Sustentabilidade nas compras e aquisições do CJF. Assim, pode-se dizer que, em 2021, a Secretaria de Administração deu continuidade aos esforços de integrar e amadurecer a contratação pública sustentável no Órgão, seja pela adoção do referido manual de compras à realidade de seus gestores, mas também por uma participação maior da área socioambiental nos certames licitatórios.

- Redução de consumo de energia elétrica. Os dados trazidos pela Secretaria de Administração apontam que houve uma redução de consumo de energia no Órgão em relação aos patamares de 2019. Os resultados alcançados devem-se, certamente, ao fato de muitas unidades ainda estarem funcionando em regime de teletrabalho e, além disso, não terem ocorrido grandes eventos presenciais, como usualmente ocorrem, no auditório externo. Esses dois aspectos foram fundamentais para a redução de quase 18,12% quando comparados os primeiros semestres de 2019 e 2021.
- Redução de consumo de água. Quando comparados 2021 e 2019, observa-se que houve uma redução de 38,09%. De maneira geral, o resultado alcançado se explica não apenas em razão das atividades parciais do Órgão, mas também pelo grande empenho da Secretaria de Administração em repensar a utilização da água para fins de limpeza, jardinagem, lavagem de carros e outras atividades de manutenção predial.
- Garantia de gestão de integrada de resíduos pós-consumo com sua destinação ambientalmente correta. Para esta meta, o objetivo é integrar ações que permitam gerar um volume menor de resíduos (resíduos orgânicos, papel, plástico, metal e vidro). Com as atividades parcialmente realizadas a distância no Órgão, a produção de resíduos orgânicos e recicláveis foi muito baixa. Exemplo disso é a disparidade entre a geração esperada de quase uma tonelada de plástico no 1º semestre de 2021 (dados semelhantes aos

do 1º de 2019) e a geração de apenas 58 kg desse tipo de material. Esses resultados representam, além da adaptação ao momento de pandemia, o esforço do Órgão em produzir cada vez menos resíduos. Cabe destacar que a gestão adequada dos resíduos tem sido feita em parceria com as cooperativas de catadores de material reciclável, para quem o CJF tem realizado a doação de todo o material reciclável gerado em suas unidades.

---

### **REDUÇÃO DE RESÍDUOS POLUENTES**

Tendo como definição de “resíduos poluentes” os agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais ao solo, à fauna, à flora e às atividades humanas, cumpre mencionar que o Plano de Logística Sustentável CJF 2021-2022 tem apenas uma meta sobre ao tema, qual seja a diminuição do custo de deslocamento de pessoal. Esta variável representou, para 2021, majoritariamente, o impacto do modelo de home office adotado temporariamente pelo Órgão, bem como a drástica redução de eventos da Justiça Federal realizados na sede para os quais foram exigidos menos deslocamentos.

Destacam-se alguns dados atinentes à redução de resíduos poluentes:

- Redução do consumo de combustível – redução de 4,23% no consumo mensal de gasolina, de 39,65% no consumo de diesel e no consumo de etanol em relação a 2019.
- Redução da quilometragem percorrida pela frota – a média mensal de 2021 foi de 3.990 km percorridos, o que representa uma diminuição de 38,15% em relação a 2019, já que 2020 não representou um ano típico para a Administração.

---

### **CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE NAS CONTRATAÇÕES E AQUISIÇÕES**

A sustentabilidade, no âmbito da governança de contratações, tem como objetivo de desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis, garantindo a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis. Desse modo, atenta às recentes publicações sobre o assunto pelo Judiciário (Resolução CNJ n. 347/2020) e pela Administração Pública Federal (Lei n. 14.133/2021, por exemplo), a principal ação da Secretaria de Administração, para integrar os critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições do Órgão, foi a publicação da Portaria CJF n. 62, de 1º de março de 2021. Conforme o art. 9º, § 3º, da referida Portaria, as contratações sustentáveis passaram a se concretizar de maneira mais colaborativa. Agora, depois do Documento de Oficialização de Demanda – DOD, durante o processo de contratação, e durante a elaboração dos estudos preliminares, o Setor de Apoio Socioambiental é convocado para fazer a análise dos estudos da sustentabilidade. Esse trabalho conjunto de todos os stakeholders envolvidos tem, em grande medida, impulsionado as contratações sustentáveis. Sob a tutela da Secretaria de Administração, das 54 novas contratações, em 42 havia algum critério de sustentabilidade exigido para sua efetivação. Esses dados apontam um avanço significativo sobre a temática quando são confrontados com os dados do PLS 2019-2020, em que, dos 78 contratos firmados, houve a exigência de critérios de sustentabilidade em 44 deles. Assim, pode-se afirmar que, em 2021, a Secretaria de Administração deu continuidade aos esforços de integrar e amadurecer a contratação pública sustentável no Órgão, seja pela adoção do manual de compras à realidade dos gestores, mas também por mais participação da área socioambiental nos certames licitatórios.

## 5 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O processo de verificação e registro da conformidade contábil da UG 090026 – Secretaria do Conselho da Justiça Federal é realizado pela Setorial Contábil do Órgão 12000 – Justiça Federal, em observância à segregação de função.

As demonstrações contábeis da UG 090026 – Secretaria do Conselho da Justiça Federal são as seguintes:

- balanço patrimonial – evidencia os ativos e passivos desta unidade;
- demonstração das variações patrimoniais – neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas);
- balanço orçamentário – traz a informação do orçamento aprovado em confronto com sua execução, ou seja, a receita prevista versus a arrecadada e a despesa autorizada versus a executada;
- balanço financeiro e demonstração dos fluxos de caixa – visam demonstrar o fluxo financeiro da unidade no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas.

### RESSALVAS

A conformidade contábil é realizada mediante análise dos registros contábeis, das demonstrações deles decorrentes, da verificação do registro da conformidade de registros de gestão, em consonância com os dispositivos da Lei n. 4.320/1964, bem como os procedimentos definidos pela Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil, do Manual SIAFI/STN.

Dessa forma, no exercício de 2021, foram registradas as seguintes ocorrências:

- 302 – falta e/ou atraso de remessa do RMA e RMB: (jan.), (fev.), (mar.), (abr.), (maio), (jun.), (jul.), (ago.), (set.), (out.), (nov.), (dez.);
- 315 – falta/restrição conformidade de registros de gestão: (jan.), (fev.), (abr.), (maio), (jun.), (out.), (nov.), (dez.);
- 634 – falta avaliação bens intangíveis: (jan.), (fev.), (mar.), (abr.), (maio), (jun.), (jul.), (ago.), (set.), (out.), (nov.), (dez.);
- 643 – falta/evolução incompatível amortização ativo intangível: (jan.), (fev.), (mar.), (abr.), (maio), (jun.), (jul.), (ago.), (set.), (out.), (nov.), (dez);
- 674 – saldo alongado/indevido em contas transitórias do passivo circulante.

Ressalta-se que as restrições contábeis com ajustes e/ou regularizações contábeis foram devidamente sanadas junto ao SIAFI, no decorrer do exercício, com exceção de:

- 1)** 302 – falta e/ou atraso de remessa do RMA e RMB – a unidade responsável informou que o CJF está passando por um processo de migração do sistema de controle de material ASIWEB para o novo sistema GEAFIN. Em razão de o sistema ASIWEB ter sido descontinuado e o sistema GEAFIN não ter ainda entrado em operação, os controles de materiais de consumo e movimentação de bens móveis foram realizados manualmente durante os meses de março a outubro de 2021. Este setorial contábil vem orientando a área responsável (Processo SEI n. 0000045-30.2019.4.90.8000 e n. 0003676-43.2021.4.90.8000) em relação aos atrasos na remessa do RMA e RMB, bem como quanto às diferenças em comparação aos saldos do SIAFI.
- 2)** 315 – falta/restrição de conformidade de registros de gestão – estão sendo adotadas como medidas preventivas a comunicação por contato telefônico e por e-mail ao responsável pela conformidade do registro de gestão.
- 3)** 634 – falta avaliação bens intangíveis – conforme informado pela área responsável (Processo SEI n. 0000941-

81.2019.4.90.8000), somente após a conclusão da migração do sistema ASIWEB para o sistema GEAFIN, será possível o registro dos ativos intangíveis e respectivas amortizações. Este setorial contábil vem orientando a área responsável para a necessidade de reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos intangíveis de acordo com o MCASP, bem como para a conciliação das contas contábeis de registro no SIAFI com a realidade dos ativos intangíveis realmente existentes no CJF.

4) 643 - falta/evolução incompatível amortização ativo intangível - (vide item "3").

---

#### **DECLARAÇÃO**

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstrações das Variações Patrimoniais e do Fluxo de Caixa), regidos pela Lei n. 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2021, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Secretaria do Conselho da Justiça Federal - UG 090026, exceto no tocante as ressalvas apontadas.

Brasília-DF, 31 de janeiro de 2022.

Márcia Velloso dos Santos  
CRC nº DF 24649/O-9  
Contadora Responsável

## 6 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**TABELA 55 BALANÇO PATRIMONIAL**

ATIVO	NE	2021	2020	PASSIVO	NE	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE		61.213.122	61.299.198	PASSIVO CIRCULANTE		4.212.274	4.086.549
Caixa e Equivalentes de Caixa		7.211.153	8.799.077	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		3.713.023	3.699.562
Créditos a Curto Prazo		51.293.831	51.182.905	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		17.071	16.619
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		51.293.831	51.182.905	Provisões a Curto Prazo		-	-
Estoques		2.398.759	1.022.598	Demais Obrigações a Curto Prazo		482.180	370.369
VPDs Pagas Antecipadamente		294.617	576.355				
ATIVO NÃO CIRCULANTE		142.480.353	106.193.346	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		-	-
Investimentos		9	9			-	-
Imobilizado		119.651.362	85.274.774	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		4.086.549	9.061.748
Bens Móveis		17.838.727	20.899.764			-	-
Bens Móveis	1	34.755.262	34.892.302			-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	2	(16.916.535)	(13.992.538)			-	-
Bens Imóveis		101.812.635	64.375.010	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		-	-
Bens Imóveis	1	103.333.965	65.883.725	Demais Reservas		46.999	46.999
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	2	(1.521.330)	(1.508.715)	Resultados Acumulados		199.434.202	163.358.994
Intangível		22.828.982	20.918.562	Resultado do Exercício		37.320.337	41.769.427
Softwares		22.793.065	20.882.645	Resultados de Exercícios Anteriores		163.358.994	121.589.568
Softwares		22.793.065	20.882.645	Ajustes de Exercícios Anteriores		(1.245.129)	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		35.917	35.917	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		35.917	35.917			-	-
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>203.693.475</b>	<b>167.492.543</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>203.693.475</b>	<b>167.492.543</b>

Fonte: Siafi Web

**TABELA 56 QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES**

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		ESPECIFICAÇÃO	PASSIVO	
	2021	2020		2021	2020
ATIVO FINANCEIRO	7.211.153,46	8.799.077,44	PASSIVO FINANCEIRO	6.952.167,72	
ATIVO PERMANENTE		158.693.465,59	PASSIVO PERMANENTE	4.151.851,59	
			SALDO PATRIMONIAL		

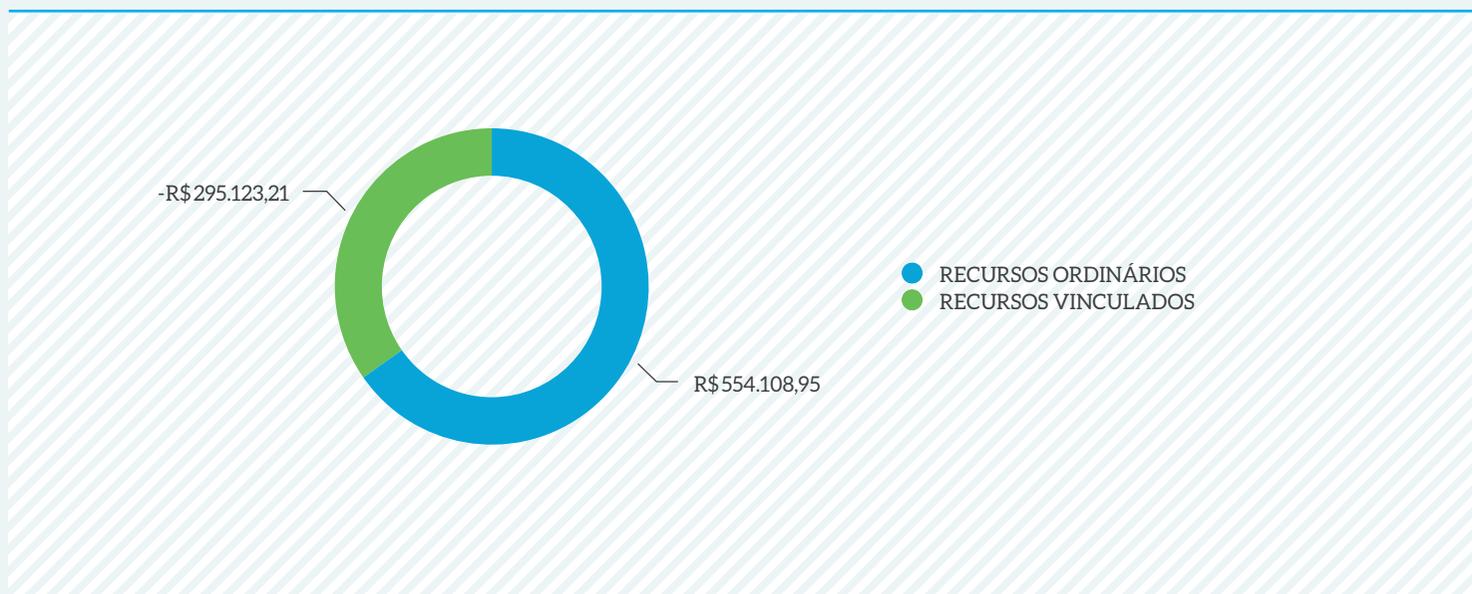
Fonte: Siafi Web

**TABELA 57 DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL**

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	554.108,95
Recursos Vinculados	-295.123,21
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-12.491,11
Previdência Social (RPPS)	-278.597,16
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-4.034,94
<b>TOTAL</b>	<b>258.985,74</b>

Fonte: Siafi Web

**GRÁFICO 35 SUPERÁVIT FINANCEIRO POR FONTE DE RECURSOS**



**TABELA 58 DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

	NE	2021	2020
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>		<b>154.381.764</b>	<b>235.120.616</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		97.770	49.430
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		-	70
Transferências e Delegações Recebidas	3	115.478.696	157.464.155
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		37.471.353	76.906.526
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		1.333.945	700.434
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>		<b>117.061.428</b>	<b>193.351.189</b>
Pessoal e Encargos		65.145.956	59.704.670
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		17.488.112	17.001.636
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		27.710.767	22.135.589
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		476.546	-
Transferências e Delegações Concedidas		5.838.132	56.249.603
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		254.672	38.035.505
Tributárias		40.922	25.844
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		106.321	198.343
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>		<b>37.320.337</b>	<b>41.769.427</b>

Fonte: Siafi

**TABELA 59 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

RECEITAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES		-	-	-	-
Receitas Tributárias		-	-	-	-
Receitas de Contribuições		-	-	-	-
Receita Patrimonial		-	-	-	-
Receita Agropecuária		-	-	-	-
Receita Industrial		-	-	-	-
Receitas de Serviços		-	-	-	-
Transferências Correntes		-	-	-	-
Outras Receitas Correntes		-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL		-	-	-	-
Operações de Crédito		-	-	-	-
Alienação de Bens		-	-	-	-
Amortização de Empréstimos		-	-	-	-
Transferências de Capital		-	-	-	-
Outras Receitas de Capital		-	-	-	-
		-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS		-	-	-	-
REFINANCIAMENTO		-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		-	-	-	-
DEFICIT				117.180.295	117.180.295
<b>TOTAL</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>117.180.295</b>	<b>117.180.295</b>

Fonte: Siafi

TABELA 60 DESPESAS

DESPESAS		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		-	-	112.961.420	107.705.169	107.663.847	(112.961.420)
Pessoal e Encargos Sociais		-	-	82.616.442	81.232.635	81.217.410	(82.616.442)
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		-	-	30.344.978	26.472.534	26.446.437	(30.344.978)
DESPESAS DE CAPITAL		-	-	4.218.875	2.886.932	2.886.125	(4.218.875)
Investimentos		-	-	4.218.875	2.886.932	2.886.125	(4.218.875)
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS		-	-	117.180.295	110.592.101	110.549.971	(117.180.295)
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	4	-	-	117.180.295	110.592.101	110.549.971	(117.180.295)
<b>SUPERÁVIT</b>							
<b>TOTAL</b>				<b>117.180.295</b>	<b>110.592.101</b>	<b>110.549.971</b>	<b>(117.180.295)</b>
Fonte: Siafi							

**TABELA 61 BALANÇO FINANCEIRO**

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO		2021	2020	ESPECIFICAÇÃO		2021	2020
<b>Receitas Orçamentárias</b>		-	-	<b>Despesas Orçamentárias</b>	<b>8</b>	<b>117.180.295</b>	<b>101.339.575</b>
<b>Ordinárias</b>		-	-	<b>Ordinárias</b>		<b>97.550.785</b>	<b>84.916.830</b>
<b>Vinculadas</b>		-	-	<b>Vinculadas</b>		<b>19.629.510</b>	<b>16.422.745</b>
Previdência Social (RPPS)		-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)		60.000	50.000
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-	-	Previdência Social (RPPS)		17.073.884	14.331.458
				Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órg. e Prog.		2.495.626	2.041.287
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>6</b>	<b>115.340.423</b>	<b>156.445.343</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>9</b>	<b>5.543.242</b>	<b>54.997.944</b>
Resultantes da Execução Orçamentária		115.338.536	156.445.343	Resultantes da Execução Orçamentária		4.109.640	54.273.128
Repasse Recebido		1.390.402	1.349.841	Repasse Concedido		3.868.551	54.159.477
Sub-repasse Recebido		113.948.134	155.095.502	Sub-repasse Concedido		241.089	113.651
Independentes da Execução Orçamentária		1.887	-	Independentes da Execução Orçamentária		1.433.602	724.816
Demais Transferências Recebidas		943		Demais Transferências Concedidas			1.443
Movimentação de Saldos Patrimoniais		943		Movimento de Saldos Patrimoniais		1.433.602	723.373
Aporte ao RPPS		-	-	Aporte ao RPPS		-	-
Aporte ao RGPS		-	-	Aporte ao RGPS		-	-
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>7</b>	<b>12.535.858</b>	<b>4.842.270</b>		<b>10</b>	<b>6.740.668</b>	<b>8.837.451</b>
<b>Inscrição dos Restos a Pagar Processados</b>		<b>42.129</b>	<b>5.822</b>	<b>Pagamento dos Restos a Pagar Processados</b>		<b>5.822</b>	<b>4.904.655</b>
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		6.588.194	3.923.642	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		2.106.398	3.643.041
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		4.472.145	162.872	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		4.472.145	162.872
Outros Recebimentos Extraorçamentários		1.433.389	749.935	Outros Pagamentos Extraorçamentários		156.303	126.883
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		1.674		Demais Pagamentos		156.303	126.883
Arrecadação de Outra Unidade		1.431.715	749.935				
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>		<b>8.799.077</b>	<b>12.686.434</b>	<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>		<b>7.211.153</b>	<b>8.799.077</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		8.799.077	12.686.434	Caixa e Equivalentes de Caixa		7.211.153	8.799.077
<b>TOTAL</b>		<b>136.675.358</b>	<b>173.974.047</b>	<b>TOTAL</b>		<b>136.675.358</b>	<b>173.974.047</b>

Fonte: Siafi

**TABELA 62 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA**

		2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		1.308.982	2.911.223
INGRESSOS		121.244.283	157.358.149
Receita Tributária		-	-
Outros Ingressos Operacionais	11	121.244.283	157.358.149
Ingressos Extraorçamentários		4.472.145	162.872
Transferências Financeiras Recebidas		115.340.423	156.445.343
Arrecadação de Outra Unidade		1.431.715	749.935
DESEMBOLSOS		(119.935.301)	(154.446.926)
Pessoal e Demais Despesas	12	(98.659.849)	(91.794.761)
Juros e Encargos da Dívida		-	-
Transferências Concedidas		(11.103.763)	(7.364.466)
Outros Desembolsos Operacionais		(10.171.689)	(55.287.699)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(2.896.906)	(6.798.579)
INGRESSOS		-	-
Alienação de Bens		-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Outros Ingressos de Investimentos		-	-
DESEMBOLSOS		(2.896.906)	(6.798.579)
Aquisição de Ativo Não Circulante		(986.486)	(2.259.081)
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		-	-
Outros Desembolsos de Investimentos		(1.910.420)	(4.539.498)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	-
INGRESSOS		-	-
Operações de Crédito		-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes		-	-
Transferências de Capital Recebidas		-	-
Outros Ingressos de Financiamento		-	-
DESEMBOLSOS		-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida		-	-
Outros Desembolsos de Financiamento		-	-
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>(1.587.924)</b>	<b>(3.887.357)</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>		<b>8.799.077</b>	<b>12.686.434</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>		<b>7.211.153</b>	<b>8.799.077</b>

Fonte: Siafi

## NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### NOTA 1 – BP - COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO

Os principais itens do patrimônio do CJF são os bens móveis, imóveis e intangíveis (softwares) que representaram em 2021, juntos, 69,93% do Ativo.

A seguir, estão detalhados os valores líquidos dos bens, isto é, deduzidos os valores de depreciação e amortização acumulada:

**TABELA 63 BP - COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO**

ATIVO	2021	2020	AV
ATIVO NÃO CIRCULANTE	142.480.353	106.193.346	69,95%
Bens Móveis	17.838.727	20.899.764	8,76%
Bens Imóveis	101.812.635	64.375.010	49,98%
Intagível (Softwares)	22.793.065	20.882.645	11,19%
Demais Ativos	35.927	35.927	0,02%
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>203.693.475</b>	<b>167.492.543</b>	<b>100,00%</b>

## NOTA 2 – BP - TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIAÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

Esta unidade prestadora de contas vem desenvolvendo ações para cumprimento das diretrizes preconizadas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Nesse sentido, aplicam-se os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão e NBC T 16.10 – Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público, exceto quanto à amortização dos bens intangíveis.

As disponibilidades, os direitos e as obrigações são avaliados ou mensurados pelo valor original. Por sua vez, os Estoques, assim como o ativo imobilizado são mensurados com base no valor de aquisição.

A metodologia de realização da depreciação dos bens móveis é a linear e a estimativa de vida útil feita com base na tabela da Macrofunção 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Dir. União, Aut. e Fund. da Secretaria do Tesouro Nacional.

As taxas de depreciação, bem como a vida útil econômica do ativo segue os índices abaixo:

**TABELA 64 TAXAS DE DEPRECIAÇÃO E A VIDA ÚTIL ECONÔMICA DO ATIVO**

CONTA	TÍTULO	VIDA ÚTIL (ANOS)	VALOR RESIDUAL
1.2.3.1.1.01.01	APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	15	10%
1.2.3.1.1.01.02	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	10	20%
1.2.3.1.1.01.03	EQUIPAM/UTENSÍLIOS MEDICOS, ODONTO, LAB E HOSP.	15	20%
1.2.3.1.1.01.05	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	10	10%
1.2.3.1.1.01.06	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	20	10%
1.2.3.1.1.01.07	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	10	10%
1.2.3.1.1.01.08	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	15	10%
1.2.3.1.1.01.09	MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA	10	10%
1.2.3.1.1.01.12	EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS P/AUTOMÓVEIS	5	10%
1.2.3.1.1.01.21	EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	10	10%
1.2.3.1.1.01.25	MAQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	10	10%
1.2.3.1.1.01.99	OUTRAS MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS.	10	10%
1.2.3.1.1.02.01	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	5	10%
1.2.3.1.1.03.01	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	10	10%
1.2.3.1.1.03.02	MAQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	10	10%
1.2.3.1.1.03.03	MOBILIÁRIO EM GERAL	10	10%
1.2.3.1.1.04.02	COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	10	0%
1.2.3.1.1.04.05	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	10	10%
1.2.3.1.1.04.06	OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA EXPOSIÇÃO	-	-
1.2.3.1.1.05.01	VEÍCULOS EM GERAL	15	10%
1.2.3.1.1.05.03	VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA	15	10%
1.2.3.1.1.09.00	ARMAMENTOS	20	15%
1.2.3.1.1.99.09	PEÇAS NAO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	10	10%

Fonte: Manual SIAFI – Macrofunção 020330

De acordo com o estabelecido por essa mesma macrofunção, a depreciação dos bens imóveis de propriedade da União é realizada diretamente pelo sistema SPIUnet na conta de Imóveis de Uso Especial.

Quanto à amortização dos bens intangíveis, de acordo com a área responsável, os procedimentos necessários à regularização serão implementados após a conclusão da migração do sistema ASIWEB para o sistema GEAFIN, conforme informado na alínea “c” do item 1.1.

A depreciação acumulada no exercício de 2021 atingiu o montante de R\$ 16.916.534,51 (bens móveis) e R\$ 1.521.329,98 (bens imóveis) representando 12,94% do ativo não circulante da unidade prestadora de contas, conforme tabela abaixo:

**TABELA 65 DEPRECIAÇÃO ACUMULADA NO EXERCÍCIO DE 2021**

ATIVO NÃO CIRCULANTE	142.480.353	100,00%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	(16.916.535)	-11,87%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	(1.521.330)	-1,07%

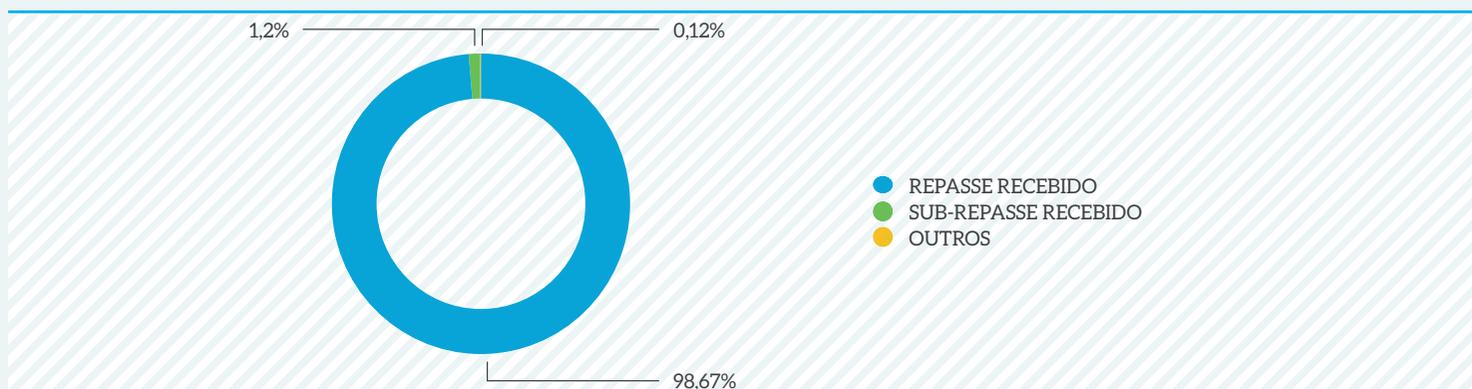
**TABELA 66 NOTA 3 – DVP – TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS**

ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	AH	AV
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	154.381.764	235.120.616	-34,34%	100,00%
Transferências e Delegações Recebidas	115.478.696	157.464.155	-26,66%	74,80%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorp. de Passivos	37.471.353	76.906.526	-51,28%	24,27%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1333944,57	700434,32	90,45%	0,86%

Fonte: Siafi Web

Dentre o grupo de contas de VPA (Variações Patrimoniais Aumentativas), a que teve maior representatividade foi a conta TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS, pois corresponde a 74,80% do total de VPA. A maior parte desse percentual advém do SUB-REPASSE RECEBIDO, conforme gráfico abaixo:

**GRÁFICO 36 TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS**



#### NOTA 4 - BO - Resultado orçamentário

Destaca-se que, no Balanço Orçamentário, o resultado negativo (deficit) não reflete a real situação orçamentária da Secretaria do Conselho da Justiça Federal.

No âmbito da Justiça Federal, a unidade setorial – Conselho da Justiça Federal (UG 090001) – recebe a dotação orçamentária e provisiona tais recursos à Secretaria do Conselho da Justiça Federal (UG 090026). Por esse motivo, o Balanço Orçamentário evidencia apenas os valores de despesas empenhadas, liquidadas e pagas por esta unidade.

Dessa forma, ao se realizar o confronto do valor de provisão recebida, no montante de R\$ 124.074.510,99, com o das despesas empenhadas, de R\$ 117.180.294,86, observa-se um superávit de R\$ 6.894.215,43.

**TABELA 67 NOTA 4 - BO – RESULTADO ORÇAMENTÁRIO**

5.2.2.2.1.01.00 PROVISAO RECEBIDA	124.074.510,29
( - ) Despesas Empenhadas	117.180.294,86
( = ) Superávit	6.894.215,43

Fonte: Siafi Web

**TABELA 68 NOTA 5 - BO - COMPOSIÇÃO DE RESTOS A PAGAR**

#### ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.379.917	3.909.282	2.095.616	2.095.616	2.890.032	303.551
Pessoal e Encargos Sociais	303.286	744.106	299.657	299.657	747.736	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.076.631	3.165.176	1.795.960	1.795.960	2.142.296	303.551
DESPESAS DE CAPITAL	-	14.360	10.781	10.781	3.578	0
Investimentos	-	14.360	10.781	10.781	3.578	0
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.379.917</b>	<b>3.923.642</b>	<b>2.106.398</b>	<b>2.106.398</b>	<b>2.893.610</b>	<b>303.551</b>

Fonte: Siafi Web

**TABELA 69 NOTA 5 - BO - COMPOSIÇÃO DE RESTOS A PAGAR****ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS**

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	16.619	5.822	5.822	-	16.619
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	16.619	5.822	5.822	-	16.619
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>16.619</b>	<b>5.822</b>	<b>5.822</b>	<b>-</b>	<b>16.619</b>

Fonte: Siafi Web

**TABELA 70 RESTOS A PAGAR**

	INSCRITOS	CANCELADOS	PAGOS	SALDO
Restos a Pagar Não Processados	5.303.559	2.893.610	2.106.398	303.551
Restos a Pagar Processados	22.441	-	5.822	16.619
<b>TOTAL</b>	<b>5.326.000</b>	<b>2.893.610</b>	<b>2.112.220</b>	<b>320.170</b>

No exercício de 2021, a UG 090026 pagou cerca de 39,66% dos restos a pagar inscritos em exercícios anteriores.

**NOTA 6 – BF - Transferências Financeiras Recebidas**

O grupo de Transferências Financeiras Recebidas se refere às transferências financeiras feitas pelo governo federal relativas à execução orçamentária do exercício do CJF. O valor de R\$ 115.340.423 corresponde a 84,39% do total de ingresso de recursos até dezembro de 2021, representando uma redução de 26,27% em relação ao ano de 2020.

**NOTA 7 – BF - Recebimentos Extraorçamentários**

O grupo de Recebimentos Extraorçamentários corresponde a 9,17% do total de ingresso de recursos até dezembro de 2021 e refere-se às transferências financeiras feitas pelo governo federal para pagamento de restos a pagar e outros dispêndios. O valor de R\$ 12.535.858 representa um aumento de 158,88% em relação ao ano de 2020.

**NOTA 8 – BF- Despesas Orçamentárias**

O grupo de Despesas Orçamentárias, no montante de R\$ 117.180.295, corresponde a 85,74% do total dos dispêndios do ano de 2020 e representa um aumento de 15,63% em relação ao ano anterior.

As despesas orçamentárias possuem duas classificações, quais sejam, ordinárias e vinculadas.

Do montante de R\$ 117.180.295 das despesas orçamentárias, 83,25% correspondem às despesas ordinárias, que são de livre alocação entre a sua origem e a aplicação de recursos, sendo destinadas a atender a quaisquer finalidades. Nesse grupo, estão as despesas com pessoal, dentre outras.

As despesas orçamentárias vinculadas, por seu turno, correspondem a 16,75% do total das despesas orçamentárias e compreendem as despesas cuja destinação é definida em lei, em que os recursos estão atrelados a determinados programas, atividades, órgãos ou fundos.

#### **NOTA 9 – BF - Transferências Financeiras Concedidas**

O grupo de Transferências Financeiras Concedidas representa 4,06% dos dispêndios e apresentou uma redução de 89,92 %, comparado ao ano anterior. Referem-se às transferências financeiras relativas à execução das despesas correntes e de capital do CJF.

#### **NOTA 10 – BF - Pagamentos Extraorçamentários**

O grupo de Pagamentos Extraordinários corresponde a 4,93% do total dos dispêndios até dezembro de 2021, e apresentou uma redução de 23,73% em relação ao ano anterior. Das despesas extraorçamentárias 31,25% são referentes aos pagamentos de Restos a Pagar Não Processados, e 66,35% são relativos aos Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados.

#### **NOTA 11 – DFC - Outros Ingressos Operacionais**

Esse grupo de contas, no valor de R\$ 121.244.283, corresponde a 100% dos ingressos de recursos, sendo que 95,13% desse valor referem-se a Transferências Financeiras Recebidas do governo federal, relativas à execução orçamentária do CJF. Em comparação com o ano anterior, houve uma redução de 26,27% no valor das Transferências Financeiras Recebidas.

**TABELA 71 NOTA 11 – DFC - OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS**

<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>
INGRESSOS	121.244.283	157.358.149	-22,95%	100,00%
Outros Ingressos Operacionais	121.244.283	157.358.149	-22,95%	100,00%
Ingressos Extraorçamentários	4.472.145	162.872	2645,81%	3,69%
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>115.340.423</b>	<b>156.445.343</b>	<b>-26,27%</b>	<b>95,13%</b>
Arrecadação de Outra Unidade	1.431.715	749.935	90,91%	1,18%

#### **NOTA 12 – DFC -Pessoal e Demais Despesas**

Esse grupo de contas, no valor de R\$ 98.659.849 corresponde a 82,26% dos desembolsos das operações e representa um aumento de 7,48% em comparação com o mesmo período do ano anterior.

**TABELA 72 NOTA 12 – DFC -PESSOAL E DEMAIS DESPESAS**

<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>
DESEMBOLSOS	(119.935.301)	(154.446.926)	-22,3%	100,0%
Pessoal e Demais Despesas	(98.659.849)	(91.794.761)	7,5%	82,3%

## GESTÃO DE CUSTOS

O modelo conceitual de apuração, informação e gestão de custos para os órgãos pertencentes à estrutura da Justiça Federal de 1º e 2º graus encontra-se definido.

O ponto de partida do modelo é a cadeia de valor, onde os processos e macroprocessos de trabalho são identificados por “tipos de cadeia”, tais como: (I) finalística; (II) governança, suporte e gestão; e, (III) apoio administrativo, tecnológico e operacional. Os “tipos de cadeia” identificam as grandes entregas e os respectivos clientes (internos ou externos) dos macroprocessos e processos nelas envolvidos.

A segunda etapa consiste na vinculação de cada unidade da estrutura organizacional às respectivas cadeias de valor, pois as atividades são desenvolvidas ao nível das unidades organizacionais, de forma que vinculá-las a, pelo menos, um processo ou macroprocesso, o que permite interligar o consumo dos recursos às principais atividades desenvolvidas pelo Órgão.

Tendo em vista que os recursos são consumidos pelas atividades geradoras de valor, o modelo possibilita não apenas mensurar os custos, mas, principalmente, gerenciá-los por meio da melhoria dos processos.

A terceira etapa consiste na análise e compreensão da estrutura de custos e das formas de registro do consumo dos recursos nas diferentes unidades da Justiça Federal, bem como na definição da forma mais adequada de alocação para os grupos comuns de elementos de custos, quais sejam, força de trabalho, materiais e serviços.

A atribuição dos custos identificados às unidades da estrutura organizacional é realizada mensalmente, por apropriação (diretamente) ou por alocação (rateio), e, dessa forma, os custos ficam automaticamente vinculados aos processos e macroprocessos da cadeia de valor, haja vista que cada unidade do organograma já está associada aos processos e macroprocessos.

O modelo, que está aprovado e se encontra na fase de projeto, contempla a utilização de ferramentas tecnológicas que já são de domínio e uso contínuo por parte dos servidores, tais como o SIAFI-WEB (aba Centro de Custos), sistemas informatizados próprios em funcionamento nas unidades e sistemas legados.

O desenvolvimento operacional e a implementação do modelo conceitual de apuração, informação e gestão de custos para os órgãos pertencentes à estrutura da Justiça Federal de 1º e 2º graus implicam a realização de inúmeras tarefas com variados graus de complexidade.

Considerando a abrangência nacional da Justiça Federal, a heterogeneidade das atividades internas desenvolvidas pelos diversos órgãos que a compõem, e, principalmente, as limitações impostas pela adoção do trabalho remoto desde março de 2020 em razão da pandemia do novo coronavírus, o início dos trabalhos dependerá da existência de condições que efetivamente permitam a participação e a interação dos servidores envolvidos.

## 7 ROL DE RESPONSÁVEIS

UNIDADE JURISDICIONADA		CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL	
<b>DADOS DO RESPONSÁVEL</b>			
Nome: Humberto Eustáquio Soares Martins	CPF: ***672.834***	e-mail: <a href="mailto:sg@cjf.jus.br">sg@cjf.jus.br</a>	
<b>INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO</b>			
Natureza de responsabilidade (Art. 7º, § 4º, I a V, IN TCU n. 84/2020)	Dirigente máximo da unidade jurisdicionada		
Nome do cargo ou função	Presidente do Conselho da Justiça Federal		
Período de gestão no exercício	01/01/2021 a 31/12/2021		
Ato de designação	Ata da Sessão Solene do STJ, de 27/8/2020, publicada no Boletim de Serviço de 24/11/2020		
Ato de exoneração	-		

UNIDADE JURISDICIONADA		CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL	
<b>DADOS DO RESPONSÁVEL</b>			
Nome: Jorge Mussi	CPF: ***047.379***	e-mail: <a href="mailto:sg@cjf.jus.br">sg@cjf.jus.br</a>	
<b>INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO</b>			
Natureza de responsabilidade (Art. 7º, § 4º, I a V, IN TCU n. 84/2020)	Dirigente máximo da unidade jurisdicionada (substituto)		
Nome do cargo ou função	Vice-Presidente		
Período de gestão no exercício	01/01/2021 a 31/12/2021		
Ato de designação	Ata da Sessão Solene do STJ, de 27/8/2020, publicada no Boletim de Serviço de 24/11/2020		
Ato de exoneração	-		

UNIDADE JURISDICIONADA		CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL	
<b>DADOS DO RESPONSÁVEL</b>			
Nome: Marcio Luiz Coelho de Freitas	CPF: ***173.212***	e-mail: <a href="mailto:gabinete.sg@cjf.jus.br">gabinete.sg@cjf.jus.br</a>	
<b>INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO</b>			
Natureza de responsabilidade (Art. 7º, § 4º, I a V, IN TCU n. 84/2020)	Ocupante de cargo de direção		
Nome do cargo ou função	Secretário-Geral		
Período de gestão no exercício	01/01/2021 a 28/12/2021		
Ato de designação	Portaria STJ n. 273, de 26/8/2020, publicada no DOU de 27/8/2020		
Ato de exoneração	Portaria STJ n. 1, de 5/01/2022, publicada no DOU de 12/1/2022		

UNIDADE JURISDICIONADA		CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL	
<b>DADOS DO RESPONSÁVEL</b>			
Nome: Miguel Ângelo de Alvarenga Lopes	CPF: ***256.756***	e-mail: <a href="mailto:gabinete.sg@cjf.jus.br">gabinete.sg@cjf.jus.br</a>	
<b>INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO</b>			
Natureza de responsabilidade (Art. 7º, § 4º, I a V, IN TCU n. 84/2020)	Ocupante de cargo de direção (substituto)		
Nome do cargo ou função	Secretário-Geral substituto		
Período de gestão no exercício	01/01/2021 a 31/12/2021		
Ato de designação	Portaria STJ n. 311, de 8/9/2020, publicada no DOU de 9/9/2020		
Ato de exoneração	-		

UNIDADE JURISDICIONADA		CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL	
<b>DADOS DO RESPONSÁVEL</b>			
Nome: Jodelmir Pereira de Souza	CPF: ***594.007***	e-mail: <a href="mailto:da@cjf.jus.br">da@cjf.jus.br</a>	
<b>INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO</b>			
Natureza de responsabilidade (Art. 7º, § 4º, I a V, IN TCU n. 84/2020)			
Nome do cargo ou função	Diretor Executivo de Administração e de Gestão de Pessoas		
Período de gestão no exercício	1/1/2021 a 31/12/2021		
Ato de designação	Portaria CJF n. 352, de 25/8/2020, publicada no DOU de 28/8/2020		
Ato de exoneração	-		

UNIDADE JURISDICIONADA		CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL	
<b>DADOS DO RESPONSÁVEL</b>			
Nome: Alexandre Fagundes	CPF: ***863.357***	e-mail: <a href="mailto:da@cjf.jus.br">da@cjf.jus.br</a>	
<b>INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO</b>			
Natureza de responsabilidade (Art. 7º, § 4º, I a V, IN TCU n. 84/2020)	Ocupante de cargo de direção (1º substituto)		
Nome do cargo ou função	Diretor Executivo de Administração e de Gestão de Pessoas substituto		
Período de gestão no exercício	01/01/2021 a 31/12/2021		
Ato de designação	Portaria n. 297/STJ/GP, de 1/9/2020, publicada no DOU de 2/9/2020		
Ato de exoneração	-		

UNIDADE JURISDICIONADA		CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL	
<b>DADOS DO RESPONSÁVEL</b>			
Nome: Rose Marie de Thuin	CPF: ***724.991***	e-mail: <a href="mailto:da@cjf.jus.br">da@cjf.jus.br</a>	
<b>INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO</b>			
Natureza de responsabilidade (Art. 7º, § 4º, I a V, IN TCU n. 84/2020)	Ocupante de cargo de direção (2º substituto)		
Nome do cargo ou função	Diretor Executivo de Administração e de Gestão de Pessoas substituto		
Período de gestão no exercício	1/1/2021 a 31/12/2021		
Ato de designação	Portaria CJF n. 24, de 13/1/2020, publicada no DOU de 15/1/2020		
Ato de exoneração	-		

UNIDADE JURISDICIONADA		CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL	
<b>DADOS DO RESPONSÁVEL</b>			
Nome: Gustavo Bicalho Ferreira da Silva	CPF: ***.054.251***	e-mail: <a href="mailto:dp@cjf.jus.br">dp@cjf.jus.br</a>	
Natureza de responsabilidade (Art. 7º, § 4º, I a V, IN TCU n. 84/2020)	Ocupante de cargo de direção		
Nome do cargo ou função	Diretor Executivo de Planejamento e de Orçamento		
Período de gestão no exercício	1/1/2021 a 31/12/2021		
Ato de designação	Portaria CJF n. 338, de 12/9/2018, publicada no DOU de 20/9/2018		
Ato de exoneração	-		

UNIDADE JURISDICIONADA		CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL	
<b>DADOS DO RESPONSÁVEL</b>			
Nome: Marcelo Barros Marques	CPF: ***.050.631***	e-mail: <a href="mailto:dp@cjf.jus.br">dp@cjf.jus.br</a>	
Natureza de responsabilidade (Art. 7º, § 4º, I a V, IN TCU n. 84/2020)	Ocupante de cargo de direção (substituto)		
Nome do cargo ou função	Diretor Executivo de Planejamento e de Orçamento substituto		
Período de gestão no exercício	1/1/2021 a 31/12/2021		
Ato de designação	Portaria CJF n. 439, de 6/11/2018, publicada no DOU de 7/11/2018		
Ato de exoneração	-		





JUSTIÇA FEDERAL  
Conselho da Justiça Federal